



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ERICA MARQUES DIAS

**O MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS PARA ALÉM DO FACTUAL: a  
reconstrução narrativa de uma tragédia no jornalismo literário**

BELÉM  
2023

ERICA MARQUES DIAS

**O MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS PARA ALÉM DO FACTUAL: a  
reconstrução narrativa de uma tragédia no jornalismo literário**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

- D541m Dias, Erica Marques.  
O massacre de Eldorado do Carajás para além do factual  
: a reconstrução narrativa de uma tragédia no jornalismo  
literário / Erica Marques Dias. — 2023.  
143 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Alda Cristina Silva da Costa  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-  
Graduação em Comunicação, Belém, 2023.
1. Amazônia. 2. Conflitos por terra. 3. Hermenêutica  
de profundidade. 4. Jornalismo literário. 5. Livro-  
reportagem O Massacre. I. Título.

CDD 302.2

---

ERICA MARQUES DIAS

**O MASSACRE DE ELDORADO DO CARAJÁS PARA ALÉM DO FACTUAL: a  
reconstrução narrativa de uma tragédia no jornalismo literário**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Comunicação, cultura e socialidades na Amazônia.  
Orientadora: Profª Drª. Alda Cristina Silva da Costa

DATA DE AVALIAÇÃO: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

CONCEITO: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Alda Cristina Silva da Costa  
(Orientadora – PPGCOM/UFPA)

---

Profª Drª Rosaly de Seixas Brito  
(Avaliadora Interna – PPGCOM/UFPA)

---

Profª Drª Tânia Guimarães Ribeiro  
(Avaliadora Externa – PPGSA/UFPA)

BELÉM  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e Nossa Senhora de Nazaré, nomes que sempre recorri nos momentos mais desesperançosos.

Agradeço a minha mãe Ana e o meu noivo Leonidas por terem sido meus pilares acadêmicos, profissionais e pessoais durante a minha caminhada no mestrado.

Agradeço a professora Alda por aceitar me orientar, pela paciência durante a construção desta pesquisa e pela parceria desde a graduação. Ainda no âmbito do PPGCOM, agradeço aos professores, professoras, o corpo técnico-administrativo, trabalhadores terceirizados e colegas do Programa pelo auxílio nesses dois anos de estudo. Agradeço igualmente as professoras da banca pela disponibilidade e doação do seu tempo para participarem da minha defesa.

Agradeço também meus familiares, amigos, amigas e demais pessoas pelo suporte direto e indireto em muitos momentos dessa jornada. Neste espaço, opto por não nomear ninguém, pois quem esteve do meu lado se sentirá completado por essas palavras, pois disse cada uma delas pessoalmente ou virtualmente no final do processo.

Por fim, agradeço a mim. Por ter me mantido firme no meu compromisso com a pesquisa durante o auge da pandemia e de tantas situações dolorosas. Por mais que as pessoas acima citadas tenham oferecido ajuda e apoio, eu não teria chegado à última etapa do mestrado sem a segurança na relevância do meu trabalho e do meu papel no universo.

“Escrever é ato de magia. É ato de construção. O escrever se completa quando alguém lê”.

(Escrever é o que eu faço, de Carlos Assumpção).

## RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender como o jornalismo literário constrói o sentido narrativo dos conflitos por terra na Amazônia, em específico o massacre de Eldorado do Carajás, tragédia ocorrida no dia 17 de abril de 1996, que resultou em 19 trabalhadores mortos e mais de 60 feridos em um trecho da PA-150, chamado Curva do S, no estado do Pará. O fato foi notícia nos jornais diários do Brasil e do mundo, assim como em produtos do jornalismo literário, como o livro-reportagem. Por isso, esta dissertação parte de questões que permeiam os conflitos no campo e da abordagem em profundidade de casos reais em produtos do gênero jornalístico-literário. Assim, analisamos a construção narrativa dos conflitos por terra, tendo como corpus de análise o livro-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás – Uma História de Impunidade* (2019), escrito pelo jornalista Eric Nepomuceno, com o objetivo de compreender as estratégias utilizadas nessa modalidade jornalística e operacionalizadas no texto. À luz do suporte metodológico da *Hermenêutica de Profundidade* de J.B. Thompson (2011), a obra foi tomada pela análise sócio-histórica, delineando o percurso histórico e social dos conflitos no campo e do jornalismo literário; a análise formal ou discursiva, em que se empregou a análise pragmática da narrativa jornalística, com base em Motta (2007); e a reinterpretação/interpretação de *O Massacre*. Os três estágios foram essenciais para a identificação dos recursos narrativos usados pelo autor ao dar espaço sobre uma realidade violenta e que aparece de vez em quando nos noticiários. Nepomuceno reconstrói uma calamidade que pôs fim a dezenove pessoas e marcou a vida de centenas. Demonstra que essa história não faz parte só do passado, mas do presente de milhares de trabalhadores rurais que vivem na esperança diária de ter seu lote de terra e uma vida sem ameaças e mortes.

Palavras-Chave: Amazônia; Conflitos por terra; Hermenêutica de profundidade; Jornalismo literário; Livro-reportagem *O Massacre*.

## ABSTRACT

The present research sought to understand how literary journalism constructs the narrative sense of conflicts by land in the Amazon, specifically the massacre of Eldorado do Carajás, tragedy occurred on April 17, 1996, that resulted in 19 workers killed and more than 60 injured in a stretch of the PA-150, called Curva do S, in the state of Pará. The fact was news in the daily newspapers of Brazil and the world, as well as in products of literary journalism, as the book-report. Therefore, this dissertation starts from issues that permeate the conflicts in the field and the in-depth approach of real cases in products of the journalistic-literary genre. Thus, we analyze the narrative construction of conflicts by land, having as corpus of analysis the book-report *The Massacre: Eldorado do Carajás - A History of Impunity* (2019), written by the journalist Eric Nepomuceno, strategies used in this journalistic modality and operationalized in the text. In the light of the methodological support of J.B. Thompson's *of Depth* (2011), the work was taken by the socio-historical analysis, outlining the historical and social course of conflicts in the field and literary journalism; the formal or discursive in which the pragmatic analysis of the journalistic narrative was used, based on Motta (2007); and the reinterpretation/interpretation of *O Massacre*. The three stages were essential for the identification of the narrative resources used by the author when giving space to a violent reality that appears from time to time in the news. Nepomucene rebuilds a calamity that put an end to nineteen people and marked the lives of hundreds. It shows that this history is not only part of the past, but of the present of thousands of rural workers who live in the daily hope of having their land plot and a life without threats and deaths.

Keywords: Amazon; Conflicts by land; Depth Hermeneutics; Literary journalism; Book-report *The Massacre*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Assassinatos no campo no Brasil (1985-2019) .....	29
Figura 2 – Quadro da ordem dos narrativa e cronológica dos capítulos de O Massacre (2019) .....	95

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Episódios narrativos e suas funções em O Massacre (2019) .....	101
Tabela 2 – Grupos de personagens em O Massacre (2019) .....	103

## LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia S. A.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FACOM	Faculdade de Comunicação
HP	Hermenêutica de Profundidade
IML	Instituto Médico Legal
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NARRAMAZÔNIA	Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PGC	Programa Grande Carajás
PM	Polícia Militar

POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 AS MARCAS DOS CONFLITOS E DA PERVERSIDADE PELA POSSE DA TERRA NA AMAZÔNIA E NO PARÁ</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1 Sobre o massacre de Eldorado do Carajás</b> .....	<b>31</b>
2.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como expressão do campesinato .....	33
2.1.2 A tragédia do dia 17 de abril de 1996: um retrato da violência no campo .	35
<b>2.2 Cenário dos conflitos no campo</b> .....	<b>37</b>
2.2.1 Os rastros de ocupação na região Amazônica .....	39
2.2.2. A participação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos .....	46
2.2.3 Pistolagem e os massacres: a escalada da violência no campo no Pará..	49
2.2.4 A abordagem narrativa dos conflitos por terra .....	52
<b>3 JORNALISMO LITERÁRIO: O COTIDIANO À LUZ DA REALIDADE</b> .....	<b>57</b>
<b>3.1 Jornalismo literário: a captação do realismo social</b> .....	<b>58</b>
3.1.1 A hibridização do gênero: aproximação entre jornalismo e literatura.....	62
3.1.2 A origem do jornalismo literário e o impulso no século XIX .....	65
3.1.3 O Novo Jornalismo e seu reflexo na comunicação .....	68
<b>3.2 Livro-reportagem: a maturação da reportagem jornalística nas páginas ampliadas</b> .....	<b>71</b>
3.2.1 A reportagem e seu avanço documental .....	75
3.2.2 Livro-reportagem no Brasil: profundidade e resistência.....	78
<b>4 NARRATIVA DA LUTA PELA TERRA EM O MASSACRE</b> .....	<b>85</b>
<b>4.1 A construção da realidade no livro-reportagem</b> .....	<b>86</b>
<b>4.2 A análise narrativa em O Massacre</b> .....	<b>90</b>
4.2.1 Recomposição da intriga .....	91
4.2.2 Identificador dos conflitos .....	96
4.2.3 Construção de personagens.....	101
4.2.4 Estratégias Comunicativas .....	106
4.2.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” .....	115
4.2.6 Metanarrativas – significados de fundo moral ou fábula .....	119
<b>4.3 A reinterpretação dos conflitos pela escrita jornalístico-literária</b> .....	<b>121</b>

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE A – LISTA DE TODOS OS PERSONAGENS IDENTIFICADOS EM O MASSACRE (2019) .....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE B – LISTA DOS GRUPOS CATALOGADOS EM O MASSACRE (2019) .....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações na Amazônia foram causadas por invasores desde a sua colonização que, de acordo com registros dos governos da época, foi oficializada no século XVII e intensificada no século XIX (SANTOS, 2021). Contudo, foi nos anos 1960 que o Estado protagonizou ações catalizadoras para as mudanças na região. Nesse período, o Brasil estava submetido a um regime ditatorial em que os militares, além de elaborarem políticas governamentais que fomentaram a censura, geraram projetos para impulsionar investimento financeiro interno e externo (PRATES; BRACHA, 2011). Com isso, a Amazônia foi colocada estrategicamente no centro dessas ações e toda a publicidade governamental de lucro fácil no território amazônico sucedeu na chegada de grandes projetos e inúmeros trabalhadores, especialmente os da Região Nordeste, causando o reordenamento espacial, como apontam Loureiro e Guimarães (2007).

A partir da década de 1970, os posseiros, classificados por Almeida (1993) como os migrantes que viraram pequenos produtores às margens das terras exploradas e sem ligação a um trabalho assalariado, começaram a ser expulsos ou sofrer ameaças de expulsão. Martins (1991) aponta que a expropriação desses camponeses ocorreu por causa da venda das terras públicas da região amazônica, realizada pelo Governo Federal. Ainda segundo o autor, como os trabalhadores não possuíam nenhum documento que comprovasse a legitimidade da posse da terra, empresas nacionais e internacionais tornaram-se as donas das propriedades.

Diante das ações violentas executadas nesse período de desapropriação, os posseiros sabiam que tinham apenas duas opções: sair do local com suas famílias ou resistir às ordens judiciais (PEREIRA, 2013). Os que permaneceram, se viram em embates constantes com as instituições públicas, empresários rurais, fazendeiros, pistoleiros e policiais a serviço de donos de grandes propriedades (PEREIRA, 2013). Logo, é nessa configuração territorial que surgem os conflitos por terra<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O termo *Conflitos por terra* é utilizado na presente pesquisa para se referir a toda e qualquer ação de resistência pelo uso e posse da terra executada por sem-terra, trabalhadores rurais, posseiros, indígenas, quilombolas e demais grupos da área rural. Essa nomenclatura advém do sistema de catalogação dos conflitos no campo realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), referência nos estudos sobre os conflitos no campo no Brasil e norteador das discussões sobre o assunto nesta dissertação.

Na abordagem da disputa pela terra na presente dissertação, a questão agrária é focalizada nos conflitos existentes na Amazônia, centrados no estado do Pará. De acordo com Martins (1991), durante a intensa migração para a região amazônica, os nordestinos se dirigiram de modo concentrado para o norte do Mato Grosso e sul do território paraense. Nesses locais, a implantação de projetos agropecuários financiados pelo governo militar cresceu junto com as tensões locais.

Na época, Pereira (2020) ressalta que a agricultura familiar estava sendo substituída pela área de pastagem, destinada a criação de gado. Ainda conforme o autor, diante dessa transição forçada em que moradores eram depostos de suas casas, uma posição de sobrevivência foi assumida pelos trabalhadores que resultou em confrontos com os donos das empresas e latifundiários.

Em meio às tensões em torno da disputa pela terra, Silva (2020) destaca o surgimento de organizações sociais que buscavam caminhos para a redução dos embates no campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este último, criado e coordenado pelos trabalhadores rurais, avistava a reforma agrária popular como uma das soluções da problemática econômica e política local (PEREIRA, 2013). Assim, o Movimento a colocou como pauta principal de suas manifestações, visto os conflitos que resultavam na morte da população campesina.

Entre as articulações sistematizadas pelo MST para chamar a atenção acerca da concentração de terra irregular, as ocupações de áreas em desuso social – propriedades sem finalidade de plantio ou com imprecisões trabalhistas –, tornaram-se a principal ação dos integrantes (GONÇALVES, 2022). De acordo com o MST (2022), o ato era uma resposta à invasão da elite nos territórios ocupados pelos posseiros, espaço também pertencente aos quilombolas e indígenas, além de visar a desapropriação dessas propriedades para serem transformadas em assentamentos e espaços de agricultura familiar.

No sul e sudeste paraense a prática de ocupação foi intensificada (SILVA, 2020). Contudo, a execução da atividade contou com obstáculos impostos pelas oligarquias locais, pois os manifestantes regularmente se deparavam com algumas resoluções negativas, a exemplo da realizada no Complexo Macaxeira que sucedeu no caso conhecido como o Massacre de Eldorado do Carajás.

A tragédia de Eldorado aconteceu na tarde do dia 17 de abril de 1996. O governador da época, Almir Gabriel, ordenou que a Polícia Militar desobstruísse a PA-

150, mais precisamente na margem direita da Curva do S, localizada no município de Eldorado do Carajás. Na via, os trabalhadores rurais e integrantes do MST estavam acampados após cinco dias de uma caminhada saída de Curionópolis com destino a Belém. A marcha tinha como objetivo dar visibilidade a luta pelo processo de desapropriação das terras improdutivas da fazenda Macaxeira. A expropriação da propriedade estava sendo discutida, sem sucesso, há meses com o governo estadual (NEPOMUCENO, 2019).

Então, a pedido do governador, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira comandaram a operação em que 19 camponeses foram assassinados no local, dois morreram no hospital e cerca de 70 ficaram gravemente feridos. Muitos dos sobreviventes até hoje vivem com as sequelas físicas e psicológicas da tragédia (BARREIRA, 1999).

O massacre de Eldorado do Carajás obteve uma forte repercussão dentro e fora do país. Jornais de grande circulação nacional produziram matérias sobre o caso diariamente por quase dois meses (SILVA, 2020). E a imprensa internacional realizou uma cobertura acentuada em que, muitas vezes, o MST foi colocado como fonte oficial e de autoridade sobre o fato (BARBALHO, 2014).

A execução dos trabalhadores sem-terra em Eldorado foi uma amostra da repressão que está arraigada na estrutura social brasileira. Como diz Bastos (2014), a violência não é uma animalidade, mas uma ação racional do ser humano. E os atos brutais executados no campo também ajudam no processo de fortalecimento do apagamento dos direitos das populações locais impetrado pela elite e garantido pela anuência da gestão pública. De acordo com a CPT (2022), a maioria dessas ações na área rural são originadas pelos conflitos por terra. Por isso, é necessário abordá-lo sob uma visão aprofundada, contextualizada e humanizada.

Apesar do jornalismo diário, também chamado na presente pesquisa de jornalismo de referência<sup>2</sup>, apresentar assuntos com qualidade em grande parte de suas matérias é característico que o conteúdo pode ser reduzido ou noticiado de modo sensacionalista. Pena (2006) diz que isso ocorre por causa das diretrizes publicitárias

---

<sup>2</sup> O jornalismo de referência é caracterizado pela produção de notícias para todo o país, oriundo das redações de veículos de comunicação tradicionais, logrado por acordos com donos do grande capital, possuidor de ampla visibilidade, reconhecido em caráter de credibilidade e identificado como porta-voz dos direitos do povo, tornando-se, assim, um padrão jornalístico para outras empresas. (ZAMIN, 2014). Ou seja, mesmo com as ligações comerciais que o sustenta, o jornalismo de referência é base para o mercado jornalístico e usado na introdução das técnicas comunicativas ensinadas nas instituições de ensino.

do veículo de comunicação e pelo formato jornalístico das redações que limitam a exposição do relato. Desse modo, para os jornalistas produzirem uma narrativa capaz de fomentar o público a conhecer afundo sobre uma temática, a exemplo das questões territoriais da Amazônia, e mantê-la por mais tempo no imaginário social, a aplicação do jornalismo literário torna-se uma alternativa.

Inicialmente, falar de jornalismo literário é apreender que essa modalidade narrativa expande as técnicas do jornalismo, unindo-o a voz pessoal da literatura. É compreendido por Pena (2006) como o gênero textual capaz de transpassar os limites dos acontecimentos cotidianos, assegurar profundidade nos relatos e promover outros olhares da realidade. Ainda segundo o autor, é um texto que desenvolve as estratégias dos dois campos (jornalismo e literatura) para estar longe da superficialidade.

Borges (2013) avalia a relação entre jornalismo e literatura como fator determinante para a evolução dos dois campos de estudo no âmbito do jornalismo literário. Enquanto o primeiro era visto somente pelas lentes do real e o segundo pela constituição ficcional, a convergência entre eles mostrou que ambos podem oferecer novos modos de produção e consumo de informações significativas à sociedade (BORGES, 2013). Esse novo contorno narrativo fortaleceu os conceitos de cada um ao mesmo tempo que modificou seus respectivos processos de escrita.

A inserção do jornalismo literário na prática jornalística é tão antiga quanto o surgimento da imprensa (LIMA, 2009). Porém, seu crescimento e destaque emergiu no advento do Novo Jornalismo, chamado originalmente de *New Journalism*, na década de 1960. A partir desse período, o jornalismo literário cresceu e obteve repercussão entre os jornalistas que viram a possibilidade de incluir em seus escritos traços do texto literário, ir além do modelo padrão do *lead* (parágrafo de um texto jornalístico em que as principais informações são apresentadas), buscar uma imersão na realidade que seria retratada, fortalecer a elaboração da reportagem e realçar os aspectos objetivos e imateriais do que é contado (PESSA, 2009). Com essa nova tendência, os jornalistas começaram a transformar as notícias casuais em grandes-reportagem, encontradas inicialmente nas revistas e, com maior visibilidade, nos livros-reportagem.

Chamado também de romance de não-ficção, Pena (2006) salienta que o livro-reportagem possui a premissa de procurar respostas nas situações consideradas finalizadas, além de conseguir alcançar um outro público. Essa expressão do

jornalismo literário obteve êxito e tornou-se o principal veículo em que o gênero se desenvolveu (GUZZO; TEIXEIRA, 2008).

O livro-reportagem começou a ser visto como uma alternativa ao costumeiro trabalho nas redações, pois cria uma narrativa de resistência à escrita padronizada, imediata e superficial das matérias construídas nos noticiários diários (LIMA, 2009). Essa produção textual do livro-reportagem também auxilia na rememoração da sociedade sobre seu papel diante de acontecimentos importantes, já que sua base narrativa é constituída a partir da memória dos sujeitos afetados (PINTO, 2017). É uma expressão comunitária, além da tentativa de resgate da cidadania.

Sendo o resultado de muita pesquisa e aprofundamento de um caso de grande ou pequena repercussão no jornalismo de referência, o livro-reportagem é descrito por Lima (2009) como um produto heterogêneo:

Considerado do ponto de vista físico, material, o livro-reportagem é apenas um veículo de comunicação jornalística não-periódica. Mas se alçamos a vista para encarar o fenômeno completo, dinâmico, como um processo da comunicação social moderna, então podemos entendê-lo como um subsistema híbrido, com ligações fundamentais com o sistema jornalismo, em primeiro plano, e com ligações secundárias com o sistema editorial. (LIMA, 2009, p. 38).

Alguns exemplos de livros-reportagem que trabalharam a realidade sob uma universalidade temática e que tiveram boa aceitação no mercado são: *Hiroshima* (1946), *A Sangue Frio* (1964), *Olga* (1985) e *Rota 66* (1992). Por isso, Guzzo e Teixeira (2008) apontam o livro-reportagem como o resultado da dedicação de um jornalista, materializado em uma obra que consegue englobar todo o contexto ignorado pelos jornais diários. É um trabalho considerado como literatura e jornalismo ou, simplesmente, produto oriundo do jornalismo literário.

Com isso, ao inclinar uma busca de livros-reportagem que fazem parte desse gênero híbrido e que abordam os conflitos no campo na Amazônia, foram destacados: *Contido a Bala: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará* (1994), *Chico Mendes - Crime e Castigo* (2003), *Amazônia Pública* (2013) e *Marãiwatsédé: A Trajetória Xavante na Luta pela Terra* (2016). A abordagem dessas obras mostra como os posseiros, povos originários e líderes de movimentos sociais são os mais frágeis diante do uso da violência por parte dos pistoleiros contratados por grandes empresários, como relatam Sant'Anna e Young (2010).

Então, provindo desses apontamentos a respeito dos conflitos no campo e do tratamento em profundidade de casos no jornalismo literário, a presente pesquisa parte da seguinte pergunta norteadora: quais as estratégias operadas pelo jornalismo literário na construção narrativa sobre os conflitos por terra no livro-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás – Uma História de Impunidade?*

O *Massacre* foi escrito pelo jornalista, repórter e tradutor Eric Nepomuceno. Nascido na cidade de São Paulo, o profissional começou a atuar na área do jornalismo em 1965 e no início da década de 1970 trabalhou no *Jornal da Tarde* e na revista *Veja*. Nepomuceno também foi correspondente internacional, no qual cobriu os golpes de Estado no Uruguai e Argentina, além das guerras civil na Nicarágua, Guatemala e El Salvador.

A participação de Eric Nepomuceno no universo literário é vasta, entre tradução e autoria própria. Foram mais de 80 livros traduzidos, de autores como Julio Cortázar, Juan Rulfo, Gabriel García Márquez e Eduardo Galeano. Além disso, escreveu contos, como o premiado *Quarenta dólares e outras histórias* (1987), e obras de não-ficção, como *O Massacre – Eldorado do Carajás: Uma História de Impunidade* que conta com duas edições: 2007 e 2019.

O *Massacre* foi lançado pela primeira vez em 2007 pela Editora Planeta e ficou em segundo lugar na categoria Reportagem do Prêmio Jabuti de 2008. Sua trama retoma o assassinato dos 19 trabalhadores rurais durante a ação policial ocorrida na Curva do S, no município de Eldorado do Carajás, no dia 17 de abril de 1996. O caso, que ficou conhecido como “massacre”, é retratado em cinco capítulos - 1) Uma imensidão de terras e violência, 2) O preço de um sonho, 3) A história de um massacre impune, 4) A longa marcha ao encontro da morte e 5) Uma história de impunidade – que intercalam com fotos em preto e branco feitas pelo fotógrafo Sebastião Salgado. Fruto de três anos de intensa pesquisa documental, prolongadas entrevistas com testemunhas e apuração precisa sobre a chacina, a história busca mostrar as características e condições da população que sofre com a violência, injustiça e as relações de poder na área rural do Brasil.

Em 2019, doze anos após a primeira edição, *O Massacre* foi relançado pela Editora Record nos formatos físico e digital. Na nova edição, a quantidade de capítulos se manteve e as fotografias foram substituídas por uma seção pré-textual nomeada “Prefácio: o tempo passou, mas nem tanto”, em que o autor apresenta novos dados

sobre a violência no campo, assim como a atualização da situação de alguns personagens da história.

É importante frisar que o livro-reportagem de Nepomuceno (2019) não é o único título que narra sobre o que aconteceu em Eldorado. Em uma busca bibliográfica, foram encontrados cinco livros que retratavam o fato (Vozes da Marcha Pela Terra, escrito pela historiadora Ana Paula dos Santos em 1998; Marcha Interrompida, do educador Pedro César Batista, de 2006; Os Sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás, do advogado sindical Walmir Brelaz, de 2006; Irina do Pará, da professora Valéria Pimentel, de 2015; e O Confronto em Eldorado, escrito pelo historiador Ademar da Silva Campos em 2016), mas *O Massacre* foi identificado como o que mais contextualiza o caso de Eldorado do Carajás, além de ser escrito por um jornalista e citado em trabalhos acadêmicos como uma obra de referência em relação à tragédia paraense. Por esses motivos, a segunda edição da obra, que possui 151 páginas no formato digital, foi selecionada para ser analisada nesta pesquisa.

*O Massacre* aprofunda os testemunhos dos entrevistados e contextualiza os dados da violência no campo apresentados em relatórios institucionais para, a partir deles, reconstruir a execução e os traumas dos trabalhadores rurais procedentes do dia 17 de abril com o máximo de detalhes. É um trabalho com um peso informativo que teve uma reverberação na mídia diante do silêncio, como diz o próprio autor em uma entrevista ao site do portal R7, disponível no site do MST<sup>3</sup>. Segundo ele, o silêncio da imprensa é mais uma das respostas da predileção dos mais influentes sob os menos favorecidos nos graves casos de impunidade. E o de Eldorado não ficaria de fora, pois é um assunto relacionado aos campos político e econômico, caros para os donos das empresas de comunicação (CAMPOS; RAVENA, 2017). Assim, os grandes veículos da imprensa diária ignoram a existência do livro de Nepomuceno (2019).

*O Massacre* também foi selecionado para este estudo por se enquadrar no quesito de livro-reportagem, conceituado por Lima (2009, p. 26) como um “veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos.” Além disso, a obra conta com as três condições fundamentais para a elaboração de um livro-reportagem: o conteúdo realista, o tratamento jornalístico e a função de “informar, orientar e explicar.” (LIMA, 2009, p. 28). É por causa dessa tríade

---

<sup>3</sup> Link da matéria: <https://mst.org.br/2011/04/18/a-cicatriz-nao-fecha-nunca-diz-autor-de-livro-sobre-massacre-de-carajas/>

que Lima (2009) afirma que o ato de escrever essa expressão do gênero é desempenhada, sobretudo, por um jornalista.

O profissional de jornalismo compreende a intensidade do processo do livro-reportagem, pois consegue colocar nele toda sua inquietude em transmitir o real com profundidade (LIMA, 2009). Ao se inserir na realidade apresentada, o jornalista amplia as informações, focado em apresentar as facetas da questão abordada e, assim, esmiuça os eventos por meio de uma voz autoral e um relato apurado dos acontecimentos. O jornalista consegue, nesse veículo, colocar em prática momentos de rebeldia contra métodos engessados do texto jornalístico, fornecendo esclarecimentos e não apenas uma compilação de relatos, como assevera Borges (2013).

Com isso, a importância da realização deste estudo parte da ampliação do debate a respeito dos conflitos pela terra na Amazônia e como o jornalismo literário é importante na sua reconstrução narrativa, assim como a contribuição nos estudos sobre o gênero híbrido na região.

Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançado em 2022, o conflito no campo pode ser compreendido como algo macro, pois ele é composto por diversas disputas que ocorrem no âmbito rural e em contextos sociais distintos. Ainda conforme os registros catalogados pelo órgão, a ocorrência mais crescente no campo são os casos de conflito por terra. A violência rural relacionada a essa disputa aumentou 25% em comparação a 2019 e é a maior dos últimos 35 anos. Esse conflito é conceituado pela CPT como:

ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022, p. 13).

A palavra violência também é descrita pela entidade como um ataque contínuo aos danos materiais, imateriais e desmantelamento físico e moral contra “os povos do campo e seus aliados.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022, p. 15). Por isso, os sujeitos que chegavam no sul e sudeste do Pará já sabiam o que o aguardavam

(CAMPOS; RAVENA, 2017). A violência passou a ser vista como um fenômeno comum na região, componente da estrutura social e alheio para o poder público, salve casos de grande repercussão, como o massacre em Eldorado.

As ações violentas na Curva do S foram difundidas por diversos meios de comunicação, como jornais impressos, televisivos e revistas. Porém, em *O Massacre* é encontrado um relato imersivo, uma apresentação dos detalhes, um aprofundamento dos personagens e um senso reflexivo, oposto do que ocorre nas informações instantâneas do jornalismo praticado nas redações (LIMA, 2009). E mesmo o livro-reportagem sendo um recorte da realidade, ele se diferencia pelo tempo disposto do jornalista para compreender tudo que será colocado nas dezenas de páginas (RODRIGUES, 2010). Por isso, estudá-lo significa amplificar o assunto e suas multiplicidade de episódios.

De acordo com um mapeamento realizado em janeiro de 2023 no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com as palavras “jornalismo literário” e “conflitos por terra”, somente a pesquisa de Casagrande (2017) respondeu a procura. Entretanto, os conflitos por terra analisados pelo autor dizem respeito a história rural do estado do Paraná. E ao realizar uma nova busca, juntando as palavras “jornalismo literário” e “conflitos por terra na Amazônia”, não apareceu trabalhos que contemplasse os dois temas ou um deles na área da comunicação.

Ao afunilar essa reflexão em nível local e institucional, não há trabalhos (dissertações) que estudem os dois assuntos no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), como pode ser conferido no Repositório da Instituição: das 105 dissertações defendidas entre os anos de 2012-2021, nenhuma possui os conflitos por terra ou jornalismo literário como tema principal, assim como o massacre de Eldorado do Carajás ou o livro-reportagem de Nepomuceno (2019) como objetos de estudo.

Embora sejam nulas as teses e dissertações na área da comunicação que discutam juntamente os tópicos acima citados, a maior quantidade de trabalhos feitos na UFPA que abordam a violência no campo, temática central deste estudo, podem ser encontrados no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea). No catálogo, as diversas pesquisas deixam amostras das infindáveis perspectivas sobre o assunto que podem ser analisadas.

Com isso, esta dissertação tem como objetivo principal analisar a construção narrativa sobre os conflitos por terra na Amazônia no jornalismo literário, presente no livro-reportagem *O Massacre*. Para sua execução, os objetivos específicos foram definidos como: identificação dos aspectos do jornalismo literário na caracterização do livro-reportagem; contextualização do panorama social, político e histórico dos conflitos no campo na Amazônia; e interpretação da construção narrativa dos conflitos por terra e a violência no campo no livro-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás – uma história de impunidade*.

Desse modo, a presente pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, composta de métodos operacionalizados “para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 28). Assim, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, prática efetuada a partir do levantamento de trabalhos teóricos analisados, apresentados e publicados nos meios eletrônicos e impressos, como livros, revistas, artigos e páginas da web (FONSECA, 2002). Nessa etapa, foi executada uma busca sobre os tópicos jornalismo literário, livro-reportagem, conflitos no campo e conflitos por terra na Amazônia, usados como referencial teórico.

O segundo passo metodológico foi a realização de uma consulta documental de materiais produzidos por instituições e entidades que realizam diagnósticos sobre a violência no campo, como o relatório produzido pela Comissão Pastoral da Terra, documento norteador da presente pesquisa durante as discussões sobre o assunto.

Com o suporte dos dois procedimentos citados acima, a pesquisa bibliográfica e documental, a *Hermenêutica em Profundidade* (HP) do sociólogo John B. Thompson (2011) foi selecionada como aporte metodológico. O cientista social apresenta a hermenêutica como uma opção de observação filosófica e metodológica sobre a compreensão e a interpretação social, permitindo o avanço de um referente teórico-metodológico voltado à interpretação de fenômenos expressivos. Como Bastos e Porto (2017) salientam, é uma metodologia que pretende mostrar o que está encoberto a partir de uma desconstrução hermenêutica e que busca revelar as perspectivas de algo ainda não observado.

A HP proposta por Thompson analisa os fenômenos culturais e as formas simbólicas em campos estruturados, além de auxiliar na interpretação, tratamento e produção das informações, pois “é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas.” (THOMPSON, 2011, p. 363). O

estudioso também ressalta que as formas simbólicas são organizadas de modo preciso e adentradas em determinadas condições históricas e sociais. Elas podem se referir a diversos fenômenos significativos, sejam eles ações, rituais ou expressões do tipo verbal, escrita ou por meio de obras artísticas (THOMPSON, 2011). Podem ser entendidas como a expressão “de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos).” (THOMPSON, 2011, p. 183 grifos do autor).

Thompson (2011) discute também a ideologia e cultura. Para o autor, estudá-las é compreender e explicar as maneiras pelas quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação. Para o autor, as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações assimétricas na sociedade em que grupos se diferenciam por diversas características. Essas ocorrências são observadas em *O Massacre* quando os conflitos de interesse entre os fazendeiros e trabalhadores ou o ato do poder público de ignorar e minimizar a existência da população do campo são relatados. Como desabafa Nepomuceno (2019), a violência no campo permanece e aumenta no decorrer dos anos com seus responsáveis mudando apenas de nome.

Desse modo, para apreender o decurso de interpretação da estrutura das formas simbólicas, a Hermenêutica de Profundidade conta com três fases principais. A primeira é a análise sócio-histórica, no qual o foco é analisar e “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.” (THOMPSON, 2011, p. 366). Essa fase é fundamental, pois nela é possível salientar que as formas simbólicas são um fenômeno social existentes dentro de um contexto e que podem ser produzidas dentro de condições sócio-histórica e reconstruídas por meio da empiria, observação e análise de documentos (ANDRADE, 2021). A segunda é a análise formal ou discursiva, em que as formas simbólicas são estudadas como construções complexas de uma estrutura articulada, em que seus padrões e relações são discutidos e apoiados em outros métodos ou modelos de análises - semiótica, conversação, sintática, narrativa e argumentativa -, conforme descritos por Thompson (2011). E a terceira e última fase da Hermenêutica de Profundidade é a análise de interpretação/reinterpretação, no qual explicita o que é exposto ou configurado pela forma simbólica, com base nos resultados das duas fases anteriores, a entendendo “de uma maneira nova, em relação aos contextos de sua produção e recepção e à luz dos padrões e efeitos que a constituem.” (THOMPSON, 2011, p. 375.).

Essa metodologia escolhida faz emergir os sentidos dos conflitos por terra na Amazônia e os envolvidos e afetados por eles. Logo, o percurso metodológico da HP é o sustentáculo dos três capítulos desta dissertação, como é mostrado nos parágrafos abaixo.

A primeira fase da Hermenêutica de Profundidade está aplicada nos dois primeiros capítulos. Neles, é efetuada a análise sócio-histórica dos conflitos no campo na Amazônia e do jornalismo literário. Dessa maneira, é apresentado, em primeiro lugar, o panorama social, político e histórico dos confrontos no campo na região amazônica e como eles são retratados nas narrativas jornalísticas; e em segundo lugar, o gênero híbrido do jornalismo literário (conceitos, origens, contexto social, características e formatos) e o livro-reportagem como expansão da reportagem jornalística e sua relação com os casos de violência no Brasil e na Amazônia.

Já a segunda e a terceira fase da Hermenêutica de Profundidade – análise discursiva e análise de interpretação/reinterpretação, respectivamente – estão aplicadas no último capítulo.

No que concerne à segunda fase, nela buscou-se compreender as formas simbólicas ao esquadrihar os elementos do livro como o autor, entrevistados, enredo, conflito, intriga, entre outros, responsáveis pela configuração narrativa dos conflitos de terra na Amazônia em *O Massacre*. Para isso, foi operacionalizada a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística de Motta (2007) para auxiliar a interpretar as dinâmicas e a essência da narrativa, assim como compreender as camadas que recobrem os conflitos na Amazônia na trama de *Nepomuceno* (2019), pois sua significação está relacionada a diversos contextos e atores intrínsecos na sociedade.

É importante destacar que o uso da análise narrativa é para além da observação dos recursos narrativos considerados integralmente jornalísticos. Conforme enfatiza Motta (2007), as narrativas representam a realidade ao mesmo tempo que organizam ações com finalidades estratégicas culturais e contextualizadas. Por isso, os recursos narrativos estão presentes em todos os tipos de textos, sejam os padronizados, produzidos nas redações, ou nos que exibem em ressalvas seu caráter narrativo, a exemplo do jornalismo literário (MOTTA, 2007).

Desse modo, a análise narrativa possibilita investigar os papéis, os personagens, os padrões e todo o campo narrativo comum às pesquisas textuais e literárias (ANDRADE, 2021). Assim, operacionalizando essa etapa da HP com a análise narrativa de Motta (2007), o processo foi efetuado a partir dos seis movimentos

propostos pelo autor: 1) Recomposição da intriga: visa conectar, de modo cronológico o enredo, no qual o começo, meio e fim da narrativa são determinados pelo analista e devem prescindir de rigor e coerência; 2) Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios: o objetivo é identificar os elementos centrais que estruturam a narrativa e os episódios que a mantêm viva; 3) A construção de personagens jornalísticas (discursivas): busca reconhecer os sujeitos a partir dos episódios e verificar como foram construídos e qual a participação deles no decorrer da narrativa; 4) Estratégias comunicativas: é definida pela procura dos dispositivos de linguagem usados intencionalmente pelo jornalista, divididas em estratégias de objetivação e de subjetivação. Com a primeira, temos a construção dos efeitos do real, formada por recursos que oferecem ao leitor uma referencialidade da realidade narrada; e com a segunda, temos a construção de efeitos poéticos, composta por artifícios usados para gerar efeitos de sentido emocionais; 5) Relação comunicativa e o “contrato cognitivo”: o objetivo é observar o jogo de intencionalidades existente na relação narrador-narratário (jornalista-audiência) e se o profissional está conseguindo relatar a verdade para o seu público; 6) Metanarrativa – Significados de Fundo Moral ou Fábula da História: visa mostrar e interpretar qual o significado simbólico do enredo.

Ao encerrar a análise feita nas duas etapas da HP, seus resultados são retomados para ser efetuada a terceira e última fase: Interpretação/Reinterpretação. Thompson (2011) a considera uma ação particular, pois apesar de diferir das fases precedentes, é assegurada por causa delas, sendo uma síntese do conteúdo analisado. É o estágio encarregado de uma perspectiva crítica, de “uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito.” (THOMPSON, 2011, p. 375). E aqui, é feita a configuração/reconfiguração da narrativa dos conflitos no campo e pela terra em *O Massacre*.

O enfoque da Hermenêutica de Profundidade é útil para esta dissertação, pois auxilia na elucidação do contexto em que os conflitos por terra na região Amazônica são construídos no livro-reportagem de Nepomuceno (2019). Ainda com a HP, é possível compreender os processos que acontecem em circunstâncias específicas, sejam elas históricas ou socialmente estruturadas. Por isso, a decisão de analisar *O Massacre* se deve ao fato de investigar as transformações narrativas dos conflitos no campo nos diferentes gêneros comunicacionais, como o jornalismo literário, uma área também relevante no cenário acadêmico.

Com isso, a pesquisa está dividida em três capítulos. O capítulo 1, “As marcas dos conflitos e da perversidade pela posse da terra na Amazônia e no Pará”, traça um panorama social que abarca o passado e o presente dos conflitos no campo e por terra na Amazônia e no estado do Pará. Os contornos desse fenômeno consideram também a presença da Comissão Pastoral da Terra, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da repercussão dos confrontos nas narrativas produzidas no jornalismo diário e no jornalismo literário, como o livro-reportagem.

O capítulo 2, “Jornalismo literário: o cotidiano à luz da realidade”, investiga o percurso desse gênero híbrido designado como uma narrativa jornalística que emprega recursos literários. O estudo aponta o papel desse movimento promissor no âmbito da comunicação e como o seu modo de narrar o real encontra no livro-reportagem um relevante canal de expressão. É levantado também os cenários temporais e sociais em que esse produto esteve presente, sustentando seu papel de informar os fatos de modo ampliado e humanizado. Alguns projetos dessa expressão jornalístico-literária são identificados e verifica-se *O Massacre* (2019), do jornalista Eric Nepomuceno, como um dos títulos em evidência.

O capítulo 3, “Narrativa da luta pela terra em o massacre”, considera o debate e levantamento documental realizado nos dois capítulos anteriores, em que foram efetuados a primeira fase da Hermenêutica de Profundidade (análise sócio-histórica), e aplica a segunda fase, a análise formal ou discursiva, por meio da análise narrativa de Motta (2008). Os seis movimentos desenvolvidos pelo pesquisador auxiliam na compreensão da construção da narrativa dos conflitos por terra no livro-reportagem de Nepomuceno (2019) e na identificação das características da narrativa. Por fim, é realizado a terceira etapa da HP, interpretação/reinterpretação, em que todo o arcabouço investigado e analisado é retomado para apontar a reflexão sobre como os conflitos no campo paraense são estruturados por meio das práticas do jornalismo literário e como ele é interpretado por Nepomuceno (2019) e discorrido em seu livro-reportagem.

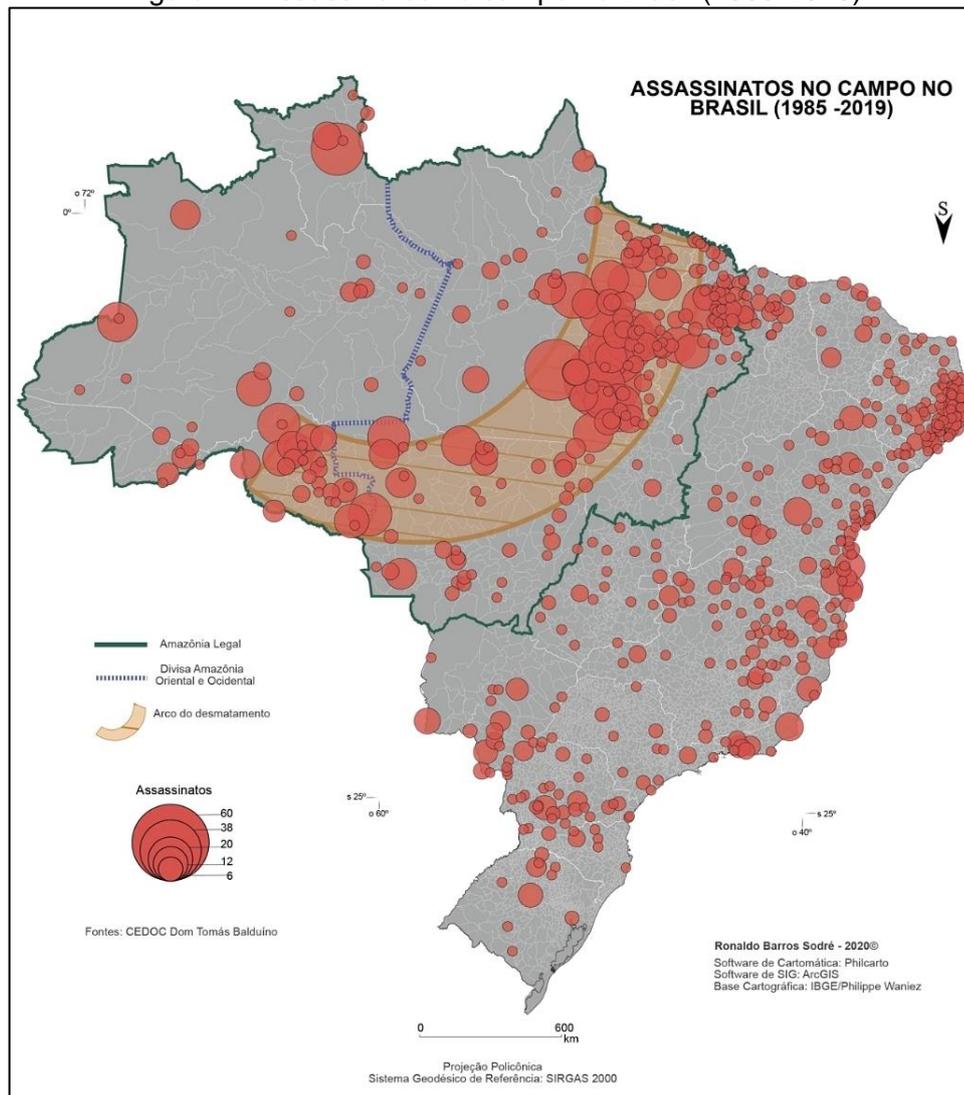
## 2 AS MARCAS DOS CONFLITOS E DA PERVERSIDADE PELA POSSE DA TERRA NA AMAZÔNIA E NO PARÁ

A Amazônia brasileira é terra de ninguém, de muitos projetos ociosos e palavras ao léu, de omissões abjetas e criminosas. O que se vê pelo interior do Pará são imensos cemitérios a céu aberto, árvores calcinadas erguendo-se contra o nada, troncos estorricados espalhados entre pastos vazios, capinzais salpicados de palitos negros que se levantam como testemunhas caladas de um drama que não merece a atenção de ninguém (NEPOMUCENO, 2019, p. 53).

Esse lamento e indignação se fazem presentes na narrativa de Eric Nepomuceno em seu livro-reportagem *O Massacre*. Na obra, o autor reflete sobre a tragédia em Eldorado e o descaso do poder público com a violência no campo na Amazônia. Os conflitos na região são uma problemática social vivida por aqueles que querem ter o direito de trabalhar e ter um pedaço de terra.

Para se ter uma dimensão da gravidade do problema, o artigo *A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados* (2021) denuncia que mais de 60% das mortes ocasionadas pela disputa por terra no Brasil são concentradas na Amazônia. O estudo, realizado com base nos relatórios da Comissão Pastoral da Terra produzidos entre 1985 e 2019, também aponta, conforme imagem abaixo, que os assassinatos no campo na região confluem na Amazônia Oriental, onde é identificado 51% das ocorrências, sendo um total de 929 mortes. Delas, 565, cerca de 31%, ocorrem no estado do Pará.

Figura 1 - Assassinatos no campo no Brasil (1985-2019)



Fonte: A violência no campo da Amazônia: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados (FILHO, SODRÉ, 2021)

A cartografia dos conflitos agrários, projetada pelos professores José Sobreiro Filho, da Faculdade de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, e Ronaldo Barros Sodré, do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão, oferecem uma visão ampla da violência rural ao debater os números que apresentam a quantidade de mortes, ameaças e os perfis dos sujeitos assassinados. O levantamento analítico efetuado pelos pesquisadores evidencia a violência existente no espaço.

Filho e Sodré (2021) também discutem em seu estudo que a violência no campo na Amazônia expõe as diversas formas de desigualdade que os grupos locais estão submetidos. Essa parcela da população está vulnerável nas questões sociais e econômicas, além de precisar lidar com situações estruturais, como a ausência do

Estado em gerenciar e proteger os territórios (FILHO; SODRÉ, 2021). Logo, um poder público insuficiente torna-se motivador para a realização de coerções, homicídios e demais práticas violentas contra as comunidades locais.

A inexistência na produção e efetuação de políticas públicas na Amazônia é um fator importante para o aumento da violação da natureza e dos que habitam nela, como visto recentemente no caso dos povos do Território Indígena Yanomami.

Em janeiro de 2023, o Governo Federal, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, declarou emergência em saúde pública nas terras Yanomami, maior reserva indígena do Brasil, localizada entre os estados Roraima e Amazonas. De acordo com o Governo, a declaração ocorreu por causa da gravidade na insegurança alimentar, desnutrição infantil e falta de acesso da população Yanomami à saúde. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a situação é resultado da falha de aplicação de políticas públicas voltadas aos indígenas na última gestão federal, liderada por Jair Messias Bolsonaro. Além disso, houve omissão do ex-presidente diante do aumento do garimpo ilegal, responsável pela ameaça à sobrevivência dos povos originários.<sup>4</sup>

Assim como os indígenas, a disputa pela terra também alcança diversos indivíduos e os atinge de modos diferentes no país. Ao discutir esse conflito centrado nas mortes no campo, o grupo formado pelos posseiros é o que mais concentra ocorrências de assassinato, contabilizando um total de 24,79% dos casos na Amazônia e 25,30% no estado do Pará, no que concerne um número de 298 e 143 assassinados, de um total de 1.815 casos analisados (FILHO; SODRÉ, 2021). Com esse cenário, é perceptível como a violência tem sido usada como mecanismo de disputa pelos que detêm maior poder financeiro, como diz Feliciano (2016).

Os donos do capital são os coordenadores das práticas violentas que geram os embates entre eles e a população que já habita o referido território, como os povos tradicionais, os integrantes do movimento sem-terra e os trabalhadores locais (FELICIANO, 2016). Esses conflitos no campo pela posse de terras resultam em fuga, casos de violência, mortes e mobilização popular, como será visto no decorrer deste segundo capítulo. Nele, aborda-se o caso do Massacre de Eldorado do Carajás, as narrativas de violência vivida na Amazônia desde a chegada do colonizador até a atualidade, e um panorama social, político e histórico dos conflitos no campo

---

<sup>4</sup> Informações presentes na matéria: <https://www.estadao.com.br/saude/crise-humanitaria-entenda-o-que-aconteceu-com-os-povos-indigenas-yanomamis-em-roraima/>

amazônico e paraense. Com isso, este capítulo contará com a análise sócio-histórica, primeira fase da Hermenêutica de Profundidade de J. B. Thompson (2011).

De acordo com Thompson (2011), as formas simbólicas não existem em um vazio, pois elas são fenômenos sociais existentes de determinados contextos sócio-históricos. Desse modo, ao observar os conflitos no campo e por terra na Amazônia, centrando a reflexão no estado do Pará, como uma forma simbólica que move sentidos em um meio social, é apresentado os processos que ligam os episódios de violência na região, a partir das políticas governamentais e colonizadoras. A análise também segue em como os confrontos na área rural do norte do país têm sido utilizados em uma relação de dominação e em qual perspectiva Nepomuceno (2019) os analisa em seu livro-reportagem.

## **2.1 Sobre o massacre de Eldorado do Carajás**

A questão agrária no Brasil é um dos problemas mais graves enfrentados no país desde o final da segunda metade do século XIX. Na Amazônia, esse quadro social e político é agravado pelos confrontos condicionados ao processo de colonialidade, no qual os sujeitos do campo são submetidos (COSTA, 2018). Nessas situações, é perceptível a manutenção do poder pelos setores que compõe os grupos dominantes.

No Pará, segundo Pereira (2020), os conflitos no campo revelam a luta de classes e a sobrevivência da população da área rural. Ainda de acordo com o pesquisador, os embates afetam todos que possuem a terra como fonte primária de subsistência. Assim, os que trabalham com agricultura familiar são os principais alvos dos donos do capital. E a violência derivada da disputa em torno das propriedades da região amazônica torna-se um retrato do ataque direcionado às pessoas que buscam sobreviver da terra e protegê-la (COSTA, 2018).

De acordo com o dossiê *Oligarquias Armadas*, publicada em outubro de 2022 pelo observatório De Olhos nos Ruralistas, fazendeiros e empresas brasileiras ligadas ao agronegócio - apoiadas por multinacionais - foram as mais beneficiadas com a política de liberação de armas decretadas pelo governo de Jair Bolsonaro, presidente em exercício entre 2019 e 2022. Ainda de acordo com o documento, esses grupos, formado por 1.051 pessoas jurídicas, obtiveram autorização para contratar seus

próprios seguranças e muni-los com um armamento pesado. Entre eles, 178 estão comprovadamente envolvidos com os conflitos por terra.

Segundo o levantamento da CPT (2022), o Pará é líder em conflitos por terra. Em 2021, foram registradas 156 ocorrências, envolvendo mais de 31 mil famílias. Esses números, além de mostrarem as ofensivas no campo, destaca que os ataques direcionados à população campestre fazem parte de um processo coordenado e conduzido pela lógica econômica da classe ruralista.

Diante dessa sistêmica violência organizada pela elite rural existente até os dias atuais, os grupos oprimidos pela expansão da propriedade privada, ordenada pelos latifundiários, começaram a se organizar para reivindicar seu direito à propriedade (PEREIRA, 2020). Muitos sofreram diversos tipos de práticas violentas, como a coerção, ameaça, expulsão e, em último estágio, foram alvos de massacres<sup>5</sup>. E entre tantos conflitos diretos envolvendo essas duas classes política e socialmente antagônicas, o caso de extermínio no município de Eldorado do Carajás, no estado do Pará, tornou-se um marco na história dos conflitos no campo na Amazônia por conta da crueldade e da impunidade dos acusados envolvidos (PEREIRA, 2020).

Para Costa (2018), o assassinato dos 19 trabalhadores do campo em Eldorado é uma amostra da estrutura violenta existente no poder público junto do poder privado. O autor destaca que essa violência é abafada e, por isso, precisa ser lembrada. A revisitação do caso auxilia no combate às execuções semelhantes e dá visibilidade aos que estão na linha de frente contra a concentração fundiária.

A lembrança, de acordo com Costa (2018), pode ser feita de vários modos, entre eles, o narrar. A técnica impulsiona debates e, quando feita criticamente, segue o caminho contrário dos discursos hegemônicos (COSTA, 2018). No caso do massacre de Eldorado do Carajás, o ato narrativo feito por Nepomuceno (2019) em seu livro-reportagem oferece detalhes do episódio, testemunho dos sobreviventes, além de retomar a necessidade de uma discussão mais séria sobre os conflitos no campo, colocando em destaque os envolvidos na busca pelo direito à propriedade.

---

<sup>5</sup> De acordo com o site Memorial da Democracia o termo massacre também pode ser chamado de chacina ou assassinato em massa, pois reportam-se a uma quantidade alta de pessoas mortas ao mesmo tempo ou em um tempo curto. Ainda segundo a página da web, essas mortes são encomendadas por um sujeito ou organização e, no campo, envolve de crianças a adultos até povo originários e trabalhadores rurais. São seres humanos mortos de forma brutal, sem chance de defesa em vida e justiça após suas mortes.

Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/massacres-chacinas>

Contudo, para falar da tragédia ocorrida na cidade de Eldorado é preciso discorrer sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A chacina que ocorreu no município paraense é intrínseca ao Movimento, responsável pelo processo de organização dos trabalhadores assassinados e feridos na Curva do S, localizada na Rodovia BR-155 (PEREIRA, 2020).

### 2.1.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como expressão do campesinato

Pereira (2020) se refere aos movimentos sociais rurais como a junção de pessoas em um grupo que manifestam sua indignação perante a burguesia agrária e as desigualdades sociais ao organizar propostas e atos em prol de diversos direitos, entre eles, a concessão à terra. Desse modo, o MST é compreendido como uma organização que representa os trabalhadores do campo e visa pressionar o governo a se preocupar com o meio campesino, implementando políticas públicas que deem suporte às famílias da região (TAVARES, 2009).

A gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não possui uma teoria definida, como afirmam Stedile e Fernandes (2005). Porém, de acordo com os autores, a raiz do MST está ligada às Ligas Camponesas da Região Nordeste e aos processos socioeconômicos da agricultura na região Sul do Brasil.

As Ligas Camponesas surgiram em 1954, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco (STEDILE; FERNANDES, 2005). Expandiram para os estados da Paraíba e Alagoas, onde mantiveram-se ativas até 1964, quando foram perseguidas e extintas durante a ditadura militar. Já a região Sul do Brasil, especificamente a área norte do estado do Rio Grande do Sul, teve uma experiência de organização popular de 1958 até 1964, com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

No curso do regime militar, na década de 1970, a população do campo sofreu os impactos da introdução mecanizada da produção da soja que resultou na expulsão de vários agricultores e suas famílias. E diante das notícias sobre a dificuldade dos migrantes que seguiram para a região Norte do país, uma parte dos camponeses sulistas optou por “resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 17). Assim, Stedile e Fernandes (2005) afirmam que o MST surgiu da resistência no Rio Grande do Sul,

local de grande concentração de trabalhadores rurais e registros documentais, e das batalhas das Ligas Camponesas, baseadas no propósito irrestrito pela reforma agrária. Todavia, o enfrentamento ao direito à propriedade ocorria, concomitantemente, nos estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

Para discutir as ações que deveriam ser executadas nos locais onde os conflitos estavam aumentando, trabalhadores e lideranças rurais se reuniam em encontros semestrais ou anuais (STEDILE; FERNANDES, 2005). E foi no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, no dia 21 de janeiro de 1984, que nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (PEREIRA, 2020). O movimento foi o primeiro levante social criado e liderado por camponeses com visibilidade nacional e direcionado à reforma agrária e direito à terra.

A insurgência do Movimento veio após o campesinato refletir sobre a limitação em ter somente a Comissão Pastoral da Terra como entidade de apoio ao trabalhador da área rural (PEREIRA, 2020). Com a intensidade dos embates no campo e o apoio da CPT na fundação de uma organização feita por e para a população camponesa, Pereira (2020) diz que a proposta foi discutida e aprovada entre os trabalhadores rurais sem terra.

Stedile e Fernandes (2005) relatam que quando o tema da reforma agrária começou a ser debatida no Brasil, em 1949, os povos das áreas rurais, em especial os agricultores e posseiros, eram chamados de sem-terra. E a cristalização dessa nomenclatura foi desempenhada pela imprensa em 1970, sendo aproveitada pelos trabalhadores durante a discussão da criação do Movimento Sem Terra (STEDILE; FERNANDES, 2005).

Nos meses seguintes, Pereira (2020) relata que o MST conseguiu expandir sua área de atuação, estando presente em todas as regiões do país. Na região Norte, sobretudo no estado do Pará, o Movimento teve dificuldade de se estabelecer por conta da forte presença de oligarquias no território (SILVA, 2020). No entanto, no início da década de 1990, após diversos impedimentos dos grupos mais abastados, o MST se instalou em Curionópolis, sudeste paraense e cidade vizinha a Eldorado do Carajás (SILVA, 2020). Com essa vitória, a organização pode atuar e amplificar suas operações nos municípios restantes.

Com o progresso de suas atividades nos municípios do sul e sudeste do Pará, o MST desencadeou uma série de ocupações em áreas consideradas importantes

para a luta da reforma agrária (SILVA, 2020). Porém, as ações executadas nesses espaços não ocorriam sem uma resposta do empresariado e grupos que possuíam grandes lotes de terra. E nesse contexto, diversos episódios de violência ocorreram na região paraense, como o assassinato em massa de trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás.

### 2.1.2 A tragédia do dia 17 de abril de 1996: um retrato da violência no campo

As mortes encomendadas e os massacres de trabalhadores rurais cresceram a partir dos anos 1970 e começaram a ser encaradas pela sociedade como algo comum (BARREIRA, 1999). Barreira destaca que, até o momento da execução, a rotina dos posseiros é tomada por insegurança, pois sabem as possíveis contrapartidas do poder público e privado perante suas atividades, como as ocupações.

Segundo Barreira (1999), o uso da violência como manutenção das estruturas de poder é o cerne dos conflitos no campo, palco de massacres cometidos até mesmo à luz do dia, como a chacina de Eldorado do Carajás. Os assassinatos ocorreram entre 15h e 15h30 do dia 17 de abril de 1996.

O massacre de Eldorado dos Carajás foi precedido por aproximadamente sete meses, quando mais de 3.000 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acamparam em uma estrada próximo à Fazenda Macaxeira, situada entre os municípios de Eldorado dos Carajás e Curionópolis (BARREIRA, 1999). Os trabalhadores argumentavam que a terra da fazenda era improdutiva e, por isso, reivindicavam uma reforma agrária.

Segundo o Caderno de Formação Nº 32 (1999), produzido pelo MST e com o objetivo de relatar o massacre, um acordo foi firmado entre o governo e os sem-terra. O documento afirma que, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), gestores do poder público paraense prometeram uma vistoria na área para confirmar sua improdutividade, sob a garantia que os trabalhadores não a ocupassem.

Porém, após a quebra da promessa por parte das instituições do Estado, no qual um laudo falso foi usado para impedir a inserção das famílias na propriedade, os trabalhadores cansaram de aguardar o resultado das vistorias realizadas pelo Incra.

Então, no dia 5 de março de 1996, as famílias ocuparam a Fazenda Macaxeira, como aponta o Caderno de Formação (1999).

Diversas reuniões entre os trabalhadores rurais e representantes do governo do estado do Pará aconteceram para providenciar o assentamento das famílias e o cumprimento das promessas anteriores (MOVIMENTO..., 1999). Contudo, para protestar contra o descaso do poder público, no dia 10 de abril de 1996 os assentados iniciaram uma marcha a pé até Belém, conforme relatado pelo MST (1999). Ainda de acordo com o relatório do Movimento, o propósito da marcha era pressionar o então governador do Pará, Almir Gabriel, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a desapropriar o complexo.

Seis dias após o início da caminhada, os sem-terra bloquearam a estrada PA-150 no km 95, conhecido como “Curva do S”, perto da cidade do município de Eldorado dos Carajás, onde solicitaram apoio do Governo nas negociações. Mais uma vez, os assentados foram contornados por acordos firmados pelos porta-vozes do Estado, com o major José Maria de Oliveira à frente, que seriam novamente descumpridos (MOVIMENTO..., 1999).

No dia seguinte, 17 de abril de 1996, o governador Almir Gabriel deu ordens ao coronel da Polícia Militar, Mário Colares Pantoja, para desobstruir a via. Sob o comando do coronel, cerca de 68 policiais militares fortemente armados começaram o maior extermínio na região que “resultou na morte dos 19 trabalhadores rurais sem-terra e deixando um rastro de mais de 51 feridos.” (SILVA, 2020, p. 15). E dentre esses ferido, dois não resistiram aos ferimentos e morreram no hospital.

A forma violenta com que os trabalhadores rurais foram atacados em Eldorado do Carajás marcou o conflito como um dos mais sangrentos no Pará. E após mais de 20 anos o caso segue sob a sombra da impunidade. Os policiais que participaram da ação foram denunciados pela Promotoria e submetidos a julgamento pelo Júri. Porém, a maioria foi absolvida por falta de provas e apenas o tenente coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira foram condenados, de acordo com o Ministério Público do Estado do Pará (2021). No entanto, os dois condenados aguardavam em liberdade o fim do processo. Ambos foram condenados em 2012, cumprindo prisão domiciliar, sendo monitorados por tornozeleira eletrônica. O coronel Mário Pantoja faleceu em novembro de 2020.

O assassinato dos trabalhadores rurais em Eldorado, e demais municípios brasileiros, pode ser percebido como uma das etapas mais brutais da expropriação

das terras por parte do empresariado. Pereira (2015) destaca que a prática dos crimes violentos, seja individual ou em grupo, se tornou comum na área rural da Amazônia. Esse tipo de solução para os confrontos é uma afirmação da impotência do poder público e a consolidação de uma autoridade paralela. É uma violência sofrida pelos que resistem à opressão dos colonizadores e donos do capital chamada por Medeiros (1996, p. 5) de “padrão tradicional de dominação na história brasileira.”

Por isso, para compreender que o massacre de Eldorado não foi um caso isolado, é relevante discutir sobre o contexto dos confrontos no campo no território amazônico, composto pelas inúmeras ocupações. Essas, responsáveis pelo advento e crescimento da violência nas áreas rurais da região.

## **2.2 Cenário dos conflitos no campo**

Os conflitos no campo são descritos pela Comissão Pastoral da Terra (2022) como atos de resistência ocorridos nos mais diversos contextos da zona campestre e entre classes sociais distintas. Algumas das pautas dos esquecidos pelo Estado nesses conflitos, destacados por Campos e Ravena (2017), são a defesa do meio ambiente, proteção dos direitos trabalhistas dos agricultores, manutenção do estilo de vida dos povos originários e aplicação de uma reforma agrária. Fatores valiosos para a sobrevivência desses agentes sociais que colocam em destaque o direito à terra.

Medeiros (1996) aponta que os conflitos no campo possuem uma formação estrutural, além de mostrar um dos lados da política no Brasil. Essa estruturação diz respeito ao processo de remodelamento do território brasileiro fundamentado em práticas violentas executadas em todos os seus espaços (CAMPO; RAVENA, 2017).

Apesar dos confrontos entre os mais contra os menos favorecidos, política e economicamente, não serem algo exclusivo das áreas rurais, é no campo onde os embates são intensificados e contam com uma linha padronizada de enfrentamento às comunidades e suas lideranças (MEDEIROS, 1996). É a sistematização da tomada de poder pelos mais ricos contra os menos privilegiados do país.

De acordo com Feliciano (2016), os povos indígenas foram os primeiros a serem perseguidos em seus lares. Eles foram expulsos de seus povoados e destinados à morte ou escravidão pelos colonizadores que desejavam suas terras e não compreendiam seu estilo de vida – usufruir da natureza a quantidade necessária para atender somente as demandas da comunidade (FELICIANO, 2016). Segundo o

autor, milhares de indígenas foram assassinados desde o período da colonização europeia e até hoje sofrem a pressão dos donos das grandes construtoras e do garimpo.

Seguido dos povos indígenas, os negros também entraram em conflito com os donos do capital. Primeiro, sofreram durante o período da escravidão, depois se uniram na fuga e criação dos quilombos - local de acolhimento em que prevalecia a liberdade e o trabalho coletivo - e, posteriormente, viraram alvos da elite, entrando em diversos confrontos que resultou em incontáveis mortes (FELICIANO, 2016).

Os conflitos e as práticas de violência, ainda presentes nas trajetórias dos indígenas e dos negros, alcançou os camponeses que surgiram na Amazônia durante o período das políticas de povoamento da região (CAMPOS; RAVENA 2017). Mais tarde, a população campesina foi atingida por diversas tentativas de subordinação, malefícios nas relações trabalhistas e coerção frequente.

Os conflitos no campo são um retrato da desigualdade social e a Amazônia tornou-se o centro desses intensos embates, por causa de seu protagonismo na ocupação irregular e exploração desordenada de bens naturais, como destaca Araújo (2007). Ainda segundo a autora, esses confrontos são compostos por vários sujeitos, entre eles o Estado, madeireiros, fazendeiros, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, nos quais os três primeiros buscam manter seu poder na região e os dois últimos intentam viver sem serem constantemente perseguidos.

Desde o acentuado fluxo migratório de empresas e trabalhadores à Amazônia, no início da década de 1870, os povos originários e o campesinato lutam pelos sua subsistência e existência (GONÇALVES, 2011). Esses grupos são constantemente alvos de estratégias, atos organizados e obstáculos cometidos pelos mais poderosos economicamente para impedi-los de permanecer em seus territórios (GONÇALVES, 2011). Como aborda Araújo (2020), o desrespeito com os trabalhadores rurais e comunidades é um reflexo do interesse das grandes corporações, apoiadas pelos investimentos públicos e privados, em explorar ao máximo os recursos naturais do território amazônico sem avaliar os impactos das operações.

Para Araújo (2020), os governos de todas as esferas (municipal, estadual e federal) não possuem uma preocupação efetiva com os danos ambientais e socioeconômicos decorrentes do neoliberalismo incutido nos empreendimentos alocados na Amazônia. Assim, não há medidas consistentes e políticas públicas para a população local, mas somente jogos de poder que potencializam os conflitos, a

barbaridade, a pobreza e demais aspectos da precarização da vida na região amazônica.

Para Thompson (2011), o campo onde ocorre esses jogos de poder ressaltam as relações assimétricas em que agentes ou grupos particulares detêm influência em detrimento a outros, os colocando como uma ameaça ao coletivo. Na tensão entre esses grupos, há uma operação de sentidos ideológicos, compreendidos pelo sociólogo como os responsáveis pela criação ou preservação de condições já existentes. Esse estado de desequilíbrio relacional é delineado por Chauí (2016) ao definir algumas noções de ideologia que, entre outros aspectos, generaliza para a sociedade uma universalidade imaginária das perspectivas de uma classe. No caso, a que domina as relações sociais.

Ao pensar nessas relações de dominação voltadas aos conflitos no campo na Amazônia, identifica-se na população campestre os indivíduos que ameaçam os sujeitos pertencentes ao grupo dominante, detentores do capital. Estes, por sua vez, os colocam como um perigo para a sociedade. E é nesse cenário de antagonismos que surge as mais diversas faces da violência, consequência das sucessivas ocupações territoriais iniciadas durante a colonização de Portugal no século XVII, seguida pelos governos que comandaram o Brasil posteriormente (PRATES; BACHA, 2011).

### 2.2.1 Os rastros de ocupação na região Amazônica

Os conflitos no campo na Amazônia são provenientes de invasões colonizadoras que, no decorrer dos anos, passaram por ciclos territoriais diferentes, constando em todas as suas fases o objetivo de ampliar o mercantilismo local para o âmbito mundial (BECKER, 2015). Dentro desses distintos estágios de exploração, Becker (2015) destaca momentos significativos da difusão do capitalismo em detrimento da natureza: a busca pelas drogas do sertão no período colonial, o ciclo da borracha iniciado na década de 1880 e as leis de incentivo à ocupação a partir de 1960.

O período da busca pelas drogas do sertão ocorreu no final do século XVII, quando os europeus tentavam desbravar a floresta Amazônica e espaços de vegetação, referidas por eles como um sertão brasileiro, à procura de especiarias (GOMES, 2012). Os colonizadores registraram que os condimentos ficavam em

lugares de difícil acesso, mas o desejo em catalogar o máximo de informações sobre o local e obter êxito nas expedições não os fazia desistir (SANTOS, 2021).

A caçada no território amazônico foi atravessada por métodos de conquistas consideradas modernizadoras, cujo objetivo era responder a política e economia dos países exploradores. Muitos deles eram grandes consumidores de itens como cacau, castanha, guaraná, cravo, óleos e demais produtos (GOMES, 2018). Diante disso, a Amazônia foi o berço da coleta das drogas do sertão, modelo de economia que manteve o fornecimento dos produtos dentro e fora do país e que era fonte de renda essencial da Coroa até o século XVIII, de acordo com Gomes (2018). Porém, o sucesso exploratório das drogas ocorreu graças à utilização da mão de obra indígena sob o comando de colonizadores europeus, especialmente os portugueses (POMPEU, 2021).

Os lusitanos não possuíam noção do território amazônico e sabiam que sem os povos tradicionais não conseguiriam encontrar as especiarias que procuravam, pois “o conhecimento indígena era preponderante para essas descobertas.” (POMPEU, 2021, p. 25). Eram os indígenas quem detinham o saber das dinâmicas dos rios, das matas e do tempo. Por isso, a participação dos nativos tornou-se essencial para a manutenção da exploração da natureza, pois exigia pouco investimento e gerava lucro aos colonizadores.

Os indígenas eram colocados em expedições para a coleta dos produtos, sem qualquer proteção ou garantias de retorno à aldeia (ROLLER, 2013). Conseqüentemente, ao entrarem nas matas em buscas dos condimentos, muitos fugiam em direção às comunidades mais próximas ou se dirigiam aos rios com destino às suas habitações de origem (SAMPAIO, 2012).

A fuga de alguns nativos, somadas as resistências de outros e a morte dos restantes, despertou uma reação inflamada por parte dos senhores coloniais. Como vingança, Pompeu (2021) relata que os portugueses aumentaram a exploração desenfreada da mão de obra indígena, resultando em guerras frequentes contra os povos da floresta.

Então, no decorrer de 1800, durante o intenso processo de exportação dos bens naturais amazônicos, uma das especiarias da região deixou de ser uma corriqueira droga do sertão e virou foco de larga exploração: a borracha. A intensa caçada pelo látex para atender demandas do mercado internacional fomentou o início

do ciclo da borracha, dividido em duas etapas, sendo o momento seguinte na história da ocupação do território amazônico.

Em 1850, europeus e migrantes de outras localidades do Brasil já se dirigiam à Amazônia para a extração do látex (TRINDADE; DE OLIVEIRA, 2012). Contudo, foi em 1887 quando o país passou a receber inúmeros pedidos de exportação da borracha, por causa do crescimento industrial automobilístico estrangeiro (SILVA; SCUDELLER, 2022). Para atender a procura pela matéria-prima, o governo brasileiro incentivou milhares de nordestinos a migrarem para o norte do país como meio de fugirem da seca e obterem melhores condições financeiras por meio do “ouro branco”. (VERÍSSIMO; PEREIRA, p. 91, 2014).

O primeiro ciclo da borracha foi um período marcado pela formação dos seringais, migração em massa dos nordestinos, consolidação do sistema de aviamento<sup>6</sup> e conflitos entre os donos dos seringais e os seringueiros em vista do controle socioespacial extrativista (PONTES, 2014). Porém, após quase três décadas, o domínio comercial brasileiro sobre a fabricação da borracha perde espaço no mercado internacional.

De acordo com Pontes (2014), em 1913 os ingleses começaram a produzir toneladas de borracha em quantidades maiores que as fabricadas no Brasil. O pesquisador explica que isso ocorreu, pois, em 1871, o inglês Henry Alexander Wickham furtou 70 mil sementes de seringueira da cidade de Santarém (PA) e as transportou para a região sul do continente Asiático, dominado pelo governo britânico. Assim, cerca de 40 anos depois, o monopólio extrativista gomífero brasileiro foi retirado por países como a Malásia (PONTES, 2014). A concorrência Oriental fragilizou a economia na Amazônia a partir de 1920 e uma breve recuperação surgiu durante a segunda Guerra Mundial (1940-1945), sendo demarcada como o início do segundo ciclo da borracha.

Em 1942, os Estados Unidos e o Brasil assinaram o Acordo de Washington, no qual o primeiro se comprometeu em financiar programas e fornecer material bélico em troca do segundo fornecer borracha e demais matérias-primas para serem usadas na guerra (GUILLEN, 1997). Para agilizar o tratado, o Governo Federal da época, sob o

---

<sup>6</sup> O aviamento era um sistema baseado em mercadorias e crédito adiantados por comerciantes (ou aviador) a trabalhadores, conforme Veríssimo e Pereira (2014). As autoras dissertam que, durante o ciclo da borracha, esse processo foi consolidado como a base da comercialização, no qual bens de consumo e instrumentos de trabalho eram antecipados aos migrantes que deveriam pagá-los por um preço exorbitante. Diante disso, muitas ficavam presas a uma dívida que nunca tinha fim.

comando de Getúlio Vargas, mandou desenvolver campanhas que abordassem uma conscientização patriótica sobre as batalhas com textos atrelados a um futuro promissor na Amazônia. Uma estratégia que, de acordo com Guillen (1997), é marcada pelo fluxo migratório de aproximadamente 50 mil nordestinos ansiosos por uma vida próspera prometida pelo Estado, sendo intitulados como Soldados da Borracha.

A visão dos governantes brasileiros em oferecer o território amazônico para os migrantes como um local valioso e desabitado é entendida por Gondim (1994) como a mesma imagem da região reproduzida pelos europeus quando a invadiram: farta e desabitada. Essa Amazônia inventada transformou-se na materialização de um local onde tudo é possível para quem ambiciona posição social e crescimento monetário. Logo, o segundo ciclo da borracha, semelhante ao primeiro, foi tomado pelo poder do capital mercantil e industrial. E o intenso desejo de modernização alinhado ao aumento da indústria gomífera causou a destruição de culturas, inserção do trabalho escravo e danos à natureza (GONDIM, 1994). E todas essas práticas foram realizadas em nome de um progresso econômico que surgiu tão rápido quanto seu desaparecimento.

Como destacam Silva e Scudeller (2022), a baixa no interesse da borracha explorada na Amazônia foi sentido logo após ao fim da guerra. Os estudiosos relatam que nesse momento o Governo Federal começou a pensar em novas formas de expandir o capital na região, sem pensar na população recrutada que ficou sem a sua única fonte de renda: os seringais. Então, enquanto alguns cidadãos tentavam voltar à terra natal ou se dirigir para a cidade de Belém em busca de possibilidades financeiras, outros ficaram nos municípios onde atuaram na extração do látex e transformaram os locais em moradia (PONTES, 2015).

Os antigos Soldados da Borracha, agora novos moradores da região, começaram a ser chamados de posseiros, termo entendido por Oliveira (2005) para se referir a um agricultor pobre, sem a possibilidade de adquirir o antigo crédito fornecido pelo banco e que sobrevive de uma terra sem um documento que comprove sua aquisição. É alguém, conforme complementa o autor, que não deve ser visto como um invasor, pois é apenas mais uma vítima das relações de poder capitalista e da massiva exploração dos bens naturais da Amazônia.

Sem se preocupar com a situação financeira dos trabalhadores rurais e com os problemas ocasionados pela apropriação desenfreada de terras nos anos anteriores,

o governo começou a examinar o desejo dos outros países em adquirir os recursos naturais da Amazônia (TRINDADE; DE OLIVEIRA, 2012). Assim, de acordo com Silva e Scudeller (2022), os meses de indefinição econômica geraram intervenções do Estado, como a construção das rodovias que ligavam o Centro-Sul ao Norte. Essas ações foram as responsáveis pelo aumento da população na área que passou de 1 milhão para aproximadamente 5 milhões, além de ser a abertura de mais um momento de ocupação na Amazônia, oriunda das concessões de benefícios fiscais (SILVA; SCUDELLER, 2022).

No período em que foram criadas as leis de incentivo, o Brasil estava sob o regime da ditadura militar, instaurado em 1964 (CASTRO, 2017). Os militares usaram seu método autoritário de governo para promover projetos à região Amazônica com o discurso de ocupar os espaços considerados vazios, estimular o progresso e garantir a segurança da região diante dos interesses internacionais (CASTRO, 2017). No entanto, esse plano econômico não apresentava nenhuma melhoria para a Amazônia e a população local, pois apenas retomava a política dos governos anteriores que favorecia somente a elite do país.

Para Prates e Bacha (2011), os militares compreendiam o norte do Brasil como uma localidade rica e potencialmente estratégica. Por isso, viram a necessidade de manter um controle sobre a região. E em 1966, renovaram empresas estatais como o Banco de Crédito da Borracha e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), as transformando no Banco da Amazônia S. A. (Basa) e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), respectivamente; e criaram no ano seguinte a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), desenvolvida para gerar incentivos no campo da tecnologia (PRATES; BACHA, 2011).

Ainda em 1966, os governos militares executaram uma das decisões responsáveis pela degradação do meio ambiente e da existência das comunidades locais: as políticas de colonização da Amazônia por meio do decreto lei 5.137 e do projeto de lei 5.174 de 27 de outubro de 1966 que concediam mais incentivos fiscais (CAMPOS; RAVENA, 2017). Nessa ocasião, os empresários viram na oferta de ampliação de subsídios a oportunidade de fixar empreendimentos agropecuários, como relatam Campos e Ravena (2017). Ainda segundo os autores, os mais novos proprietários de terras da Amazônia tinham os olhos direcionados ao estado do Pará,

principalmente nas partes sul e sudeste, pois nelas estavam situadas bens naturais importantes, como o minério.

A ânsia dos militares em aplicar todas as medidas de colonização mostra como a Amazônia era, e ainda é gestada apenas como uma fonte inesgotável de recursos, sem direito a políticas públicas adequadas (SANTOS, 2021). A Amazônia, em especial os estados que fazem parte da Região Norte, são continuamente explorados, abandonados e lembrados pelo Estado somente durante os graves episódios de conflito em torno da disputa pela posse da terra. Como afirma Santos (2021), é um pedaço do Brasil que é alvo contínuo de discursos colonizadores, no qual a única diferença são os seus interlocutores.

Nos anos seguintes à implementação das leis de incentivo, iniciou um novo rumo na história da ocupação da região amazônica com a inserção de arrojados empreendimentos. Assim, para o Governo Federal, a “colonização, estradas e grandes projetos constituíram pilares da política de integração nacional.” (CASTRO, 2017, p. 24). Os dois primeiros, colonização e estradas, já estavam bem consolidados na região e, aos poucos, estavam dando espaço para o terceiro pilar.

Desde a promoção de desenvolvimento da região amazônica na década de 1960, o Governo Federal buscou estimular a expansão da colonização no local, com o intuito de conseguir investimento de empresários brasileiros e estrangeiros (CASTRO; CAMPOS, 2015). No estado do Pará, por exemplo, foram incentivados projetos nas áreas da agropecuária que cresceram rapidamente com a facilitação do financiamento oferecido por órgãos como Sudam e Basa (CASTRO; CAMPOS, 2015). Assim, em 1974, foi formulado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), responsável pela demarcação de 15 polos regionais, onde cada um possuía determinado tipo de produção. Em seus espaços, intensificou-se a construção de obras de infraestrutura para facilitar a entrada na zona rural, além de serem os locais de instalação dos grandes projetos (OLIVEIRA, 2018).

Oliveira (2018) demarca como grandes projetos as iniciativas públicas ou privadas que pretendem aprimorar a extração de recursos naturais e integrar a zona exploratória na dinâmica econômica internacional. Na Amazônia Brasileira, os exemplos de grandes projetos são as mineradoras, hidrelétricas, estradas, ferrovias e portos que tomaram conta das propriedades dos povos tradicionais e que fomentaram o crescimento de conflitos e processos violentos durante sua execução (CASTRO, 2018).

Junto com o estímulo financeiro, foi iniciada uma logística de desenvolvimento nos polos regionais nos anos 197, com fim na década de 1980. No estado do Pará, de acordo com Junior (2006), os investimentos foram para expandir o Projeto Jari (1968)<sup>7</sup> e criar os seguintes projetos: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1974), Projeto Trombetas (1979), Projeto Carajás (1985) e Projeto Albras/Alunorte (1985)<sup>8</sup>. A instalação dessas obras acarretou à fundamentação dos métodos capitalistas de exploração, no qual cada uma das concessões dadas aos empresários pelo Estado foi justificada em favor da modernização (MALHEIRO, 2020). Desse modo, a situação precária em que os povos da região foram relegados ocorreu por conta dos projetos executados pelo governo, sejam as grandes obras de integração, como as rodovias Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho (BR-364), Santarém-Cuiabá (BR-163) e Perimetral Norte (BR-210), ou os projetos de extração de recursos naturais, como os concentrados no sul e sudeste do Pará (BRITO; CASTRO, 2017).

O andamento das atividades industriais na Amazônia deixou de lado os interesses das comunidades tradicionais e do campesinato, e os colocou em condições de desalojamento, expulsão, pobreza e em situações de “realização de processos econômicos pela via da violência.” (MALHEIRO, 2020, p. 93). O acentuado fluxo migratório dirigido à Amazônia originou diversos conflitos: “pseudoproprietários e proprietários de fato contra posseiros, posseiros e índios contra mineradoras e madeireiras, índios e posseiros (que disputam entre si faixas de terra, já que não têm condições de garantir ganhos ao disputarem contra o capital) e outros.” (LOUREIRO; GUIMARÃES, 2007, p. 226). Esses confrontos pela adição ou manutenção da propriedade começaram a criar uma marca de violência na região, como discute Campos e Ravena (2017).

---

<sup>7</sup> O Projeto Jari é o nome de um grande empreendimento idealizado pelo americano Daniel Ludwig e destinado a plantação de eucalipto e produção de celulose em uma área de 1,6 milhões de hectares no vale do rio Jari, localizado entre os estados do Pará e Amapá (CASTRO, 2018).

<sup>8</sup> A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é a segunda maior central hidroelétrica brasileira construída no Rio Tocantins, na cidade de Tucuruí, sudeste paraense. Sua implantação imprimiu mudanças substanciais na estrutura espacial do médio Tocantins; o Projeto Trombetas, promovido pela empresa Mineração Rio Norte (MRN), é responsável pela extração de bauxita no município de Oriximiná, causando impactos no meio ambiente e na vivência das comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; o Projeto Grande Carajás (PGC) foi criado pela Companhia Vale do Rio Doce em parceria com um grupo empresarial japonês para extrair minério de ferro, minério de alumínio, cobre, manganês e bauxita, além de investir na pecuária e agricultura; e o Projeto Albras/Alunorte, localizado na cidade de Barcarena, é voltado para a produção industrial de alumínio a partir das jazidas de bauxita. Sua construção acarretou, além da degradação da natureza, na elaboração de moradias para os empreiteiros contratados, gerando consequências nas vidas dos moradores locais.

A maioria dos conflitos no campo registrados no estado do Pará eram decididos diretamente entre os sujeitos envolvidos, pois não havia uma fiscalização verdadeira por parte dos órgãos competentes (CAMPOS; RAVENA, 2017). Nessa época, poucas pessoas tinham documentos que comprovavam a posse da propriedade, apesar de ocuparem o território de modo legítimo (LOUREIRO; GUIMARÃES, 2007).

A venda dos lotes públicos de terra na Amazônia mesclada a insuficiência de suporte do governo às comunidades locais, acarretou no fortalecimento dos confrontos e ações violentas, como a coerção, ameaças, destruição do patrimônio e mortes (CAMPO; RAVENA, 2017). Porém, as questões fundiárias começaram a ter visibilidade diante da pressão de movimentos sociais e figuras públicas que lutavam em defesa dos que realmente precisavam de apoio (TAVARES, 2009). E uma das mais importantes lideranças organizacionais que denunciavam – e ainda denunciam - os conflitos ocorridos no campo e as práticas violentas resultadas desses confrontos é a Comissão Pastoral da Terra, também conhecida por sua sigla: CPT (PEREIRA, 2013).

A CPT é uma entidade que busca alertar tanto o poder público quanto a sociedade dos embates e casos de violência invisibilizados nas áreas mais afastadas ou esquecidas pelo Estado (TAVARES, 2009). Como afirma Pereira (2013), a CPT dá o suporte que essa parte do povo precisa, além de mostrar a eles os seus direitos e a força enquanto sujeitos políticos unidos.

### 2.2.2. A participação da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos

Concomitante à evolução dos grandes projetos, os conflitos dos empresários com os moradores da região amazônica também aumentaram (PEREIRA, 2013). No caso dos posseiros, eles tentavam sobreviver junto aos grandes latifundiários ao tentar vender para o empresariado os produtos advindos do seu trabalho na terra que ocupavam, segundo Oliveira (2005). Contudo, constantemente se viam confrontados em situações de abuso trabalhista, ameaça, expulsão e morte (PEREIRA, 2013).

Pereira (2013) aponta que no início dos anos 1970 os posseiros começaram a receber o apoio de agentes pastorais da Igreja Católica - padres, freiras e bispos – que os orientavam em questões relacionadas à saúde, educação e conhecimento dos direitos trabalhistas. Ainda de acordo com o autor, com o desenvolvimento da relação desses dois grupos, o trabalho da ala religiosa se expandiu e resultou na criação da

Comissão Pastoral da Terra (CPT): uma organização capaz de dar todos os tipos de suporte ao principais fragilizados nos intensos conflitos do campo.

Fundada em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e apresentada no Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, no município de Goiânia, a CPT foi anunciada como uma entidade voltada ao apoio social e realização de atividades, em parceria às comunidades locais (CAMPOS; RAVENA, 2017). O objetivo da Comissão foi proferido em organizar procedimentos político-pedagógicos e ser um setor de suporte aos povos tradicionais, trabalhadores rurais, posseiros e lideranças de movimentos populares (CAMPOS; RAVENA, 2017). Ou seja, ser canal de denúncia e espaço de acolhimento à população pobre e abandonada pelo poder público.

Antes de estar presente em todas as regiões do Brasil, a CPT iniciou sua atuação nas cidades de Marabá e Conceição do Araguaia e, posteriormente, expandiu para os outros municípios da Amazônia, onde religiosos auxiliavam, em especial, os posseiros vítimas dos conflitos por terra (PEREIRA, 2013). Com a expansão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão em todo o país e o agravamento dos conflitos no campo, os agentes pastorais compreenderam a necessidade de registrar e publicar os detalhes dos confrontos e ataques violentos que a comunidade do campesinato sofria (LIMA; PINHEIRO, 2016).

Assim, em 1985, a CPT produziu e divulgou o primeiro relatório sobre os confrontos e casos violentos ocorridos no país. Como assinalam Campos e Ravena (2017, p. 118), nos documentos constavam “dados de assassinatos, ameaças de morte, trabalho escravo, expulsões, prisões, entre outros atos violentos em áreas rurais.”

Esse trabalho de diagnóstico dos crimes cometidos contra os trabalhadores, segundo Lima e Pinheiro (2016), foi sistematizado com a publicação das informações assumindo periodicidade anual e publicação em formato de livro com o título *Conflitos no Campo*, sob responsabilidade de um setor da CPT, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Atualmente, o documento pode ser encontrado de modo gratuito no site da entidade.

Ainda de acordo com o site da Comissão, o registro dos conflitos e casos de violência no campo do país são feitas em fidelidade a Deus, à terra por ele criada e aos pobres que nela residem. E a documentação é norteada por seis diretrizes: teológica, ética, política, pedagógica, histórica e científica.

A produção e publicação dos relatórios sobre a violência no campo no Brasil é um trabalho singular da CPT. Como afirmam Lima e Pinheiro (2016), somente a Comissão divulga anualmente, desde a década de 1980, o levantamento dos confrontos, assassinatos, denúncias e outros tipos de ataques sofridos pelos posseiros, trabalhadores, comunidades tradicionais e seus companheiros de luta. Os pesquisadores também destacam a relevância na reunião dos registros das reuniões dos agentes pastorais e reflexões a partir dos dados reunidos pela entidade. Essa compilação pode ser referida como uma das mais ricas fontes documentais da história da luta no campo, além de servir como base para construção de políticas agrárias e estudos acadêmicos (LIMA; PINHEIRO, 2016).

Nepomuceno (2019) utiliza os dados da Comissão como a principal fonte para abordar e contextualizar os conflitos no campo e pela terra na Amazônia e no Pará em *O Massacre*. O jornalista explana que os números acerca dos assassinatos são sufocantes, mas necessários para entender o que acontece na área rural da região norte, assim como compreender a violência que culmina na morte da população campesina, como a tragédia em Eldorado. A chacina foi a responsável por 72% das mortes catalogadas no ano de 1996.

No caso da presente pesquisa, os cadernos da CPT também exercem um papel fundamental, pois auxiliam no entendimento do cenário dos conflitos no campo. Como é relatado na apresentação do relatório de 2020, os confrontos são entendidos como atos de resistência ocorridos no espaço rural entre grupos sociais distintos, empregados como reflexo da ausência do poder público, seja federal, estadual ou municipal. Além disso, os conflitos no campo são compreendidos pela Comissão como algo extenso, pois outros enfrentamentos são catalogados dentro dele, como conflitos por terra, pela água, trabalhista, em período de seca, em áreas de garimpo, sindicais e na política agrícola

De acordo com a CPT (2022), os conflitos por terra são os que registram o maior número de ocorrências. Esse tipo de conflito é conceituado pela entidade como ações de resistência, a exemplo de ocupações e retomadas de acampamentos, em que a luta é centrada no direito à terra e uso de seus recursos naturais pelos habitantes que sobrevivem dela, como “posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2020, p. 13).

As ações de resistência usada pelos grupos citados acima é um modo de defesa a expropriação, método frequentemente executado por empresas nacionais e multinacionais, em conformidade com o Estado (OLIVEIRA, 2005). O ato ocorre quando empresários, fazendeiros, grileiros, políticos, latifundiários e outros assumem a posse de um lote de terra, transferida a eles de modo legal pela União, e em seguida decidem expulsar os antigos e legítimos moradores. Esse processo ocorre rapidamente e com facilidade pelos grupos economicamente privilegiados, pois eles detêm vantagens em comparação à população local, como conhecimento de editais públicos e aquisição de documentos (LOUREIRO; GUIMARÃES, 2007).

Diante dessa condição desigual, Oliveira (2005) afirma que resta aos posseiros, trabalhadores e comunidades tradicionais a luta, perda ou abandono de suas propriedades. E os que optam por resistir e não ceder a essa política que trata a natureza como algo privado, começam a travar batalhas diárias, no qual algumas chegam a ser mortais.

Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra (2020), houve um acréscimo nos últimos dez anos de aproximadamente 67% dos casos de conflitos por terra, ocorridas em sua maioria na Amazônia sob o protagonismo da região Norte.

No relatório lançado em 2022, referente à análise de dados correspondentes aos casos de 2021, o cenário não mudou. Os conflitos por terra seguem a frente com 49,49% das ocorrências e mais da metade estão concentrados no Norte do país, com o estado do Pará liderando: 156 casos foram registrados. Assim, esse panorama da incessante disputa pela terra é consequência do desenvolvimento do estilo capitalista de produção que deriva em variados tipos de violências contra o povo.

### 2.2.3 Pistolagem e os massacres: a escalada da violência no campo no Pará

Assim como o fluxo contínuo de reordenação territorial, a população campesina também sofre diariamente com outras situações, vistas como altamente perigosas, como as mortes encomendadas. Pereira (2013) ressalta que a maioria das execuções possuem a pistolagem como o principal método de extermínio.

Barreira (2014) alega que a pistolagem é compreendida em um sentido imediato em que um assassinato é cometido por um bandido, chamado de pistoleiro, que tem a pistola como seu instrumento. O pesquisador declara que, apesar da justiça dizer que pistolagem é uma expressão do ambiente policiaisco e que o ato deve ser

classificado como homicídio ou latrocínio, o referido crime vai além de um roubo comum ou de um assassinato com pistola, pois envolve dinheiro e uma estrutura complexa de ação. É um sistema constituído por vários autores, de hierarquias diferentes e que recebe diversos termos, como assassinato de aluguel ou crime por encomenda (BARREIRA, 2014).

Para Guimarães e Barp (2011, p. 121), a pistolagem deve ser entendida como uma prática de violência composta por uma organização ramificada e formada por quatro indivíduos basilares: “o mandante do crime, o intermediário, o pistoleiro e as vítimas.” Não obstante, outros sujeitos podem estar envolvidos na ação, possuindo uma função: atrapalhar as investigações do caso. O posicionamento de obstruir um inquérito é um dos exemplos dessa estrutura de poder, sendo o retrato da desigualdade penal e o meio utilizado pelos mais ricos para garantir a impunidade de seus crimes (GUIMARÃES; BARP, 2011).

Entre tantas relações, a pistolagem na Amazônia possui ligação direta com a polícia, como descreve Nepomuceno (2019) na reconstrução do massacre na Curva do S em seu livro-reportagem. O autor destaca que os pistoleiros conhecidos na região, Jamaica e Carioca, tinham contato direto com os policiais do município e das cidades de Paragominas e Marabá. A partir dos depoimentos dos sobreviventes da chacina, os dois são identificados como infiltrados na ação do dia 17 de abril.

A matança em Eldorado é um retrato de como a prática da pistolagem se estabeleceu como parte do modelo econômico local, oriundo dos grandes projetos implantados durante a ditadura militar e existente até os dias atuais (LOUREIRO; GUIMARÃES, 2007). O emprego desse tipo de violência tornou-se a principal via de manutenção do privilégio dos grupos mais abastados do campo.

De acordo com Sacramento (2020), a rotina dos que defendem o meio ambiente e o terreno onde habitam passou a contar com a prática da pistolagem. O método virou um negócio lucrativo nas áreas rurais, pois enquanto os mandantes desejam eliminar a população que está na linha de frente dos embates e possuir a propriedade ocupada por eles, os pistoleiros veem nas execuções uma forma de alcançar prestígio e dinheiro rápido (GUIMARÃES; BARP 2011). Assim, o assassinato do campesinato e dos líderes de movimentos populares é visto como uma medida rápida e vantajosa pelos donos do capital e dos pistoleiros que atuam ao seu comado.

Ao afunilar o sistema de pistolagem praticado no estado do Pará, inúmeros casos podem ser rememorados para compreender essa discussão, como as mortes

encomendadas do sindicalista João Canuto, em Rio Maria (1985); do advogado Paulo Fontelles, em Ananindeua (1987); do deputado João Batista, em Belém (1988); da missionária Dorothy Stang, em Anapu (2005); do casal de ecologistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova Ipixuna (2011); do líder indígena Isac Tembé, em Capitão Poço (2021); do ambientalista Zé do Lago e sua família, em São Félix do Xingu (2022); do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, no Vale do Javari (2022); e de tantas outras lideranças que não foram manchetes nos jornais e internet.

Loureiro e Guimarães (2007) ressaltam que além das mortes encomendadas, os massacres, também chamados de chacinas ou assassinatos em massa, também são ardis violentos executados por pistoleiros. Ainda de acordo com os autores, no Pará, as chacinas viraram hábito e um sinal de silenciamento. Entre tantos episódios, destaca-se os noticiados pela mídia: a Chacina Dois Irmãos, no município de Xinguara, que resultou na morte de seis trabalhadores (1985); a Chacina Ingá, em Conceição do Araguaia, com treze mortos (1985); a Chacina Paraúnas, em Xinguara, com dez trabalhadores mortos (1986); a Chacina Fazenda Pastorisa, em São João do Araguaia, com três assassinatos (1995); a chacina ocorrida no município de Eldorado dos Carajás que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais (1996); e a Chacina de Pau D'arco, na fazenda Santa Lúcia, onde dez trabalhadores rurais foram mortos (2017).

Diferentes das mortes anunciadas, em que as vítimas conseguem tomar certas medidas de proteção por tempo determinado ou deixar a sociedade previamente ciente de sua situação - feito alcançado por conta da lista de ameaçados divulgada pela CPT-, as chacinas são inesperadas, sem dar a chance de socorro (GUIMARÃES; BARP, 2011). É o extermínio usado como instrumento para calar as vozes e manter a exploração desenfreada dos bens naturais.

As chacinas são mais um passo para a banalização da morte, pois sua qualidade é medida pela quantidade de pessoas executadas e pelo tipo de violência efetuada (GUIMARÃES; BARP, 2011). Para Pereira (2015), a maioria dos massacres contam com alto grau de crueldade por parte dos pistoleiros que, sempre que possível, exibem seu divertimento enquanto a vítima está exposta em situações humilhantes e dominada pela dor. O autor também declara que é importante citar que a chacina não é algo que conta somente com a participação de grandes latifundiários e pistoleiros contratados. O crime possui marcas do poder público, pois alguns dos autores dos

disparos ou são policiais contratados por empresários com forte influência política, ou estão a mando do próprio Governo, a exemplo da ação em Eldorado do Carajás (PEREIRA, 2015).

Quando os assassinatos individuais ou as chacinas ocorrem, os conflitos no campo voltam a ser discutidos nos ambientes políticos e sociais. Campos e Ravena (2017) afirmam que é importante os episódios de violência no campo estarem nesses espaços, pois conseqüentemente ressurgem nos noticiários. Esse retorno midiático, mesmo que de modo factual, traz as questões esquecidas pelo Governo e impulsiona o interesse de uma parcela da sociedade por mais informações.

#### 2.2.4 A abordagem narrativa dos conflitos por terra

Diversos jornalistas, historiadores, sociólogos e demais profissionais se dirigem aos locais dos conflitos no campo para registrar, informar ou produzir estudos sobre o fenômeno da violência nas áreas rurais. No caso da imprensa, repórteres são enviados e, a partir de suas entrevistas, inúmeras abordagens são feitas, construindo narrativas sobre as mortes, os movimentos sociais e os conflitos no campo. Entretanto, determinadas contradições são encontradas nas matérias, pois a mídia hegemônica, sempre que possível, busca mostrar um apelo social paralelo a discursos que não ataquem determinados donos do capital, porque são eles quem dominam os grandes espaços de informação (SOUZA; SILVA, 2013).

Como modo de solucionar o problema na construção das narrativas voltadas às tragédias históricas, Figueiredo e Santos (2020) dizem que é preciso considerar, com mais ênfase, a voz dos excluídos socialmente, dos que sofrem as barbáries e dos que ainda carregam as marcas dos ataques político-social do sistema capitalista. Os autores complementam que os relatos dos cidadãos comuns, como os camponeses habitados na Região Norte, são historicamente esquecidos e, por isso, não podem mais ser ignorados.

Os jornais de grande circulação, denominado por Figueiredo e Santos (2020) como fonte de narrativas oficiais, frequentemente não utilizam o lado das vítimas e dos sobreviventes de modo adequado. O povo é colocado à margem, sem contar com a opção de ser escutado com a devida atenção. Em razão disso, o testemunho do sujeito precisa ser valorizado.

De acordo com Sarlo (2007), utilizar o testemunho como produção narrativa garante o lugar do personagem, além de usá-lo como instrumento da memória, a exemplo dos casos traumáticos ou de atos executados durante governos ditatoriais. Com o uso dos depoimentos, os jornalistas são capazes de reanalisar o episódio selecionado e a sociedade de compreender as nuances do seu contexto.

Com a popularização do acesso à internet, os sujeitos passaram a compartilhar rapidamente os mais variados tipos de ocorrência. Silva e Mattos (2018) falam que com o celular na mão, os sujeitos começaram a produzir conteúdo. Ainda segundo os autores, com essa nova dinâmica comunicacional um mesmo tema é abordado, mas cada narrativa é feita a partir de perspectivas individuais, gerando uma multiplicidade de relatos. Nesse espaço, as mídias sociais tornam-se a representação da liberdade de comunicação da população, fenômeno que o jornalismo diário precisou se adequar.

Para manter o antigo e o novo público durante o desenvolvimento acelerado da internet, o jornalismo passou por uma reconfiguração. Suas transformações técnicas podem ser vistas, por exemplo, na criação de sites jornalísticos colaborativos, como *A Pública*, em que há presença ativa do leitor no financiamento e na estrutura da reportagem; ou na participação ao vivo durante a transmissão do jornal diário por meio de uma *hashtag*<sup>9</sup> específica (GIUSTI, 2019). É o modo de mostrar para o público a interação multiplataforma da notícia, no qual os sujeitos podem acessá-la de diversas maneiras, não importando qual seja a mídia (MARTINS; ROCHA, 2019).

Para Alves e Silva (2018), as novas práticas jornalísticas adotadas na era digital buscam acompanhar a interatividade das mídias sociais, além de contrapor a instantaneidade delas, usadas muitas vezes no jornalismo *selfie*. Os autores o apresentam como um termo para caracterizar uma modalidade do jornalismo móvel digital em que a câmera traseira e, principalmente, a frontal (modo *selfie*) são usadas para realizar uma cobertura. Os vídeos são transmitidos ao vivo e, posteriormente, publicados nas mídias sociais como notícia completa ou acessório de alguma matéria (ALVEZ; SILVA, 2018). Como exemplo desse tipo de jornalismo, pode-se citar o trabalho feito pelos perfis *Camarote da República*, *Central Política*, *Boatos.org*, *Mídia Ninja* e outros que surgiram, principalmente, com a evolução da internet e origem das redes sociais.

---

<sup>9</sup> São palavras, frases ou expressões antecedidas pelo símbolo “#” utilizado comumente nas redes sociais para classificar a publicação sobre um determinado assunto (MOURA, MANADAJI, 2014).

Apesar do jornalismo *selfie* ter a possibilidade de oferecer outro desempenho no tratamento da notícia, esse meio de fazer jornalismo pode gerar uma fuga do que precisa ser realmente abordado. Ou mais, reduzir a qualidade da notícia, gerando uma superficialidade no conteúdo diante do uso de imagens em excesso, linguagens particulares das mídias sociais e limitações da própria plataforma, como os caracteres do *Twitter*<sup>10</sup> (ALVEZ; SILVA, 2018).

Diante da adequação às tendências do universo digital, a narrativa jornalística fica mais uma vez comprometida pelas limitações de tempo-espço e contextos financeiros que rodeiam a produção na internet (GIUSTI, 2019). Por esse motivo, jornalistas inquietos com o fenômeno da notícia rápida e curta nas redes digitais ainda optam em fazer uso do livro-reportagem. Com ele, poderão investigar com profundidade assuntos abordados no âmbito virtual e desenvolvê-lo de um modo “interessante, atraente, criativo e humanizado” (GUZZO; TEIXEIRA, 2008, p. 3).

Com o livro-reportagem, o jornalista se propõe a fazer uma contranarrativa ao reavaliar o caso e construí-lo sob um olhar crítico e mais questionador de como foi apresentado anteriormente pelos veículos de comunicação. Silva (2017) reporta esse momento de desconstruir discursos antes vistos como predominantes, como a evocação de um passado para ser explorado no presente e que servirá de base para debates futuros. É o raciocínio compartilhado por Lima (2009) quando reflete que o livro-reportagem, assim como demais produtos advindos do jornalismo literário, se foca em discutir assuntos que não agradam a imprensa hegemônica.

No caso de Eldorado dos Carajás, os veículos brasileiros de comunicação de grande circulação realizaram uma ampla cobertura por quase dois meses (BARREIRA, 1999). Foram publicadas matérias, quase diariamente, sobre o massacre em vários jornais, como O Liberal, Diário do Pará, Tv Liberal, Diário do Nordeste, O Povo, entre outros. E assuntos como a reforma agrária, antes invisível, começou a estar presente nas notícias que falavam sobre esse embate entre os trabalhadores rurais e a Polícia Militar no Pará (SILVA, 2020). Contudo, a imprensa começou a ser cuidadosa nas palavras escolhidas em suas matérias.

A exemplo de sua pesquisa, Silva (2020) aponta que o jornal O Globo, apesar de relatar o caso quase todos os dias, procurava manter o sentido de colocar em

---

<sup>10</sup> O Twitter foi lançado em 2016 e é uma das redes sociais mais usadas o mundo, compreendida como uma ferramenta de micromensagens por possuir um número limitado de caracteres (RECUERO; ZAGO, 2009).

dúvida a posição dos trabalhadores rurais mortos. Ainda de acordo com o pesquisador, a imprensa noticiou a gravidade do ato, mas não produziu discursos totalmente em prol dos sem-terra. Ao justificar certas narrativas com o propósito de imparcialidade jornalística, os veículos de comunicação colocaram em evidência seu pacto com a elite.

Então, para a sociedade não esquecer as questões intrínsecas ao massacre, assim como as dezenove mortes e dezenas de feridos que sobreviveram, o MST produz matérias publicadas em seu *site* e promove todos os anos, no mês de abril, o “Abril Vermelho”. A ação ocorre em todas as regiões do país e conta com atos, debates, marchas, ocupações, com o objetivo de reafirmar “seu compromisso político em ocupar os latifúndios improdutivos para que haja a democratização do acesso à terra para quem nela vive e trabalha.” (MST, 2022).

Segundo Souza e Silva (2013), a diferença de tratamento sobre o Movimento, suas atividades e os sem-terra no jornalismo de referência são percebidas quando suas matérias sobre a chacina são comparadas com as produzidas pelos membros do MST, a exemplo dos textos escritos sobre o “Abril Vermelho”. Os pesquisadores explicam que termos errôneos, já corrigidos pelo MST, são encontrados nas reportagens. O destaque é para a palavra invasão, usada no lugar de ocupação, e a indicação da foice como arma dos assentados, sendo que o item é utensílio essencial para o trabalhador rural, algo repetido pela organização (SOUZA; SILVA, 2013).

Outro ponto colocado por Souza e Silva (2013) é que uma parte da imprensa não aborda ou coloca de modo raso a pauta da reforma agrária nas matérias sobre o MST. A concentração fundiária nas áreas rurais do país e a busca da resolução do assunto - que é responsabilidade do Estado – são o cerne das manifestações e conflitos no campo (SOUZA; SILVA, 2013). Por isso, é importante que o mediador do relato perceba como a temática está sendo escrita e como será publicada.

Em *O Massacre: Eldorado dos Carajás – Uma História de Impunidade*, Nepomuceno (2019) se propõe em destacar as questões fundiárias e dar espaço às vítimas da chacina. Na obra, os trabalhadores rurais, as famílias que lutavam pelo assentamento, os integrantes do MST que organizaram a ocupação e tantos outros sujeitos estão no centro do enredo sobre essa tragédia. O autor também busca reanalisar documentos e matérias para poder unir a versão conhecida pela sociedade com a dos outros indivíduos não-ouvidos e afetados pelo massacre.

O trabalho árduo de Nepomuceno (2019) é uma amostra da necessidade de emergir reflexões e sentidos sobre uma realidade pouca apresentada no texto jornalístico das redações. Sua publicação visa ampliar as visões e significados de um caso emblemático na história do campo brasileira. Como afirma Lima (2009), o livro-reportagem comunica por meio de um conteúdo rico em qualidade, com uma narrativa humanizada e aprofundamento histórico, causando sua expansão no tempo e no espaço social.

Os sinais dessa expressão do jornalismo literário serão discutidos no próximo capítulo. Nele, será apresentado as conceituações do gênero híbrido, o contexto de sua eclosão, as narrativas do livro-reportagem e como as obras pertencentes dessa modalidade permitem a manifestação de uma história construída com o propósito de não ser esquecida.

### 3 JORNALISMO LITERÁRIO: O COTIDIANO À LUZ DA REALIDADE

Mais do que revelar, quer recordar - soprar as brasas da memória para impedir que se tornem cinzas mortas. [...] para lembrar que esta história pertence a um passado que permanece, intacto, no presente de outros milhares de brasileiros que vivem a esperança cotidiana de conquistar seu pequeno universo particular – um pedaço de terra (NEPOMUCENO, 2019, p. 28).

O propósito do jornalista e escritor Eric Nepomuceno em *O Massacre: Eldorado do Carajás – uma história de impunidade* (2019) representa a intenção deste estudo: pesquisar para fazer emergir os sentidos de uma tragédia cotidiana vivida por milhares na Amazônia. Ou seja, refletir um antes, um durante e um depois.

A abertura de níveis temporais em uma narrativa é a primeira concepção interpretativa sobre a importância do jornalismo literário. Essa modalidade de gênero possibilita reconstituir um fato social a partir de olhares diferenciados, baseados na sensibilização, humanidade e escuta dos indivíduos atingidos por acontecimentos que, algumas vezes, são invisíveis à sociedade. Como afirma Nepomuceno (2019), quando a desigualdade, a injustiça e a violência desenfreada estão entranhadas na vivência da população, o sistema “insiste em marginalizar muitos para privilegiar uns poucos e, principalmente, assegurar sua impunidade.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 99).

Nessa perspectiva, a obra de Nepomuceno (2019) é identificada como um livro-reportagem que mobiliza memória, testemunhos e compaixão de um grave problema social: a violência no campo. E se o jornalismo de referência não possibilita aprofundar os vários vieses que constituem essa violência ou da escuta dos afetados diretamente por ela, o jornalismo literário concede essa alternativa.

O jornalismo literário torna possível a ampliação do relato, pois considera o tempo de maturação e de pesquisa passos primordiais para a estruturação narrativa (BORGES, 2013). Com esse tipo de jornalismo é possível mesclar gêneros, incorporar memórias, histórias e testemunhos. Ademais, há a produção de uma narrativa que evidencia vários elementos de uma trama que não está restrita apenas ao evento em si, mas aborda as diversas questões que afetam outras realidades.

Portanto, neste capítulo, discute-se o cerne do gênero, suas características e formatos. Em seguida, o debate é voltado para o livro-reportagem, uma das

expressões oriundas do jornalismo literário que tem conquistado maior alcance no mercado e nos estudos acadêmicos.

Com isso, esta seção, similar a anterior, também conta com a primeira fase da Hermenêutica de Profundidade de J. B. Thompson (2011), a análise sócio-histórica. Em seu método, o sociólogo destaca que o objetivo dessa etapa é a reconstrução das condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas. No caso da presente pesquisa, neste primeiro momento será apresentado os acontecimentos espaço-temporais do jornalismo literário, focado na construção do panorama sobre sua origem e solidificação no campo do jornalismo - com destaque para a produção do livro-reportagem -, mostrando-o como expansão da reportagem jornalística e sua relação com os casos de conflitos no campo na Amazônia, como o abordado em *O Massacre*.

### **3.1 Jornalismo literário: a captação do realismo social**

Ao falar sobre sua experiência durante a escrita de *O Massacre*, Nepomuceno (2019) afirma que a brutalidade que ocorreu em Eldorado é similar à da guerra civil em El Salvador, relatada em 1979, quando atuava na produção de reportagens como correspondente internacional. Ainda segundo o jornalista, a tragédia no município paraense poderia ter sido evitada, porém, houve falta de atenção dos representantes públicos e da sociedade sobre as condições da população camponesa.

Outro fator argumentado pelo autor do livro como o responsável pela chacina são os conflitos no campo. Os confrontos são considerados pelo escritor como parte fundamental de um cenário complexo “em que se desenhou e consumou o massacre de Eldorado do Carajás.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 22). Por isso, Nepomuceno (2019) acreditou ser importante descrever em sua obra os aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos do interior do estado do Pará. Assim, os leitores poderiam absorver a dimensão problemática em que vivem os brasileiros esperançosos por um pedaço de terra.

Em *O Massacre*, o autor desenvolve, ao mesmo tempo, uma particularidade e uma profundidade dos fatos que ocorreram em abril de 1996. Essa vertente de retratar a realidade da violência rural com amplitude e precisão, foi a mesma aplicada por profissionais da comunicação que optaram em narrar o real da vida de tantas pessoas

e de diversos casos. Uma conduta que impulsionou a amplificação do jornalismo literário e do livro-reportagem entre jornalistas e o público leitor.

Entendido como um trabalho desprendido da instantaneidade, o jornalismo literário coloca como centro de sua narrativa uma produção contextualizada, comentada a partir de outras vozes, desvincilhada da frieza estatística e capaz de contribuir à sociedade e ao pensamento crítico (QUADROS, 2021). Não obstante, pensar em jornalismo literário na área da comunicação é, sobretudo, falar sobre o jornalismo.

Borges (2013) compreende o jornalismo como um campo em que seu discurso é fundamentado em revelar o oculto, trabalhar pela manutenção dos direitos da população e ser um canal de informação a todos os indivíduos. Seja pelo meio impresso, televisivo ou online, o jornalismo se faz presente na maior parte do tempo por meio da notícia, no qual os fatos ganham significados e conceitos específicos (BORGES, 2013). Essa construção da notícia perpassa desde as técnicas utilizadas pelo jornalista (produção da pauta, procura de personagens, tempo curto de escrita e edição do texto) até os aspectos sociais, políticos e econômicos que cercam sua elaboração.

Traquina (2005) aponta que é comum o jornalista relatar um episódio em fragmentos por meio da notícia, pois é o que a redação e a sociedade pedem: um jornalismo rápido, porém esclarecedor e que promova o compromisso social e político. Sua qualidade, muitas vezes, também é mensurada quando há pluralidade no debate público. No entanto, nem sempre a imprensa consegue executar todos esses objetivos. O motivo, segundo Becker (2017), é a sua faceta comercial, subsídio financeiro dos veículos de comunicação.

Traquina (2005) discute a fissura na estruturação do jornalismo ao relatar a presença de dois polos existentes no ambiente jornalístico: um voltado ao mercado e o outro à cidadania. Logo, quando o jornalista tenta equilibrar essas duas frentes na redação, é preciso que o profissional obtenha um olhar cuidadoso sobre o que será exposto, pois o resultado refletirá diretamente no sujeito que recebe as informações. Diante disso, apesar do jornalismo ser rico em suas projeções, diversidade de temas abordados e casos reportados em várias horas do dia, por vezes se resume em um relato de uma realidade muito específica (BORGES, 2013).

Borges (2013) explica que o jornalismo diário cobra do profissional contratado a construção de uma narrativa padronizada de acordo com os limites estabelecidos

pelo dono da mídia. Como exemplo, pode-se citar as diferenças na escrita da profissional Eliane Brum.

A premiada jornalista Eliane Brum possui dois desempenhos diferentes ao exercer a profissão, de acordo com Quadros (2021). Em sua coluna de política no periódico *El País*, jornal diário espanhol, a jornalista realiza as seguintes ações: retira das redes sociais informações sobre determinada pessoa ou localização, extrai dos discursos de personalidades as falas necessárias para produzir seu texto e quando precisa entrevistar alguém se foca em especialistas e não conversa regularmente com as pessoas consideradas excluídas da sociedade. Mas quando Eliane sai da redação e adentra no universo do jornalismo literário para escrever seus livros - *A vida que ninguém vê* (2006) e *O olho da rua* (2008) - ou grandes reportagens sobre a Amazônia, ela executa atitudes opostas de sua rotina da redação: viaja até o local do fato, entrevista o máximo de moradores possíveis e não oferece muito espaço para representantes públicos (QUADROS, 2021).

Com a amostra dos procedimentos usados por Eliane Brum, é identificado que a construção dos relatos praticado nas redações promove lacunas que o jornalismo literário preenche ao melhorar as “técnicas, olhares e texto” do fazer jornalístico (FONTANA, 2009, p 170). Nessas ocasiões, o jornalista insere suas observações durante a transcrição do fato, fortalece uma voz autoral e instiga o leitor a conhecer o episódio por um ângulo fora do habitual (FONTANA, 2009).

Mais do que um título composto, o jornalismo literário é visto como o agregador da subjetividade na narrativa do real. Seu passe em pessoalizar o relato, por efeito dos traços da literatura, como o diálogo, metáfora, descrição detalhada e narração em primeira pessoa, dá a oportunidade ao jornalista de gerar um texto mais criativo e, principalmente, sensibilizado. É um exercício intenso no esquadrinhamento dos dados oficiais e que valoriza as pessoas ouvidas, tornando-se uma mudança relevante nos princípios do jornalismo diário (BARSOTTI; SANTA CRUZ, 2020).

Diante da experiência de imersão no conteúdo tratado, o jornalismo literário tornou-se uma alternativa para os jornalistas. Por meio dele, os profissionais da redação conseguem contar um episódio além das circunstâncias características, desenvolver seu perfil literário e criar um estilo próprio de escrita (SILVA, 2010). Porém, essa alternativa não é tão simples.

Os professores Normam Sims e Mark Kramer, primeiros estudiosos do jornalismo literário, definem um texto pertence à área quando ele é constituído por oito

pontos fundamentais: o ato da humanização, imersão, digressão, aplicação da voz autoral, estilo, uso de simbologias, precisão de dados e informações (SIMS; KRAMER, 1995). É um trabalho que exige dedicação e tempo, dois dos grandes obstáculos do jornalismo de referência.

Segundo Pena (2006), antes de explorar as técnicas do jornalismo literário é necessário compreendê-lo. Para auxiliar na assimilação de suas características, o autor desenvolveu um conceito chamado de “Estrela de Sete Pontas” em que apresenta os sete atributos-chaves da modalidade: 1) Potencialização dos recursos narrativos: desenvolvimento das estratégias jornalísticas praticadas nas redações; 2) Rompimento dos limites cotidianos: extensão e universalidade temática de um caso; 3) Visão ampla da realidade: contextualização de um fato e dos personagens que o envolvem; 4) Exercício da cidadania: escolha de um caso capaz de contribuir na formação dos cidadãos; 5) Distanciamento do *lead*: fuga da simples resolução das questões básicas ensinadas nas faculdades de jornalismo e praticadas nas redações; 6) Afastamento das fontes oficiais: distanciamento dos representantes de governo ou especialistas e foco no cidadão comum durante as entrevistas; 7) Perenidade: produção voltada a influenciar o coletivo por meio de uma obra permanente e que passe por gerações, como os livros.

Quando um jornalista utiliza algum dos atributos formulados por Pena (2006), além de fazer jornalismo literário, contribui para a manutenção dos seus formatos (BALTAZAR, 2017). E apesar do gênero híbrido ser visto como um contraponto ao jornalismo de referência, jamais deve ser pensado como algo superior, pois também faz parte do âmbito informativo e visa comunicar com a seriedade (BORGES, 2013).

Castro (2010) também fala sobre o pensamento errôneo que cerca o jornalismo literário como uma contranarrativa. Segundo o autor, o gênero não pode ser enxergado como algo revolucionário, pronto para ser fixado no lugar do jornalismo de referência. Pelo contrário, deve ser observado como a junção de diversos campos de saberes que não descarta nenhuma metodologia ou narrativa. Deve ser apreendido como um fazer jornalístico livre, moldado por vários conhecimentos sociais e práticos. Ou seja, uma modalidade estilística e complexa.

Por ser um gênero textual multifacetado, o jornalismo literário é chamado por vários nomes: Jornalismo Narrativo, Literatura da Realidade ou Literatura Criativa de Não Ficção, como descreve o professor e precursor dos estudos da área no Brasil, Edvaldo Pereira Lima (2013). A complexa característica epistemológica, intrínseca ao

gênero, lhe atribui uma dificuldade em enquadrá-lo conceitualmente de modo claro e direto (LIMA, 2016).

A abrangência na compreensão sobre o que é jornalismo literário promove diversas tentativas de formulação de um conceito único, como aponta Martinez (2017). Ainda segundo a pesquisadora, também não há concordância no que diz respeito ao termo, pois há um movimento de pesquisadores em adotar novas terminologias.

O importante, durante os estudos sobre a modalidade, é observá-la como um fenômeno que não se restringe aos limites da linguagem (MARTINEZ, 2017). É alcançar a viagem imersiva, simbólica e representativa do real em suas narrativas (LIMA, 2016). Pois ela é, sobretudo, “um gênero fronteiroço, que tira partido das técnicas literárias e dos elementos básicos jornalísticos, como levantamento de informações, para produzir um texto bem apurado e escrito.” (MARTINEZ, 2009, p. 71). É, afinal, ousada ao “buscar licença no campo literário” (BORGES, 2013, p. 192) para poder humanizar e amplificar as histórias.

### 3.1.1 A hibridização do gênero: aproximação entre jornalismo e literatura

O jornalismo literário incorpora duas áreas (jornalismo e literatura) e constrói uma narrativa assentada na veracidade dos fatos e com conotação afetiva. Os relatos desse gênero híbrido são produções textuais formadas a partir das técnicas literárias mescladas a um conteúdo informacional (BORGES, 2013).

Tanto o jornalismo quanto a literatura lutam para conquistar o público por meio da palavra, no qual o primeiro busca ser “o império dos fatos” e o segundo o “jardim da imaginação” (COSSON, 2002, p. 58). A ligação entre os dois, oriunda de seus respectivos propósitos, resulta no câmbio de seus recursos estilísticos e no debate existente no jornalismo literário.

Borges (2013) comenta que a literatura lança histórias verídicas por meio da ficção. Compartilhando dessa afirmativa, Costa Lima (2006) avalia o universo literário como um ambiente onde o verdadeiro e o falso estão juntos. Segundo o autor, por mais que o relato ficcional crie um acontecimento, a narrativa contada não pode ser identificada como algo completamente infundado, pois a verdade está inserida de modo velado. Assim, o palpável do mundo está intrínseco nos discursos literários.

Apesar da imaginação estar presente na criação literária, a verossimilhança é necessária na formação do universo proposto, pois conceber tramas não anula

fornecer ao leitor algo efetivo, verificável e comprovável (BORGES, 2013). É a escrita literária permeando a mimese e a verossimilhança, definidas por Aristóteles ao comentar as epopeias, as tragédias e os poemas líricos em *A Poética* (2008).

O filósofo interpreta a mimese como uma estratégia para conferir verdade ao que será narrado. É o momento em que a realidade é transformada em arte de forma autoral, por meio da imitação, porque “imitar é natural nos homens desde a infância e nisto diferem dos outros animais, pois o homem é o que tem mais capacidade de imitar e é pela imitação que adquire os seus primeiros conhecimentos.” (ARISTÓTELES, 2008, p. 42). Com isso, é preciso que opere uma coesão interna na obra, na qual as representações sejam críveis (ARISTÓTELES, 2008). Desse modo, o pensador grego fala sobre a habilidade do relatado em parecer real. Ou seja, obter a verossimilhança, já que é fundamental “que uma personagem diga ou faça o que é necessário ou verosímil e que uma coisa aconteça depois de outra, de acordo com a necessidade ou a verossimilhança.” (ARISTÓTELES, 2008, p. 68).

O uso da mimese e da verossimilhança é essencial para o entendimento e compreensão de um texto, segundo Aristóteles (2008). O filósofo crê na construção de um discurso capaz de cativar, emocionar e despertar interesse do público. Logo, pode-se inferir que a mimese e a verossimilhança são primordiais em uma construção narrativa. Portanto, sua utilização não se restringe apenas às obras literárias.

Os métodos de escrita debatidos por Aristóteles (2008), na Grécia Antiga, amparam os processos do jornalismo, como explica Borges (2013). O pesquisador reflete que ao noticiar um fato, o repórter precisa segui-lo em uma estratégia de convicção, assentada, em certos casos, no drama, na singularidade e transição do que está sendo narrado. Por isso que autores como Alceu Amoroso Lima (1990) identificam o jornalismo como um gênero literário.

Lima (1990) afirma que o jornalismo não é literatura, em seu sentido mais puro, mas possui elementos capazes de entrar nesse campo. “É uma arte pragmatista” (LIMA, 1990, p.66) que tem na veracidade a sua força motriz e, ao mesmo tempo, apresenta traços da literatura, realçando-a como meio de expressão. A atualidade, objetividade, precisão, concisão, clareza, cultura e o realismo são defendidos pelo autor como características do estilo jornalístico que o fazem um gênero literário. Contudo, o profissional da comunicação precisa manter sua responsabilidade com a busca da realidade e com o que será reportado à sociedade. Caso contrário, transporá um caminho longe do jornalismo.

O jornalismo possui várias formas de expor o discurso, sendo dividido em cinco tipos de gênero (MARQUES DE MELO, 2009): informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. A notícia e a reportagem se destacam dentro da categoria informativa, uma comunicação estritamente jornalística; enquanto os textos de caráter opinativo – editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica - demonstram interação entre a informação e a literatura (BORGES, 2013).

De acordo com o desenvolvimento da sociedade e das técnicas comunicacionais, as coberturas dos grandes eventos começaram a conciliar as características do texto informativo com o opinativo, pois o comunicador percebeu que os fatos não poderiam ser apresentados exatamente como aconteceram. Pois como é costumeiro no jornalismo, apenas partículas de um todo são narrados (REZENDE, 2002).

Quando os recortes de um fato são reproduzidos conforme o tempo e espaço de um jornal, o profissional responsável pelo acabamento da notícia precisa ter em mente que “o jornalismo, como construção de texto, apenas precisa falar do verdadeiro, sem falsidade, mas com verossimilhança.” (RODRIGUES, 2010, p. 24). E no momento em que opta por adicionar elementos da literatura na narrativa, Rodrigues (2010) diz que o jornalista obtém mais uma oportunidade de fomentar o interesse do público sobre o que está sendo contado.

A ligação do jornalismo e da literatura é antiga, com documentos sinalizando o vínculo entre eles há cerca de três mil anos, antes da invenção da imprensa, quando os egípcios repassavam notícias de forma literária por meio da escrita, nas pedras e papiros; e da forma oral, relatada pelos contadores de histórias nos ambientes públicos (CASTRO, 2010). Ou seja, os dois campos narrativos são produtos da linguagem, apoiados na referência do mundo real, nos quais sujeitos e cenários são construídos.

A junção do jornalismo e da literatura foi se transformando no decorrer dos séculos e viveu um movimento constante, se fortalecendo nos mesmos ambientes por possuírem objetivos similares (BORGES, 2013). Esse denominador comum é destacado ao verificar que o jornal e a literatura romanesca buscam, igualmente, comunicar experiências e informações (CASTRO, 2010).

E entre a criação literária e a produção jornalística emerge o jornalismo literário, compreendido como um terceiro gênero fundado no espaço entre os dois de origens, direcionado a transmitir um relato em profundidade e contar histórias centradas na

essência do ser humano por meio “da narração e descrição de conteúdos importantes de suas vidas.” (SILVA, 2010, p. 27).

### 3.1.2 A origem do jornalismo literário e o impulso no século XIX

Como todo campo de estudo, o jornalismo literário é um espaço em construção que gera inúmeras investigações. E entre tantas inquietações sobre a temática, a demarcação de seu início é uma das discussões que a cercam. Até o momento, não há uma definição sobre seu surgimento, mas enquanto alguns pesquisadores identificam sua origem na pré-história, outros datam os seus rastros a partir de 1700 (PENA, 2006).<sup>11</sup>

Com exceção da delimitação espaço-temporal, um dos poucos tópicos que os diversos estudos têm em comum é o objetivo do gênero: comunicar as descobertas, símbolos e situações que regem a vida do ser humano. E apesar de não haver interesse em focar no aspecto histórico do jornalismo literário na presente pesquisa, é importante investigá-lo para poder compreender sua natureza, refletir a respeito de sua presença no âmbito comunicacional e descobrir os elementos que fazem parte da sua produção e circulação.

De acordo com Lemos (2020), um dos destaques dos primeiros sinais da prática do jornalismo literário na produção jornalística são os trabalhos do jornalista e romancista Daniel Defoe, autor de *Um Diário do Ano da Peste* (1722). Lemos (2020) aponta que Defoe tinha cinco anos de idade quando a Peste assolou a cidade. Cerca de 55 anos após a epidemia ter alterado a rotina dos moradores londrinos, o jornalista decidiu escrever sobre esse acontecimento por meio de estatísticas, testemunhos de cidadãos e outros manuscritos a respeito da doença. Ainda segundo o autor, o livro é considerado uma obra de ficção por ter um narrador fictício. Contudo, o modo como Daniel usou os relatos orais dos sobreviventes, atrelado à consulta de documentos oficiais, tornou a obra algo tão notável que é usada por diversos pesquisadores para

---

<sup>11</sup> Martinez (2009) sinaliza que o jornalismo literário iniciou antes da escrita. Já Castro (2010) verifica o aparecimento da modalidade no antigo Egito. E é no século XV, por meio de Johann Gutemberg, que a tipografia revolucionou os materiais impressos (FASCIONI; VIEIRA, 2001). Esse foi um momento em que os jornalistas alternavam entre o mercado literário e os jornais. Por esse motivo, é assinalado que publicações escritas por jornalistas nessa época, em especial as produzidas no século XVIII, serviram de norte para o jornalismo literário conhecido atualmente.

estudos sobre as medidas sanitárias da época e contágios semelhantes (LEMOS, 2020).

A materialização do trabalho de jornalistas e escritores como Daniel Defoe foi possível graças à invenção da tipografia por Gutemberg (FASCIONI; VIEIRA, 2001). E com sua difusão, houve o advento do livro, jornal, imprensa e escritos que mostram a existência do jornalismo literário nesse âmbito sócio-histórico. Pode-se citar como exemplo a grande influência literária na imprensa por meio do folhetim, na França do século XIX.

Conforme Gonçalves (2013), o folhetim foi o espaço no periódico direcionado a críticas, piadas, romances e demais escritos literários. Pode ser compreendido como o setor opinativo da imprensa, voltado a conscientização da população em paralelo a fomentação do consumo literário.

Escritores franceses como Balzac, Victor Hugo e Stendhal, começaram a publicar seus textos nos jornais da época (PENA, 2006). Para eles, estar presente nas redações dos jornais significava dar visibilidade às suas histórias e aumentar a inserção da narrativa literária nos materiais jornalísticos. Com isso, os escritores tornaram o folhetim um de seus principais instrumentos, sendo o meio da união entre o jornalismo e a literatura.

O fenômeno do folhetim nascido na França cresceu e se espalhou para vários países. No Brasil, chegou em 1838 por meio do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, e se difundiu para as demais cidades brasileiras (GONÇALVES, 2013). No Pará, apesar da fundação do primeiro periódico ser datada em 1822, foi a partir da segunda metade do século XIX, momento de importantes mudanças na área cultural e intelectual, que a publicação do folhetim se desenvolveu, segundo Sales (2007). A pesquisadora detalha que dos 54 jornais existentes até 1900, 29 dedicaram um espaço para o folhetim. Assim, a produção literária alcançou novos públicos, pois os leitores passaram a consumir, em um mesmo documento, textos informativos e literários.

O fortalecimento do folhetim consagrou grandes nomes da literatura brasileira - Machado de Assis, Euclides da Cunha, Manoel de Macedo, João Marques de Carvalho, entre outros –, assim como estilos literários de diversos gêneros<sup>12</sup>, com

---

<sup>12</sup> A partir de 1850, houve um investimento massivo nos periódicos paraenses. Nesses veículos de comunicação, cinco contavam com a presença diária dos folhetins - *Gazeta Oficial*, *Jornal do Pará*,

destaque para o romance, crônica e conto (SALES, 2007). Os textos relatavam histórias de amor e sensações poéticas do cotidiano, assim como denunciavam ou indagavam questões delicadas do país (GONÇALVES, 2013). O espaço foi a oportunidade dos profissionais em retratar as diversas experiências da vida social, entendida por Thompson (2011) como uma gama de ações repleta de significados e interpretações das situações que acontecem em um local. Com isso, cristalizou uma época importante na relação dos escritores com a imprensa, no qual o jornalismo e a literatura mostraram êxito em sua união.

Gonçalves (2013) afirma que o número de leitores de folhetins no Brasil obteve um aumento expressivo, apesar da taxa de alfabetização ser menor em comparação a França, país de origem. Diante do crescimento da quantidade de consumidores, um novo método de publicação começou a ser aplicado no romance-folhetim, um dos destaques literários.

Cruz (2000) explana que quando o último capítulo do romance-folhetim, obra apresentada de modo seriado, era impresso, as partes eram agrupadas, revisadas e editadas para serem publicadas no formato de livro. Essa ação era executada somente nos casos de narrativas de sucesso, pois ao mesmo tempo que os donos dos periódicos buscavam manter a exclusividade do escrito no jornal, o gasto com lançamentos editoriais inéditos era alto e dava pouco retorno financeiro.

Marcondes Filho (2000) destaca que o marco da junção da imprensa com a literatura, datado de 1789 até 1900, faz parte do Primeiro e Segundo Jornalismo, ciclo cronológico da comunicação caracterizado pelo fortalecimento do conteúdo crítico, focado na política-literária e coordenado por intelectuais, escritores e políticos; e também pelo nascimento da imprensa de massa, início da profissionalização do jornalista, criação da manchete, origem do furo jornalístico e reportagem, e das empresas tornando-se sustentáveis financeiramente a partir da publicidade, respectivamente (MARCONDES FILHO, 2000). Nessa segunda etapa do jornalismo, a literatura perdeu espaço de modo gradativo na imprensa, seja nos jornais ou periódicos, seguindo no decorrer dos anos 1900.

---

*Diário de Belém, Liberal do Pará e A Folha do Norte* – compostos por variados estilos literários, como o “romance-folhetim, romance, romance de cavalaria, novela, conto, crônica, crônica religiosa, crônica política, crônica humorística, crônica de viagem, poesia, farsa, lenda e texto reflexivo.” (SALES, 2007, p. 46).

O encolhimento da mesclagem discursiva e espacial do jornalismo e literatura nos materiais impressos foi um reflexo da monopolização da imprensa pelos grandes grupos, das consequências da guerra e influência da tecnologia no conteúdo jornalístico (MARCONDES FILHO, 2000). Assim, a visibilidade do jornalismo literário só ressurgiu, e com mais protagonismo, na década de 1960 durante o Novo Jornalismo e pela resistência de alguns profissionais brasileiros frente aos ditames de um regime ditatorial, como será abordado nos tópicos seguintes.

### 3.1.3 O Novo Jornalismo e seu reflexo na comunicação

Lima (2016) argumenta, assim como foi explanado nos parágrafos anteriores, que o jornalismo literário esteve presente em diversos países e sua origem não é procedente dos Estados Unidos, durante a efervescência cultural do país na primeira metade do século XX. O ocorrido, é que o gênero híbrido só obteve a devida atenção ao longo do surgimento de uma corrente estilística norte-americana denominada Novo Jornalismo.

Em 1960, nos Estados Unidos, o Novo Jornalismo, chamado originalmente de *New Journalism* foi definido como um movimento natural entre os jornalistas ávidos por escrever sobre uma sociedade agitada cultural e politicamente no pós-guerra, ignorada pelos romancistas (WOLFE, 2005). O Novo Jornalismo não foi visto como algo inédito, mas se consolidou com a inserção desse rótulo, dessa nomenclatura, em específico. Com o rápido crescimento, a modalidade foi apresentada e descrita no manifesto publicado pelo jornalista Tom Wolfe, em 1973 (BORGES, 2013).

Tom Wolfe (2005), considerado uma das figuras mais célebres dessa época, afirma que, apesar do Novo Jornalismo ser caracterizado como um movimento na sua forma mais literal, ele foi um período em que a prática estilística no jornalismo obteve uma força mais instintiva e menos teórica. Ainda segundo o jornalista, os repórteres das redações ficaram entusiasmados em promover reportagens menos engessadas e mais artísticas. Com isso, textos mais envolventes começaram a ser construídos - em um momento que os jornais seguiam estritamente o modelo do *lead* -, no qual o leitor poderia aguçar a sensação durante a leitura da história publicada (CARNEIRO, 2017). Desse modo, os profissionais produziam um trabalho jornalístico com base nos aspectos literários do romance, inspirados na literatura realista (COSSON, 2007).

Domingues (2014) aponta que o romance norteador dos jornalistas adeptos ao Novo Jornalismo se caracteriza por romper com a tradição de construir um enredo a partir de experiências estabelecidas, como a fábula, e enfatiza um texto fundamentado na realidade. Assim, tramas do romance realista foram elaboradas com suporte de um episódio real, apresentando uma relação entre o realismo e a literatura. Logo, seus escritos são definidos como textos em o ambiente onde se constitui uma história é detalhado, o personagem é evidenciado por meio de sua identidade e as ações dos indivíduos são devidamente localizadas no tempo (DOMINGUES, 2014). Desse modo, as características textuais da literatura realista contam a vida social das pessoas, suas relações e seus comportamentos em um espaço referencial.

Wolfe (2005) afirma que a descoberta dos recursos textuais do romance realista pelos jornalistas foi a principal inspiração para o surgimento do Novo Jornalismo. Os profissionais começaram a utilizá-los e, posteriormente, ressignificá-los em quatro recursos básicos da corrente: a construção cena a cena, a utilização dos diálogos, o ponto de vista diversificado e o registro de hábitos comuns (PENA, 2006). No mais, a norma essencial do movimento visava obter as informações, usar a criatividade e improvisar durante a escrita.

Por mais que os recursos do Novo Jornalismo tenham como base os do romance, houve uma mistura com outros mecanismos, como a entrevista, apuração, uso de registros oficiais, todos pertencentes ao campo jornalístico (DOMINGUES, 2014). E, além disso, as narrativas produzidas pelos novos jornalistas continham uma vantagem que é “o simples fato do leitor saber que *tudo aquilo realmente aconteceu.*” (WOLFE, 2005, p. 57, grifos do autor).

O Novo Jornalismo foi um fenômeno relevante e obteve grande atuação nos veículos de comunicação de outros países. No Brasil, os jornais e as revistas foram bastante influenciados pela proposta de construir o retrato da sociedade a partir da narrativa jornalística-literária advinda dos Estados Unidos. De acordo com Barros (2011), a prática foi vista pelos jornalistas brasileiros como uma resposta à ditadura militar vivida no país – de 1964 até 1985.

O período em que o regime ditatorial emanava insegurança na liberdade de expressão obteve seu ápice com o Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>13</sup>, uma ação que gerou,

---

<sup>13</sup> O Ato Institucional Número 5, conhecido também por AI-5, foi um decreto assinado em 13 de dezembro de 1968 durante a ditadura militar brasileira. O documento dava legalidade jurídica para o autoritarismo e repressão dos militares que estavam no poder (PINTO; JUNIOR, 2017).

ao mesmo tempo, o cerceamento dos jornalistas e a vontade deles em produzir conteúdos capazes de vencer a censura. Foi o momento em que os profissionais usaram da criatividade para falar com a sociedade e burlar os cerceamentos ditatoriais.

Lima (2009) relata que o endurecimento do governo militar à informação criou um ambiente tenso e estimulador nos veículos de comunicação, porém, alguns não conseguiram se reerguer após a promulgação do AI-5. Contudo, esses projetos tornaram-se emblemáticos na história da comunicação, como a revista *Realidade*.

A revista *Realidade* foi lançada em 1966 pela Editora Abril e alcançou o sucesso logo no exemplar de estreia (BARROS, 2011). Próximo do estilo do Novo Jornalismo, a revista tinha a grande reportagem como um dos pilares centrais, pois apresentava textos aprofundados que contavam com uma variedade de temas e personagens, assim como a exploração do comportamento humano diante dos fatos. Para Jorge (2008), a grande reportagem era a responsável pela exibição de episódios singulares, moldados pela subjetividade e tecnicidade dos jornalistas. Ainda segundo o autor, a revista destoava não somente das matérias do jornalismo diário, mas das outras grandes publicações da época, como as encontradas nas revistas *Cruzeiro* (1928-1985) e *Manchete* (1952-2000).

A revista *Realidade* apresentava na maioria de suas páginas um discurso inovador, focado em uma profundidade de interpretação dos problemas da população (BARROS, 2011). Desse modo, propiciava ao seu público a compreensão de todas as atividades vigentes na sociedade, apontando para uma perspectiva mais humana e menos engessada. Foi um trabalho que se propôs a transformar os casos diários em relatos permanentes ao avançar na documentação, captar o real e realçar a expressão literária (LIMA, 2009).

Apesar da revista *Realidade* não abarcar toda a experiência pertencente ao Novo Jornalismo, já que nem todo material focava em uma abordagem extensa, crítica e com vários ângulos, seus trabalhos preencheram os vazios existentes e tornou-se o modelo de uma reportagem mais observadora. Para Lima (2009), os escritos da revista evoluíram em outros jornais e periódicos. A essência de seus relatos e do papel diante da sociedade mantiveram-se nos veículos de comunicação e no espírito de muitos jornalistas. Alguns repórteres, movidos pela ânsia de dar continuidade a essa outra forma da linguagem, precisaram sair dos jornais e revistas e publicar suas investigações em livros.

Lima (2009) relata que em um momento tão agitado no Brasil, os jornalistas brasileiros entendiam que as características do Novo Jornalismo os ajudariam a assumir uma postura contrária ao regime. Assim, as matérias diárias canalizadas pela censura eram remodeladas para a reportagem, grande reportagem e para a forma em livro.

No cenário de cerceamento da livre expressão, os jornalistas encontraram no Novo Jornalismo uma narrativa de resistência intelectual ao regime militar brasileiro. Seus trabalhos contavam com fortes abordagens, discursos testemunhais, notícias de jornais e documentos oficiais voltados a difundir questões relevantes da realidade do país, oculta pela imprensa da época (PINTO; JUNIOR, 2017). Esse instrumento de contranarrativa às regras jornalísticas da ditadura tornou-se um manifesto as diversas transformações políticas do período.

Borges (2013) declara que o Novo Jornalismo promoveu rupturas necessárias, testou limites, foi ousado e propôs novas possibilidades para os jornalistas cansados da rigidez das redações, tanto no período da ditadura militar quanto nos processos jornalísticos executados após o fim do regime. Por conta disso, o movimento tem sido centro de debates e estudos constantes. Tanto, que há discussões sobre o Jornalismo Gonzo, considerado um formato mais radical do Novo Jornalismo, criado e popularizado por Hunter S. Thompson, que visa uma participação extremamente intensa do jornalista durante a produção da matéria (PENA, 2006); e o *New New Journalism*, um movimento emergente dos Estados Unidos que busca conter as aberturas da organização anterior com mais rigor nas investigações (BORGES, 2013).

Independente da visão que possa ter sobre o Novo Jornalismo e seus derivados é relevante apontar que a corrente panfletada por Wolfe (2005) foi a responsável pela visibilidade do jornalismo literário. Com o gênero jornalístico-literário, os profissionais enxergaram a possibilidade de mostrar uma liberdade narrativa compromissada com a informação e distante das fórmulas textuais (BORGES, 2013). Uma modalidade que gerou diversos estilos de escrita a partir de sua confluência entre literatura e jornalismo, sendo o livro-reportagem seu formato mais conhecido e executado em diversos países (LIMA, 2009).

### **3.2 Livro-reportagem: a maturação da reportagem jornalística nas páginas ampliadas**

A reunião de dados, entrevistas e tratamento extenso do jornalismo literário é materializado em grande escala no livro-reportagem. Chamado também de romance de não-ficção, denominação atribuída por Truman Capote quando publicou o célebre *A Sangue Frio* (1965), o livro-reportagem pode ser compreendido como um formato híbrido que desmonta a ideia de barreiras textuais, consistindo em uma obra jornalística-literária: jornalística, pois os procedimentos fundamentais são a preparação da pauta, percepção do assunto e retratação de um caso real; e literária, diante da estrutura da trama, construção dos personagens e habilidades na formatação dos diálogos diluídos durante toda a redação (OLIVEIRA, 2006).

A natureza do livro-reportagem emerge de uma relação com os jornais diários, de acordo com Pessa (2009). O autor compreende que as demandas responsáveis pela produção do livro-reportagem são oriundas da notícia, dependente do espaço publicitário que alimenta os jornais de grande circulação. Isso significa que ao terem suas informações reduzidas, seja pelo espaço ou pelo tempo de produção, tornam-se pauta para o livro-reportagem. A obra, por sua vez, apesar de fazer parte de um outro mercado, o editorial, detém autonomia narrativa, extensão e recursos, consistindo no caminho encontrado pelos jornalistas de preencher a lacuna dos veículos de comunicação tradicionais (PESSA, 2009).

O livro-reportagem não possui uma data exata que demarque sua origem, já que antes de ser conceituado e empregado nos estudos acadêmicos, redações de jornais e mercado editorial, muitas reportagens em livro foram publicadas, segundo Belo (2006). No entanto, é na Europa do século XIX que a reportagem publicada em livro começa a ser comentada de modo expressivo como uma atividade política e intelectual, se estendendo para os Estados Unidos no começo do século XX e seguindo para diversos países, como o Brasil (BELO, 2006).

O livro-reportagem é definido por Edvaldo Pereira Lima (2009) como uma publicação que aborda um acontecimento de modo amplo, pois oferece mais espaço e tempo para a cobertura, condições limitadas no jornalismo diário. Ainda segundo o autor, esse tipo de mídia é um não-periódico com temas trabalhados de modo profundo e que se apropria de estilos e linguagens. E apesar de ser classificado como uma publicação intervalada, se diferencia dos demais livros por causa de três condições: o conteúdo, o tratamento e a função.

O primeiro, o conteúdo, é delineado como aquele em que a realidade deve ser o ponto central e a verossimilhança um traço essencial. Aqui, o real pode ser

entendido tanto como a retratação de algo definido, a exemplo de um fato com grande visibilidade, quanto de um cenário sem um acontecimento principal, como a construção de um perfil social (LIMA, 2009). Já a segunda condição, o tratamento, ratifica que a linguagem utilizada é altamente jornalística e formal. Todavia, é amparada por um registro coloquial, no qual busca uma aceitação da sociedade (LIMA, 2009). Nesse ponto, infere-se a aplicação de outras técnicas de escrita, como a literária, para deixar a leitura mais maleável. E a última, a função, é voltada para desempenhar múltiplas finalidades do jornalismo a partir da informação, orientação e explicação, seus propósitos fundamentais. Isso ocorre ao seguir por alguns gêneros do jornalismo, assinalados por Lima (2009) como o informativo arredondado (absorção qualitativa do objeto), opinativo (defesa de princípios), interpretativo (abordagem diversificada de pontos de vista), investigativo (denuncista e proveniente de qualquer categoria do jornalismo) e diversional (marcado pela técnica literária e atenção redobrada nas descrições).

Os aspectos essenciais para a composição do livro-reportagem, de acordo com Lima (2009), são observados na narrativa de *O Massacre* quando Nepomuceno (2019) alinha pesquisa, testemunho e humanização das pessoas envolvidas nesse trágico episódio. Constata-se, por exemplo, o detalhamento do cenário em que se deu o embate entre os policiais e os trabalhadores, parâmetros poucos explorados no jornalismo de referência.

A ação da Polícia Militar do Pará durou, da chegada dos soldados ao silêncio da desolação, menos de três horas. As consequências duram até hoje. [...] Os soldados carregavam armas de regulamento: sete revólveres calibre 30, onze revólveres calibre 32, dez submetralhadoras calibre 9 milímetros, 66 fuzis calibre 762, além de 29 cassetetes, catorze escudos, bombas de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral. (NEPOMUCENO, 2019, p. 81-82).

Do mesmo modo, o seu resultado:

Dos dezenove mortos, treze eram dirigentes ou coordenadores do MST. Dez levaram mais de um tiro. No total, foram 37 ferimentos de bala. Mais da metade dos tiros – dezessete – atingiram as vítimas na cabeça, no pescoço, no peito ou no abdômen. Pouco menos de metade dos mortos – 42% - também foi atingida por golpes de arma branca, punhais, foices ou facões, e mostravam ferimentos extensos e mutilações. (NEPOMUCENO, 2019, p. 78).

Outros elementos que também fazem parte do livro-reportagem são as fotografias, ilustrações, mapas e demais projetos gráficos (LIMA, 2009). A movimentação em inserir esses outros sistemas comunicativos demanda observação por parte do jornalista que, nesse momento, introduz sua personalidade. Como afirma Pessa (2009), o livro-reportagem concentra o tom de voz do autor, identificado no modo como os episódios são descritos e os artifícios literários são usados. Tudo isso é colocado do modo como o jornalista acredita ser pertinente para formar uma narrativa mais clara.

Em *O Massacre*, o único efeito imagético apresentado é a fotografia, em preto e branco, presente na capa. A imagem mostra familiares, amigos e amigas velando seus mortos. É um retrato significativo, uma vez que os caixões com os corpos dos trabalhadores estão colocados uns frente aos outros. E as pessoas presentes, em círculo, posicionadas numa demonstração de que todos os que foram assassinados tinham a mesma importância. O restante da narrativa é descritivo e imaginativo, pois insere e remete o leitor a conhecer as particularidades dessa cena.

É interessante destacar que ao escrever um livro-reportagem o profissional de comunicação pode utilizar as mais diversas combinações de linguagem, expressão e forma na construção da narrativa. Entretanto, ele não deve esquecer que a liberdade durante a escrita não pode dar espaço para o irreal (GUZZO; TEIXEIRA, 2006). O livro-reportagem é, sobretudo, um veículo de comunicação (LIMA, 2009). Ou seja, é regido pelos princípios básicos do jornalismo. Por isso, diante da variedade temática alcançada pelo livro-reportagem, Lima (2009) o classificou com base no objetivo particular da função e natureza do tema abordado, dividindo-o em 13 categorias.<sup>14</sup>

A diversidade no formato do livro-reportagem fomenta o profissional a escrever algo autoral, com um conceito de ineditismo e encadeamento para o presente (BORGES, 2013). Em suma, é uma contribuição discursiva para o jornalismo, a literatura e a sociedade, assentada na criatividade narrativa de quem o redige.

A busca pela inovação, inerente ao livro-reportagem, gera manifestações que contribuem para a diversificação das produções. Contudo, é importante lembrar que, como evoca Pessa (2009), entre tantos elementos que integram o livro-reportagem, a reportagem é a força motriz de seu desenvolvimento.

---

<sup>14</sup> As categorias classificadas por Lima (2009) são: perfil, depoimento, retrato, ciência, ambiente, história, nova consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem.

### 3.2.1 A reportagem e seu avanço documental

Como todo processo de evolução, o modo de comunicar se aperfeiçoou<sup>15</sup>, pois precisou acompanhar as mudanças do público consumidor (MELO, 2005). No âmbito das redações, a reprodução de um caso saiu do tratamento habitual da notícia e passou a ser trabalhado por meio da reportagem, entendida por Lima (2009) como uma percepção mais vasta da realidade.

Sodré e Ferrari (1986) consideram a reportagem como um gênero jornalístico que se mantém distante da retórica vazia, toma a narração jornalística como seu lugar de excelência e passa a ser a extensão da notícia. É verificada nela a organização de um caso a partir de personagens, trama e descrições, todos colocados sob o olhar da objetividade e apresentados com o compromisso da informação (SODRÉ; FERRARI 1986). Desse modo, um mesmo fato pode gerar uma notícia ou uma reportagem, a depender de seu tratamento narrativo.

Com a reportagem, segundo Lage (2001), é possível colocar situações camufladas em evidência e dar notoriedade a negócios de interesse público. É um trabalho que exige do profissional um envolvimento com a pauta para poder revelar uma ocorrência oculta nos dados e no roteiro de pesquisa (LAGE, 2001). É complementar materiais que propiciem divulgar assuntos caros à população.

Os primeiros passos da reportagem como uma prática jornalística, segundo Lima (2009), iniciaram no final da década de 1910, quando a população procurava mais do que uma simples descrição do cenário pós-Primeira Guerra Mundial. Conforme o autor, diante desse espaço deixado pela imprensa cotidiana, a revista *Times*, lançada em 1923, surgiu com a proposta de contar os bastidores, fazer uma ligação entre os acontecimentos e proporcionar uma visão profunda da vivência contemporânea. Ainda de acordo com o autor, esse modelo de abordagem alcançou sucesso e se espalhou para outros países, consolidando-se como uma forma de expressão do jornalismo.

---

<sup>15</sup> Com o aprimoramento das técnicas tipográficas no século XV, houve um aumento na produção de cartas e eclosão dos folhetos, livros e jornais. A origem dos jornais data do século XVII e surge como forma de regularizar as publicações e apresentar confiabilidade nos eventos relatados (MELO, 2005). Com a presença da imprensa e seu desenvolvimento, até como a conhecemos atualmente, a notícia tornou-se compatível com os periódicos diários, pois veicula de modo sintético o que é considerado mais importante em um relato e fica na frente dos concorrentes (PESSA, 2009).

No Brasil, entre tantas produções jornalísticas que faziam uso da reportagem, a revista *Realidade* (1966-1976) é considerada a mais revolucionária. Como discutido anteriormente, a revista teve um período de sucesso, ocorrido entre 1966 e 1968, e deu aos seus repórteres o privilégio de ficarem por dias ou semanas com seus entrevistados e no local onde o caso estava situado. Foi um momento em que a reportagem brasileira firmou uma apuração mais requintada e com criatividade literária (PESSA, 2009). Ou seja, a revista comportava um outro retrato contemporâneo do país.

Posteriormente, a reportagem se fez presente em diversas plataformas e meios de comunicação. E os diferentes modelos que surgiram foram classificados por Sodré e Ferrari (1986) em três tipos: reportagem de fatos, reportagem de ação e reportagem documental.

A reportagem de fatos, ou *fact-story*, é quando os fatos seguem o formato da pirâmide invertida – técnica jornalística que apresenta primeiro as informações mais relevantes, seguida dos demais esclarecimentos. Nesse modelo, a narração é estruturada em posição de importância (SODRÉ; FERRARI, 1986). Já a reportagem de ação, ou *action-story*, é delineada pelos pesquisadores como um relato mais atraente, no qual a relevância está centrada no desenrolar detalhista dos acontecimentos e possui dois esquemas comuns: o cronológico, que percorre o caminho contrário da pirâmide invertida; e o dialético, responsável por demonstrar a ideia de uma questão polêmica, sendo habitual na reportagem documental. E o último tipo é a reportagem documental, ou chamada de *quote-story*, visto em maior escala em documentários, porém presente em produções escritas. Esse tipo de reportagem apresenta os elementos de modo objetivo e possui caráter pedagógico e denunciante (SODRÉ; FERRARI, 1986).

Esses três modelos de reportagem se diferenciam nos detalhes, mas são ligados por uma combinação de fatores, como a produção de efeito catártico, a clareza narrativa, a compactação de importantes elementos descritivos em um espaço, entre outros (SODRÉ; FERRARI, 1986). Essa conjunção de recursos não foge à estrutura formal do contar jornalístico, mas se volta para outra maneira de abordar um fato em que o leitor ou espectador chegue até o fim da matéria. Por isso, Sodré e Ferrari (1986) afirmam que a reportagem precisa igualar a verdade, ser verossímil e, para isso, a inovação precisa partir do profissional que a arquiteta. E complementam dizendo que o jornalista não precisa apenas fazer uma exímia apuração, mas necessita saber

formular um bom texto, se inserir no contexto social e ter mais percepção ao conversar com o entrevistado.

Apesar dessas necessidades serem supridas pela reportagem, o desejo de obter um alcance ainda maior na compreensão de um fato é galgado pela grande-reportagem (PESSA, 2009). Kotscho (2000) diz que ela não possui esse nome somente por ser grande em número de linhas ou páginas, mas porque é a representação de um vultoso investimento pessoal e financeiro. Em razão disso, o jornalista deve montar com calma um roteiro para contar algo diferente do que já está circulando e saber usar o que vier de imprevisto (KOTSCHO, 2000).

O aprofundamento de uma notícia na grande-reportagem é o que Lima (2009) chama de movimento extensivo/horizontal e intensivo/vertical, no qual o repórter fornece ao leitor a expansão, qualitativa e quantitativa, do conhecimento sobre o assunto em destaque, assim como descobre seus desdobramentos. Perspectiva essa observada na escrita de Nepomuceno (2019) que executou as seguintes atividades: realizou visitas à região do Eldorado de Carajás; entrevistou 32 pessoas, moradoras das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Marabá, Eldorado do Carajás e Parauapebas; analisou mais de 20 mil páginas dos inquéritos da Polícia Civil e da Polícia Militar que investigaram o caso; efetuou a leitura de livros sobre os conflitos por terra; e acessou múltiplos documentos que vão do boletim da Anistia Internacional, artigos acadêmicos, matérias produzidas pela imprensa até os relatórios formulados por instituições, entidades e organismos representativos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Parlamentar Mista da Terra (CPMI), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros.

Durante o procedimento de ultrapassagem de fazer a reportagem aos moldes dos jornais de referência, Nepomuceno (2019) procurou outro espaço para colocar seu trabalho e o encontrou no livro-reportagem. Nele, o jornalista detectou o que Lima (2009) sempre aponta em suas discussões: um instrumento que reflete o firmamento estrutural da notícia e alcance de certo reconhecimento temático (LIMA, 2009). No Brasil, além desses fatores, o produto foi visto como uma tentativa de fuga às normas ditatoriais do regime militar que tentavam silenciar situações importantes para a sociedade. Pois a escrita de um livro-reportagem é uma maneira de impedir que a memória se torne cinzas mortas (NEPOMUCENO, 2019).

### 3.2.2 Livro-reportagem no Brasil: profundidade e resistência

A presença do livro-reportagem em solo brasileiro é entrelaçada nas discussões de seus primeiros passos longe dos jornais e revistas no início do século XX até seu sucesso nas décadas de 1970 e 1980 (OLIVEIRA; BERND, 2021). É a sua essência em busca não somente do atual, mas do contemporâneo ou do que pode ser rememorado.

Nas duas primeiras décadas de 1900, a narrativa jornalística em reportagem lança-se para o livro e tem em *Os Sertões* (1902) o símbolo da mesclagem textual do jornalismo e da literatura. A obra foi escrita por Euclides da Cunha, engenheiro, jornalista e escritor carioca, que reuniu relatos de sua atuação na cobertura da Guerra de Canudos pelo jornal *Estado de S. Paulo*. E a elaboração do livro, segundo Maciel (2007), foi tomada pela ânsia do autor em denunciar o que houve em Canudos, cidade localizada no norte da Bahia. Então, distante da opressão política do período, Euclides conseguiu colocar no papel seu testemunho sobre uma das realidades opressoras do país (MACIEL 2007).

Apesar de não ter sido o primeiro correspondente a publicar as memórias e bastidores do confronto baiano, Corrêa (2020) aponta que, além da relevância histórica do acontecimento, a habilidade discursiva de Euclides da Cunha foi a responsável pela consagração estilística do volume. Para o campo da comunicação, é considerado o embrião do livro-reportagem.

*Os Sertões* é intitulado como um marco na escrita brasileira, pois foi construído sob um olhar jornalístico da situação de guerra no sertão da Bahia, junto de traços literários da experiência testemunhal, segundo Maciel (2007). O pesquisador também destaca a aptidão do engenheiro-jornalista em converter os relatórios enviados para a imprensa e para o Exército em uma obra no qual os conflitos, o contexto político-social e as pessoas foram colocadas no centro dos capítulos. Essa inclinação de Euclides em relatar profundamente a realidade também pode ser vista em seus ensaios a respeito da Amazônia.

Depois de conhecer um pedaço do território amazônico em uma expedição em 1905, Euclides da Cunha escreveu artigos e prefaciou a obra *Inferno Verde* (1908), de Alberto Rangel. Euclides também teve o desejo de produzir um livro que expressasse sua visão sobre a Amazônia (SANTANA, 2000). Contudo, faleceu antes de concluir seu objetivo, mas parte de seus ensaios e artigos foram organizados e

publicados postumamente em *A Margem da História* (1909) e *Um Paraíso Perdido* (2000). Obras significativas sobre a construção narrativa do espaço amazônico e da população que o habita.

Após a exploração narrativa de Euclides da Cunha, seguiram-se os trabalhos de João Paulo Alberto Coelho Barreto, conhecido como Paulo Barreto ou pelo pseudônimo João do Rio, demarcado por Maciel (2017) como o jornalista pioneiro em reconhecer o valor de preservar o seu ofício no livro. João do Rio entrega em seus trabalhos uma realidade minuciosamente detalhada do cenário do Rio de Janeiro, em um momento de grandes transformações urbanas na década de 1920. Como afirma Lima (2009, p. 2018), “há um sentido de urgência no trabalho de João do Rio.”

Guedes (2007) destaca que quando João do Rio colocava o cotidiano da cidade como ponto central de suas obras, as pessoas consideradas comuns ou anônimas pela parte elitizada da sociedade ganhavam espaço junto com os ambientes.

Os trabalhos de João do Rio e Euclides da Cunha contavam com o aperfeiçoamento das entrevistas captadas e refinamento textual da escrita, sendo definidas como uma das marcas desses profissionais, expostas tanto no campo da literatura quanto do jornalismo (ROCHA; XAVIER, 2013).

Segundo Lima (2009), após o trabalho desses relevantes nomes na historiografia brasileira, houve um intervalo no interesse de jornalistas em se aventurar no campo do livro. Segundo o estudioso, a atividade só foi retomada após a Segunda Guerra Mundial, com destaque para alguns trabalhos em evidência na época, como os do sarcástico Joel Silveira, conhecido por escrever *O Inverno da Guerra* (1945); do polêmico e controverso David Nasser que publicou *A Revolução dos Covardes* (1947); e de Edmar Morel com *A revolta da chibata* (1959). Foram obras em que esses profissionais viraram jornalistas-autores por observarem as situações que estavam ao seu alcance com o intuito de construir algo com maior perenidade, personalidade e estratégias que os aproximariam do leitor.

Ainda que seja perceptível a presença do livro-reportagem no cenário brasileiro na década de 1940, Maciel (2017) relata que não havia um mercado consolidado nesse período. A solidificação acontece em 1970, quando os jornalistas resolvem, novamente, ultrapassar o esquema do *lead* e dar “uma resposta clara à censura e autocensura das redações” (MACIEL, 2007, p. 7) durante a ditadura militar. Ainda conforme Maciel (2007), um dos jornalistas marcantes dessa época foi José Louzeiro, autor de *Lúcio Flávio, passageiro da agonia* (1977), *Aracelli, meu amor* (1976) e

*Infância dos Mortos* (1977). Louzeiro deixou sua marca ao escrever, de modo seguido, sobre assuntos relevantes e delicados, publicados pela Alfa-Omega, uma das editoras significativas na década de 1970 e fundada em 1973 por Fernando Mangarielo.

Alfa-Omega foi a responsável por publicar *A Ilha* (1976), considerado um clássico do livro-reportagem brasileiro. A obra apresenta o resultado de cerca de três meses de investigação do jornalista Fernando Moraes sobre Cuba. Embora tenha esgotado as edições publicadas em sua estreia e ter sido traduzido em vários idiomas, o livro foi qualificado como incitador à apologia da Revolução Cubana (LIMA, 2009). Apesar disso, tornou-se um ícone do mercado e dos segmentos jornalísticos, literários e políticos brasileiros.

Além de *A Ilha*, a Alfa-Omega lançou o selo “História Imediata” composta pelos títulos: *A guerrilha do Araguaia* (1978), de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk; *A greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu* (1979), gerada pelos editores da Alfa-Omega; *Araceli, corrupção em sociedade* (1979), de Carlos Luppi; *D. Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo* (1979), escrito por Getúlio Bittencourt e Paulo Sérgio Markun; e *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador* (1979), de Luiz Henrique Ramagnoli e Tânia Gonçalves.

O segmento de produção nacional da Alfa-Omega publicava assuntos contemporâneos do Brasil, fomentando a abertura e o fortalecimento desses livros-reportagem (BELO, 2006). A partir disso, com o passar dos anos, outras editoras começaram a investir em projetos específicos dessa linha narrativa, como a Companhia das Letras, Record, Geração Editorial e Planeta (MACIEL, 2017). E mesmo com as crises que assolam o mercado editorial, o livro-reportagem continua sendo relevante, pois, segundo Lima (2009), ele alcançou respeitabilidade ao conseguir sair das redações, mantendo sua base jornalística e apropriando técnicas literárias.

A reconstituição dos ambientes e personagens, tratados com uma coleta precisa de entrevista e dados, compõem a estrutura central da narrativa do livro-reportagem (OLIVEIRA; BERND, 2021). Esse conjunto de elementos busca oferecer ao leitor uma imersão sobre uma determinada pessoa, grupo ou episódio relatado. Por isso, Junior e Silva (2019) falam que o livro-reportagem não é uma simples literatura ou uma habitual investigação, mas o resultado de uma análise profunda que o jornalista precisa montar, similar a um quebra-cabeça. Desse modo, as obras do gênero são, muitas vezes, voltadas a episódios suprimidos pelo governo ou pelas

linhas do jornalismo de referência. Como diz Catalão (2010), é uma manifestação social que busca mostrar os mais atacados pelo sistema político e econômico.

Maciel (2017) aponta que, entre tantos temas, dois assuntos dominam a escrita dos livros-reportagem no Brasil: o político e o de cunho violento. E apesar de obterem suas particularidades, conversam entre si constantemente.

Na primeira categoria, a abordagem política, são apresentados os bastidores da política do país, como as obras *1968: o ano que não terminou* (1988), escrito por Zuenir Ventura, que aborda a resistência à ditadura militar, os confrontos e as intensas lutas contra o regime; e *Vultos da República* (1985), uma reunião de perfis relevantes de personagens da política brasileira e os reflexos de suas ações, escrito por quatro jornalistas e organizado por Humberto Werneck. Já a segunda, direcionada à temática da violência, possui entre seus notáveis títulos os famosos *Infância dos Mortos* (1977), livro de José Louzeiro que fala sobre a banalização da violência contra as crianças de rua; e *Rota 66* (1992), obra de Caco Barcellos a respeito das práticas violentas da polícia militar do estado de São Paulo.

Ainda no campo da violência, só que voltados para casos na Amazônia - região foco do debate desta pesquisa -, é demarcado alguns livros-reportagem, como *Contido a bala - A vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará* (1994), investigação de Luiz Maklouf Carvalho sobre a morte encomendada de Paulo Fonteles, importante liderança política e defensor dos posseiros paraenses; *Chico Mendes - Crime e castigo* (2003), sobre o assassinato do ambientalista Chico Mendes, assim como o julgamento e repercussão do crime, escrito por Zuenir Ventura; *Amazônia, a floresta assassinada: falta muito pouco para matá-la de vez* (2006) de Sérgio Adeodato, que aborda as consequências do desmatamento e a abertura de projetos de mineração e estradas que prejudicam os moradores locais; e *O massacre: Eldorado do Carajás - uma história de impunidade* (2019), uma compilação de diferentes relatos sobre um dos episódios mais trágicos da violência no campo paraense, relatado por Eric Nepomuceno.

É pertinente citar que os traços do jornalismo investigativo e denunciata presentes nos livros-reportagem de profissionais como Eric Nepomuceno e Luiz Maklouf são marcas de suas experiências na imprensa alternativa. No Brasil, aproximadamente 150 jornais desse segmento foram ativos entre 1964 e 1980 (KUCINSKI, 2001), no qual pode-se destacar o carioca *O Pasquim* (1969-1991), o

paulista *Versus* (1975-1979) e os paraenses *Nanico* (1979) e *Resistência*, fundado em 1978 e ativo atualmente na versão digital.

Kucinski (2011) define a imprensa alternativa, chamada também de imprensa nanica<sup>16</sup>, como um campo de atuação que lutava por mudanças nas estruturas da notícia e contra a política ideológica ditatorial. O estudioso aponta que ela surgiu do desejo de jornalistas, estudantes, ativistas e demais cidadãos em busca de transformações sociais diante do autoritarismo imposto pelo regime de 1964. Na Amazônia, além desse fenômeno jornalístico ter se tornado um instrumento de combate ao governo militar, lutava contra a execução dos projetos que agrediam o território amazônico.

A imprensa alternativa na Amazônia, assim como nas outras localidades do Brasil, não possuía publicidade e, por isso, manteve-se independente na divulgação das denúncias. Seu papel era o de instruir a sociedade local e ser porta-voz de suas declarações (ARAÚJO, 2020). E mesmo após o fim da ditadura militar, esse trabalho continuou sendo realizado por alguns jornalistas, como o executado por Lúcio Flávio Pinto no *Jornal Pessoal* (1987), produção quinzenal paraense com raízes de mídia opinativa e contra hegemônica (AMORIM, 2007).

A primeira edição do *Jornal Pessoal* teve o assassinato do advogado Paulo Fonteles e os conflitos por terra no estado do Pará como sua matéria de capa (COSTA; AMORIM; CASTRO, 2018). A partir desse lançamento, continuou ativo na produção de matérias que cobravam do governo e empresariado paraenses respostas sobre práticas executadas que seguiam o caminho oposto do solicitado pela população. Assim, considerado uma das mais antigas mídias alternativas do país, o *Jornal Pessoal* pode ser encontrado tanto na versão impressa quanto na digital<sup>17</sup>. E independente dos dois formatos, continua mantendo seu papel de ser uma mídia de resistência ao atualizar as discussões acerca de assuntos importantes para o povo paraense e amazônico.

Essa responsabilidade de protestar contra as injustiças e abusos governamentais são compreendidos por Lima (2009) como uma das bases do livro-reportagem. O autor explica que elas auxiliam na reprodução de casos sociais

---

<sup>16</sup> De acordo com Kucinski (2011), *nanica* é uma palavra com referência ao formato tabloides da maioria dos jornais alternativos e difundida por publicitários.

<sup>17</sup> As matérias do *Jornal Pessoal* começaram a ser postadas a partir de 2008 na página oficial do jornalista: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/>

importantes a partir da abordagem das diversas denúncias e conflitos na história contada. São características presentes na maioria das obras do gênero, em que coloca a comunidade no centro do discurso.

Figueiredo e Santos (2020) compreendem a literatura de resistência como um modelo estrutural voltado ao pensamento crítico, a desconstrução de conceitos considerados absolutos, publicização de discursos ignorados pela mídia ou governo e exibição de pontos de vista sobre o panorama social de modo direto ou indireto. São textos desenvolvidos “dentro do âmbito de situações de violência, autoritarismo, opressão, que perpassam tanto os contextos históricos em que esses textos estão inseridos quanto as temáticas que emergem deles.” (ALENCAR; PANTOJA, 2021). Portanto, é uma narrativa construída em espaços marcados pela desumanidade que atinge a população menos favorecida de diversas maneiras.

Junior e Pinto (2017) corroboram com a perspectiva de o livro-reportagem ser uma literatura de resistência, pois enxergam nele o outro lado da história dita oficial, no qual os testemunhos em profundidade são os das vítimas. São as falas e vivências dos excluídos, antes encobertas ou deturpadas, que passam a ter visibilidade e são encarregadas de estruturar a narrativa. É uma tentativa de promover discussões definidas como proibidas, oferecendo ao leitor o contato do fato com mais clareza. Isso tudo em um gênero que se compromete em colocar o cotidiano à luz da realidade (JUNIOR; PINTO, 2017).

Além de retratar as histórias de resistência de uma parte significativa da população ou de períodos difíceis da sociedade, por meio de testemunhos, memórias e documentos, a narrativa do livro-reportagem ajuda no registro de um passado não muito distante. A construção de seus relatos serve para que crimes de vários âmbitos, sobretudo os locais e direcionados a grupos historicamente preteridos, sejam lembrados e em nenhum momento repetidos, como ressalta Sacramento (2015). É uma narrativa de reconstituição, como a efetuada por Nepomuceno (2019) ao rememorar em seu escrito fatos ocorridos antes do massacre do dia 17 de abril de 1996:

O começo da história está no grupo de cerca de 2 mil homens, mulheres e crianças, famílias militantes do MST que, em julho de 1994 – portanto, quase dois anos antes do massacre -, ocupou terras que haviam sido concedidas, por decisão do Senado Federal, à Companhia Vale do Rio Doce, que tem mais de 1 milhão de hectares no Pará – uma área que inclui três reservas florestais. Expulsas pela

Polícia Militar, essas famílias acamparam em Parauapebas e lá ficaram oito meses (NEPOMUCENO, 2019, p. 122).

Portanto, o livro-reportagem é uma das representações da literatura de resistência e se dirige, na presente pesquisa, aos casos de violência do estado do Pará. Os autores Figueiredo e Santos (2020) afirmam ser de extrema importância a reconstrução profunda das histórias da região, pois concede espaço aos esquecidos pela narrativa hegemônica dos veículos brasileiros de comunicação. Desse modo, o máximo de pessoas envolvidas no fato terão sua visão incluída nos registros, fortalecendo a denúncia expressa nas páginas dos livros. Assim, discutir o jornalismo literário e o livro-reportagem dentro do campo da comunicação é colocar a produção jornalística no centro do debate (BALTAZAR, 2017). Sua realização procura compreender alguns de seus principais componentes, como a investigação, veracidade, redação, assim como a sua finalidade que é fortalecer, contextualizar e compreender a sociedade (SILVA, 2010).

A construção narrativa do livro-reportagem de Nepomuceno (2019) relata situações ocorridas semanas anteriores ao massacre, os atos da PM durante a ação e a jornada de alguns trabalhadores a partir do amanhecer do dia 20 de abril de 1996, data em que as vítimas foram enterradas. É um livro que discorre sobre as consequências e o descaso das autoridades em relação às reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A responsabilidade em recriar uma determinada realidade é uma das funções da narrativa do jornalismo literário que, por meio do livro-reportagem, busca trabalhar um episódio a partir de outras percepções, sejam elas técnicas ou pessoais, como afirma Oliveira (2006). E é a relevância dessas particularidades e do cenário explorado em *O Massacre* que serão destrinchados no próximo capítulo. Uma observação mais minuciosa da construção narrativa de uma tragédia que contém a situação crônica da política e economia paraense como pano de fundo.

#### 4 NARRATIVA DA LUTA PELA TERRA EM O MASSACRE

[...] nós, brasileiros, somos herdeiros de quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência. Uma sombra: nosso passado colonial violento. Outra: genocídio indígena. A terceira: a escravidão, que é a mais nefasta de todas. E, em quarto lugar dessas sombras, a Lei da Terra, que exclui os pobres e negros do seu acesso e os deixa à mercê do arbítrio do grande latifúndio (Leonardo Boff apud Nepomuceno, 2019, p. 18).

A narrativa está intrínseca ao cotidiano do ser humano, seja quando ele conta situações diárias ou produz um texto elaborado. Lima (2013) diz que além de ser um modo de se expressar, a narrativa é a representação de como alguém enxerga o mundo, o entende e o processa constantemente.

Os valores, práticas, influências e demais dinâmicas sociais que giram em torno de uma realidade envolvem o efeito do narrar. Por isso, a lente analítica usada nesta pesquisa para investigar as ações narrativas é a da Hermenêutica de Profundidade (THOPMSON, 2011). Com ela, há a percepção da construção significativa e da contextualização social da forma simbólica investigada: os conflitos por terra na Amazônia. Como elemento operacional de compreensão desses confrontos, recorre-se à Análise Pragmática da Narrativa de Motta (2007).

Ao considerar o cenário sócio-histórico apresentado nos dois primeiros capítulos, este terceiro e último se debruça nas duas fases restantes da HP: a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação, respectivamente. Nessa etapa da pesquisa, a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística de Motta (2007) se faz presente com a finalidade de identificar expressões, a construção textual e os dispositivos comunicativos usados nos discursos narrativos do livro-reportagem *O Massacre*. Aqui, a operacionalização do método de Motta (2007) é essencial para identificar as estratégias do jornalismo literário utilizadas por Nepomuceno (2019) para construir a narrativa dos conflitos por terra do massacre de Eldorado.

Após a execução da análise narrativa, segue-se com o processo de interpretação/reinterpretação, momento em que há o conhecimento das condições estruturais e sociais da forma simbólica, explicitadas nas duas etapas anteriores da HP. No caso deste estudo, é a interpretação da configuração narrativa dos conflitos por terra em *O Massacre* e como esse fenômeno foi reinterpretado por Nepomuceno (2019) no jornalismo literário. E apesar da prática de reinterpretação ser sobre algo já

interpretado por diferentes sujeitos, é possível encontrar outras compreensões das formas simbólicas, das estratégias e das problematizações. Ou seja, um movimento novo de pensamento (THOMPSON, 2011).

#### **4.1 A construção da realidade no livro-reportagem**

A prática de narrar um acontecimento é algo comum a qualquer pessoa, pois o ato de contar uma determinada situação é primordial nas relações sociais. A narrativa, entre tantas definições, pode ser entendida como a habilidade de reportar um fato, organizar seus eventos e contextualizar as objetividades e subjetividades que o compõem para dar à história um significado (ESSENFELDER, 2017).

Quando a discussão sobre narrativa é aproximada do âmbito do jornalismo literário, ela pode ser compreendida como a apresentação e, principalmente, o desenvolvimento esquadrihado de um conflito. Pena (2006) assinala que a narrativa aprofundada de um relato é uma das características aperfeiçoadas no gênero que busca garantir presença na memória coletiva e nos diversos contextos históricos-sociais. Para obter sucesso nessa execução, é preciso enxergar todas as ligações existentes da ocorrência selecionada e operar a construção de uma trama coesa.

Martinez (2009) afirma ser primordial ordenar os fatos e conectá-los durante sua construção textual. Segundo a pesquisadora, a organização das cenas, além de gerar uma compreensão da estrutura formada, garante a conexão do leitor com o texto. Então, para assegurar a imersão narrativa é necessário que o profissional seja capaz de produzir sentidos durante a escrita por meio da utilização de metáforas, expressões ou símbolos, por exemplo (SIMS; KRAMER, 1995). Desse modo, o relato consegue oferecer uma experiência singular na relação texto-leitor e concretizar uma afinidade durante a leitura. É gerar uma individualidade de sentidos do caso real apresentado em que o leitor passa a ser testemunha.

Como discutido anteriormente, o livro-reportagem alcançou destaque dentro do jornalismo literário não somente pelo fato do jornalista-autor contar uma boa história, mas por revelar um fato real. As técnicas da modalidade usadas no encadeamento das descrições levam a fluência da informação e a orientação de um episódio carregado de injustiça ou de destaque social (PESSA, 2009). E o prestígio dessas obras é resultado da estrutura narrativa que, conforme Maciel (2017), é norteadada pela reconstrução dos cenários, descrição dos personagens e humanização dos

testemunhos, entre outros aspectos. É uma narrativa que oferece um significado dos acontecimentos.

Braga e Marinho (2021) apontam que quando há êxito na ligação da série de ocorrências, eventualidades e cenários durante a construção da narrativa, a ordenação e o significado se tornam visíveis. Com isso, as autoras afirmam que o acontecimento narrado, por mais que ele se volte para o passado, traz um novo sentido que pode ser reanalisado de acordo com as perspectivas e sua recepção atual. E os meios de comunicação fazem parte dos espaços fundamentais onde os fatos são configurados, atualizados e construídos sob os aspectos de diversos atores sociais, como é o caso da obra de Nepomuceno (2019).

*O Massacre: Eldorado do Carajás – Uma História de Impunidade*, escrito pelo jornalista e tradutor Eric Nepomuceno, foi lançado pela primeira vez em 2007 pela Editora Planeta. A edição é composta por cinco capítulos e intercalada com as fotos do fotógrafo Sebastião Salgado. Doze anos depois, em 2019, a Editora Record relançou o livro-reportagem nos formatos físicos e digitais e sem as fotografias de Sebastião Salgado (durante a escrita desta pesquisa não foi encontrada nenhuma entrevista ou matéria com o autor explicando o motivo da retirada das imagens) - com exceção da capa -, mas com um prefácio que conta com atualizações dos processos dos acusados, do estado dos sobreviventes e da situação política do país. Essa segunda edição e o formato digital é o livro utilizado nesta dissertação.

*O Massacre* é o resultado de mais de três anos de trabalho executado por Nepomuceno (2019) que efetivou uma intensa pesquisa documental, entrevistou mais de 30 pessoas e realizou inúmeras visitas à cidade protagonista do crime e as localidades que tiveram holofote após os assassinatos. Todo esse material coletado resultou no produto de 151 páginas, disposto das seções Prefácio, Sobre Este Livro e de cinco capítulos nomeados como: 1) Uma Imensidão de Terras e de Violência, 2) O Preço de um Sonho, 3) A História de um Massacre Impune, 4) A Longa Marcha ao Encontro da Morte e 5) Uma História de Impunidade.

No Prefácio, o jornalista aborda algumas mudanças significativas que ocorrem no intervalo da publicação do lançamento da primeira edição e da segunda, como as mortes do sobrevivente Domingos da Conceição, do advogado trabalhista Ronaldo Barata e do político Almir Gabriel (governador no ano em que ocorreu o massacre); e da impunidade judiciária sob o major José Maria Pereira, o coronel Mário Colares Pantoja e o advogado Paulo Sette Câmara – os dois últimos faleceram em 2020, um

ano depois da publicação do relançamento do livro-reportagem. A seção também discorre como, entre tantas mudanças, a violência no campo no estado paraense é a única que permanece e progride com o passar dos anos. Com isso, o autor reflete sobre algumas matanças que ocorreram na região a partir de 1996, o papel dos presidentes nesses casos e como a política e o empresariado local influenciam as mortes ocasionadas pelos confrontos por terra.

Na seção “Sobre este livro”, é apresentada a metodologia de Nepomuceno (2019) aplicada na produção da obra e sua visão sobre a história de Eldorado. De acordo com o autor, o que aconteceu na Curva do S jamais deveria ser chamado de incidente ou choque entre grupos divergentes. O jornalista também desabafa como se sentiu ao escrever sobre os laudos periciais dos cadáveres em paralelo com os testemunhos dos mutilados. Por fim, reforça a importância do MST e da CPT na vida dos trabalhadores rurais e como a tragédia poderia ter sido evitada.

Após descrever como captou as cenas da chacina e a dor dos familiares, Nepomuceno (2019) destaca no primeiro capítulo “Uma imensidão de terras e de violência” como o vasto território rural paraense tornou-se o centro da eclosão dos conflitos agrários, onde são registrados desmatamento, garimpo, trabalho escravo e assassinatos. É um capítulo em que o massacre de Eldorado do Carajás não é foco, pois o objetivo é contextualizar a organização histórica e espacial do estado do Pará. Para ilustrar, é apresentado casos de grupos da elite paraense que controlam durante anos a produção camponesa e os círculos políticos e jurídicos, como a família Mutran. Segundo o jornalista, ela aparece em várias listas que denunciam o trabalho escravo e uso indevido de terras públicas. Porém, nenhum Mutran foi preso ou pagou as multas impostas pela Justiça.

No segundo capítulo “O Preço de um sonho”, Nepomuceno (2019) se volta a descrever a realidade dos sobreviventes e moradores da Vila 17 de Abril, assentamento implantado nas terras desapropriadas da fazenda Macaxeira após o massacre. Na seção, é relatado o dia a dia da vizinhança, os traumas que pairam na vivência dos habitantes, as homenagens em cada pedaço do assentamento e o cotidiano dos mutilados. É o tópico destinado às memórias, as lutas e à rotina das vítimas que convivem diariamente com as sequelas físicas e psicológicas da matança.

No terceiro capítulo “A história de um massacre impune” é abordado como o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira lideraram a ação para remover os manifestantes do quilômetro 96 da PA-150, lugar conhecido como Curva

do S. É narrado a postura dos agentes públicos em ordenar a retirada dos trabalhadores rurais por meio da força, o preparo e, ao mesmo tempo, o despreparo executado pelos policiais e a participação dos latifundiários que financiaram o ataque com o objetivo de matar os dirigentes e principais integrantes do MST.

Os participantes mais observados dentro do MST pelos fazendeiros são apresentados no quarto capítulo “A longa marcha ao encontro da morte”. Nesse tópico, a forte presença dos líderes dos sem-terra e relevantes personalidades do Movimento são relatadas, seguida dos episódios que antecedem o massacre, como as inúmeras negociações entre trabalhadores rurais e representantes do poder público paraense, a ocupação da fazenda macaxeira, a organização da marcha e o acampamento na Curva do S. Logo depois, é detalhado situações emblemáticas do dia 17 de abril de 1996, a exemplo das execuções em massa dos manifestantes.

Por último, no quinto capítulo “Uma história de impunidade”, é abordado a postura dos magistrados durante os julgamentos. As audiências são compostas por diversas falhas em que é evidente as absolvições indevidas, o não indiciamento dos mandantes da ação, o arquivamento de investigações, a redução da pena dos militares condenados e a demora no pagamento da indenização às vítimas do massacre. É uma seção repleta de relatos indignados e com perguntas que até hoje não tiveram respostas.

Em *O Massacre*, a estruturação da narrativa é sustentada pela análise dos documentos e, sobretudo, pelas entrevistas das testemunhas ou porta-vozes dos que não quiseram ou não podiam ser entrevistados. De todo modo, os discursos principais são dos que estiveram na chacina ou dos familiares dos mortos. A fala de Nepomuceno (2019) também faz parte da história, aparecendo tanto como jornalista e autor quanto personagem, pois em algumas cenas há frases sobre sua vivência enquanto realizava a investigação. Pode-se citar como exemplo uma de suas viagens a Marabá, na página 32, onde presenciou, em um dos hotéis que ficou, como a lei sobre o porte de arma é ignorado, já que armas e munições são consideradas objetos rotineiros. É o momento em que o jornalista narra em primeira pessoa e mostra sua despreocupação em reproduzir os padrões do jornalismo de referência para poder dar mais vivacidade ao que está sendo anunciado (JUNIOR; SILVA, 2019).

A obra busca contrapor os laudos, relatórios e todas as medidas adotadas pelos representantes públicos na operação que matou 19 pessoas e deixou dezenas de feridos em Eldorado do Carajás. A narrativa tece sua construção considerando as

testemunhas e sobreviventes de uma das tragédias mais graves da violência no campo na Amazônia. É um trabalho que visa confrontar as circunstâncias de uma operação brutal, minimizada pelos seus mandantes e uma parte da sociedade. É um trabalho feito para recordar e reconstruir uma tragédia, pois pretende-se que o cenário de Eldorado não seja esquecido e, quem sabe, repetido (NEPOMUCENO, 2019).

Assim, após diversas leituras do e sobre o livro-reportagem *O Massacre* e a aplicação da análise sócio-histórica a respeito do jornalismo literário e dos conflitos na região amazônica, foi analisado as especificidades e os componentes do texto escrito e estruturado por Nepomuceno (2019). É o momento que se propõe compreender quais as estratégias usadas pelo autor e quais os sentidos ele buscou promover na descrição das formas simbólicas em sua narrativa.

Segundo Thompson (2011), as formas simbólicas podem ser aplicadas ideologicamente para assegurar, conservar ou reproduzir relações de dominação. No caso de *O Massacre*, a assimetria relacional exposta é destacada pelos conflitos no campo e, mais especificamente, por terra na Amazônia paraense.

#### **4.2 A análise narrativa em *O Massacre***

O livro-reportagem *O Massacre: Eldorado do Carajás - Uma História de Impunidade* possui, de modo geral, uma narrativa não linear e clara. Desse modo, o autor consegue detalhar as relações de poder existentes na disputa pela terra na Amazônia, centrada no estado do Pará, que envolve uma multiplicidade de cenários e sujeitos sociais. Com a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística de Motta (2007), técnica de análise executada na segunda etapa da HP - a análise formal ou discursiva -, identificou-se como as formas simbólicas foram interpretadas por Nepomuceno (2019) e organizadas em sua obra.

O método desenvolvido por Motta (2007) é composto por seis movimentos: 1) recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; 2) identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; 3) construção de personagens jornalísticas (discursivas); 4) estratégias comunicativas; 5) relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; 6) metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história.

Motta (2007) destaca que as etapas do seu processo metodológico não precisam ser seguidas à risca, mas adaptadas de acordo com o trabalho. Assim, para auxiliar a operacionalização dessa análise com foco no âmbito do jornalismo literário,

os movimentos da análise narrativa foram relacionadas aos componentes da Estrela de Sete Pontas de Felipe Pena (2006), discutidos nos tópicos 3.1.

Pena (2006) desenvolveu e destrinchou o que considera serem os elementos fundamentais para a compreensão da modalidade híbrida jornalística-literária e a construção de sua narrativa. E, nesta pesquisa, também contribuiu para análise de *O Massacre*, uma publicação construída diariamente por quase três anos e ordenada para narrar um acontecimento singular da história paraense.

#### 4.2.1 Recomposição da intriga

De acordo com Motta (2007), a Recomposição da Intriga ou Acontecimento Jornalístico visa unir partes fragmentadas de uma notícia para depreender o tema tratado, pois só com uma história completa é possível executar uma análise narrativa significativa. É preciso verificar se o ciclo da intriga, compreendida por Ricoeur (2010) como a composição interna da narrativa que pode ser entendida também na forma de enredo, está concluída. Ou seja, se ela possui início, meio e fim. Se ele apresenta um arranjo narrativo em que a sequência de episódios não é somente um fato seguido do outro, mas um ocasionado pelo outro.

No campo do jornalismo literário, o livro-reportagem pode ser colocado no grupo de completude. Diante disso, pode parecer desnecessário analisá-lo dentro deste primeiro movimento, a Recomposição da Intriga, pois seu conteúdo se apresenta de maneira integral em um mesmo documento. Contudo, no caso de *O Massacre*, a história está no formato não linear, pois o autor não inicia o livro a partir das mortes no dia 17 de abril de 1996, mas de dados sobre a violência no campo e outros casos de conflitos por terra para poder adentrar no massacre.

Então, para poder mostrar a coerência na obra de Nepomuceno (2019) é preciso reconstruir o caso de Eldorado do Carajás na sequência cronológica com base nos acontecimentos apurados pelo jornalista. Essa ação, realizada a partir do próximo parágrafo, permite compreender a ordem em que os acontecimentos ocorreram e, assim, identificar os episódios, a construção dos personagens e os efeitos de sentido usados pelo escritor para encadear o caso, inserido de modo fragmentado e organizado de maneira não contínua nos capítulos.

O massacre de Eldorado do Carajás aconteceu em 17 de abril de 1996. As mortes foram o resultado de uma operação que tinha o objetivo de colocar um fim na

marcha realizada pelos trabalhadores rurais e integrantes do MST. Os manifestantes reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira, localizada nas proximidades de Curionópolis. E de acordo com a seção A Longa Marcha ao Encontro da Morte (Capítulo 4), em setembro de 1995, uma parte dos manifestantes instalaram acampamento às margens da estrada próxima da fazenda. Nesse espaço, “começava a tensão, surgiam, aos poucos, os primeiros indícios do conflito que desembocaria em tragédia meses mais tarde.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 86). Depois, o acampamento saiu da estrada e se tornou uma ocupação na propriedade, em 5 de novembro de 1995, demarcando “uma nova etapa de uma dura negociação entre sem-terra e governo federal.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 87). Com isso, se intensificou a relação do MST com os representantes dos órgãos federais, paralelo às ameaças das milícias locais, datadas no primeiro trimestre de 1996.

O autor relata os eventos pontuais que antecederam o dia da chacina, como o bloqueio da PA-275, na cidade de Curionópolis, em protesto pelo não atendimento do pedido de suprimentos que deveriam ser levados durante a marcha.

No começo de março, Barata tinha aceitado atender à demanda de 12 toneladas de alimentos e setenta caixas de remédios para os acampamentos de Curionópolis. Não conseguiu fazer com que esse acordo fosse cumprido: nem o Incra nem o governo de Almir Gabriel concordaram. [...] por volta das onze da manhã de 9 de abril, um grupo de sem-terra havia radicalizado: a estrada entre Curionópolis e Marabá, a PA- 275, foi fechada, vários caminhões ficaram bloqueados, e um deles, com carga destinada a armazéns e supermercados da região, acabou sendo saqueado.

Os sem-terra levaram arroz, açúcar, maçãs e todas as sandálias. Carregaram quase 16 toneladas, que foram parar no posto de gasolina ocupado por eles. E, é claro, carregaram também a fúria do prefeito e a ira dos comerciantes da região. (NEPOMUCENO, 2019, p. 88-89).

Os relatos se encerram com os detalhes do emblemático 17 de abril de 1996, na Curva do S, em que Nepomuceno (2019, p. 102) narra que “o cenário da tragédia estava completo.”

De um lado, a tropa do major Oliveira esperando em formação, na margem da estrada. Do outro, a do coronel Pantoja, preparando-se para descer dos ônibus.

E no meio, no asfalto, um grupo pequeno, de frente para a tropa de Parauapebas; outro, pouco menor, frente a frente com a tropa de Marabá; e entre esses dois grupos, um caminhão, a barricada de feijão

e de arroz, e cerca de 2.500 manifestantes que participavam da fadada marcha dos sem-terra. (NEPOMUCENO, 2019, p. 102)

Os preparativos da ação policial e como o ato foi executado pelo coronel Pantoja são os destaques em *A História de um Massacre Impune* (Capítulo 3). Após a chegada dos militares nos ônibus fretados e os incontáveis disparos em direção aos sem-terra, Nepomuceno (2019) relata que os cadáveres foram encaminhados para o hospital público em Curionópolis, localizado a 40 quilômetros da Curva do S, e os corpos “levados ao Instituto Médico Legal de Marabá.” (p. 76).

Dois dias depois da tragédia, chegou Nelson Massini, um perito “enviado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados” (pág.77) que construiu um inventário detalhado dos mortos (p. 77). Então, semanas depois do esforço em identificar os corpos e da repercussão sobre as irregularidades na ação, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em 21 de junho de 1996, a desapropriação da fazenda Macaxeira. No local, foi fundada a Vila 17 de Abril, onde vivem pessoas que fazem parte do MST e estiveram presentes na marcha rumo a Belém.

O cotidiano da simbólica Vila 17 de Abril, chamada também de Assentamento 17 de Abril ou, somente, agrovila, é narrada no capítulo denominado *O Preço de um Sonho* (Capítulo 2). O autor relata como os sobreviventes da tragédia em Eldorado, conhecidos como “os mutilados”, sobrevivem com as sequelas físicas, psicológicas e sociais da chacina. Segundo eles, “falar do massacre de Eldorado do Carajás sem mencionar sua história é como ocultar parte essencial do que aconteceu.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 50). E esse sofrimento ocorre em paralelo a luta deles em receber uma indenização justa do Estado:

No dia 17 de abril de 1996, quando acabaram os tiros, 69 dos sobreviventes apresentavam ferimentos graves. Tão graves que três deles acabaram morrendo tempos depois em consequência dos tiros. Dos outros 66, vinte — e apenas vinte — conseguiram, em 1998, reunir a documentação exigida e entrar na Justiça pleiteando indenização, tratamento médico e uma pensão do estado do Pará. Essa documentação consistia em carteira de identidade (que nem todos tinham), laudos da perícia, laudos médicos, ou seja, o habitual sem-fim de papéis que a burocracia obriga as vítimas a reunir para provar que sofreram o que sofreram. (NEPOMUCENO, 2019, p. 50)

Um ano após a reunião de todos os documentos necessários para pedir a indenização, os sem-terra foram avisados que a Justiça paraense determinou que o

Estado custeasse as despesas médicas de todos os sobreviventes da chacina, além do pagamento de uma indenização de 2,9 milhões de reais. Porém, a obrigação médica e o pagamento não foram efetuados, pois o governo estadual recorreu da decisão e “conseguiu levar o caso adiante.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 51). E esse foi apenas um dos inúmeros obstáculos entre as vítimas e o sistema político-judiciário paraense.

No capítulo intitulado Uma História de Impunidade (Capítulo 5), Nepomuceno (2019) relata sobre os desdobramentos dos julgamentos do coronel Mário Colares Pantoja, Major José Maria Pereira de Oliveira e demais policiais presentes no massacre dos trabalhadores. O jornalista também destaca o erro da Justiça em não indiciar o governador da época Almir Gabriel e o secretário de Segurança Pública Paulo Sette Câmara, responsáveis pela ordenação da operação. O fato aparece nos oito primeiros parágrafos que buscam introduzir as falhas na Justiça Civil e Militar do Estado do Pará, nas páginas 121 e 122, e reaparece na página 127.

A partir da página 130, Nepomuceno (2019, p. 130) narra o primeiro julgamento, em agosto de 1999, como um processo carregado de irregularidades “diante do silêncio complacente do juiz Ronaldo do Valle”. O jurista, ainda segundo Nepomuceno (2019, p. 155), nomeia de formas diferentes acusados e vítimas, numa clara distinção de relação de poder e dominação. Todos os réus foram tratados pelo juiz Ronaldo Valle por suas patentes militares. Contudo, quando o magistrado se referia às vítimas – os sem-terra -, usava a expressão “os elementos.”

No segundo julgamento, realizado em 14 de maio de 2002, ocorreu algo que o jornalista considera como único: julgar, em cinco sessões, 144 policiais militares.

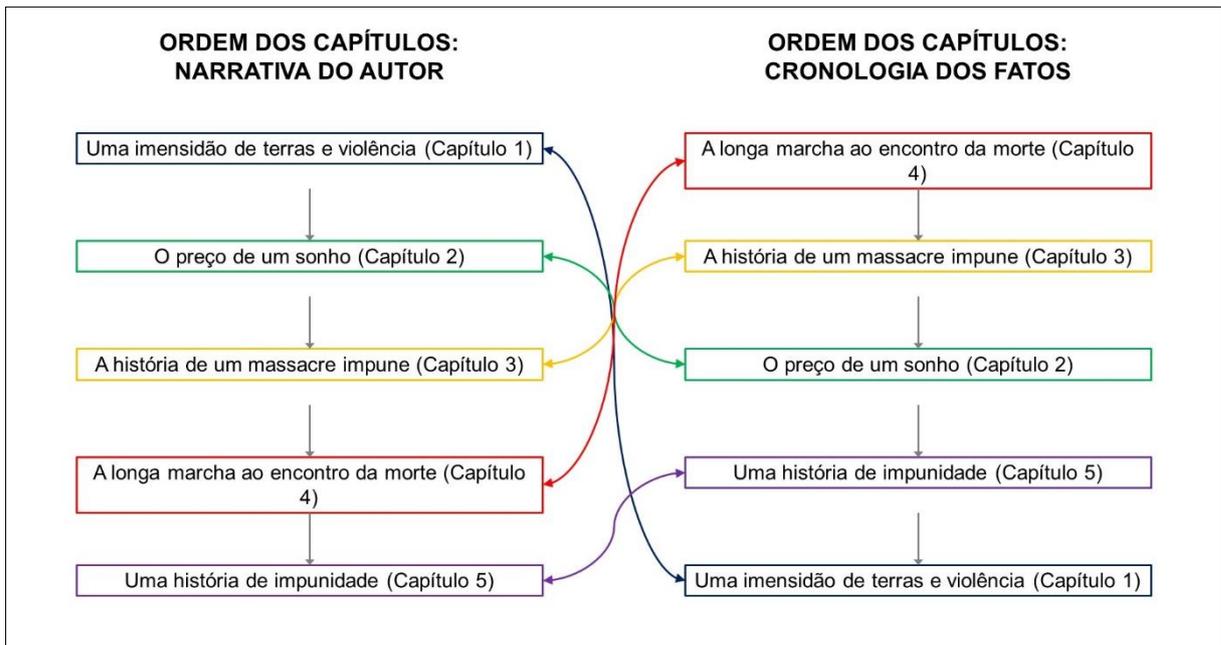
Dois deles — e apenas dois, o coronel Pantoja e o major Oliveira — foram condenados. Todos os outros, entre os quais os assassinos dos dezenove sem-terra, foram declarados inocentes. Os condenados receberam o benefício de recorrer em liberdade. (NEPOMUCENO, 2019, p. 132).

Por fim, em novembro de 2004, o coronel Pantoja e o major Oliveira foram detidos e levados para quartéis da PM em Belém do Pará. Ficaram presos até setembro de 2005, quando foram soltos e continuaram livres. Enquanto isso, a lembrança dos dezenove trabalhadores rurais assassinados continua presente nas cruzeiras “plantadas nos cemitérios de Curionópolis, Parauapebas, Marabá e Eldorado do Carajás.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 133).

O massacre em Eldorado é mais um caso de violência no campo na Amazônia, explicado no capítulo Uma Imensidão de Terras e Violência (Capítulo 1), em que pode ser visto um panorama sócio-histórico do estado do Pará, no qual são apontados sua extensão territorial, sua problemática política, econômica e social na posse das áreas campestres e como tudo isso faz parte do aumento no número de mortos da população campesina da região.

Assim, finalizada a retrospectiva cronológica do enredo completo da história do massacre contada no livro-reportagem, é possível visualizar os capítulos sob duas óticas: a organizada narrativamente pelo autor e a disposta de acordo com a cronologia dos fatos, conforme imagem abaixo:

Figura 2 - Quadro da ordem narrativa e cronológica dos capítulos de O Massacre (2019)



Fonte: pesquisa da autora.

Verifica-se que a disposição dos capítulos organizados por Nepomuceno (2019) difere da ordem cronológica dos fatos. Assim, a direção temporal dos capítulos possui a seguinte direção de acordo com sua numeração: 4, 3, 2, 5 e 1.

A observação realizada durante a reconstrução da intriga assegura a narrativa não-linear construída pelo autor que optou por citar o massacre a partir do segundo capítulo. A atitude realça que o evento narrado possui um sentido mais amplo do que o veiculado no jornalismo diário. Seu artifício narrativo pode ser identificado como um

recurso de prender o leitor em uma historicidade detalhada, tanto para deixá-lo ciente dos núcleos existentes na história quanto estabelecer um atraso intencional em apresentar o conflito base.

Nessa recomposição, é compreendido o rompimento do *lead*, quinta característica da estrela de sete pontas (PENA, 2006), fator essencial do jornalismo literário. Nela, as seis questões básicas do jornalismo são respondidas, detalhadas e diluídas durante toda a escrita. Tanto que, em uma primeira vista, o texto pode parecer não ter nexos com o ataque aos manifestantes em Eldorado ou estruturado com certa distância do acontecimento central. Contudo, o enredo é formado a partir da narrativa de violência na área rural do Pará, com a terra como centro de disputa, intrínseca ao assassinato dos trabalhadores rurais no sudeste do Estado. Como indica o autor: “No cenário de violência do campo brasileiro, o Pará se consolidou como o principal produtor de mortos.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 45).

#### 4.2.2 Identificador dos conflitos

Após a recomposição da história, é viável a identificação dos conflitos (principal e secundário), visto como núcleo estruturante da narrativa. E em seguida, deve ser feito o reconhecimento dos episódios e suas funcionalidades, definidos como recursos que sustentam a trama (MOTTA, 2007). Os episódios “podem reunir uma ou mais notícias unitárias e não necessariamente guardam relação direta com a ordem das notícias que lhes deram origem.” (MOTTA, 2007, p. 150). Eles são as ações encontradas na reconstrução da intriga, desenvolvidos pelos personagens e responsáveis pela dinâmica da narrativa.

Partindo dessa conceituação, neste estudo é apontado o conflito principal, o conflito secundário e os 4 episódios identificados como essenciais para o desenvolvimento do enredo e reconhecimento dos personagens. É importante destacar que, nesta análise, os episódios são compreendidos como um dos tipos de ganchos que compõem o progresso narrativo, pois são unidades narrativas que correspondem ao seguimento da história.

Assim, em *O Massacre*, o conflito central é a chacina dos trabalhadores rurais sem-terra integrantes do MST, na Curva do S, trecho da rodovia PA-150, próximo ao município de Eldorado do Carajás. O massacre resultou em 19 pessoas mortas e 69 gravemente feridas - três delas morreram meses depois em consequência dos tiros.

A ação liderada pelos Policiais Militares tinha como objetivo desobstruir a via bloqueada pelos manifestantes. No entanto, testemunhos mostram que o ato executado pelos militares também visava pôr fim a pelo menos cinco pessoas, consideradas dirigentes importantes do MST. Uma amostra da relação entre os empresários, setor judiciário e político do Estado (NEPOMUCENO, 2019).

O movimento social em prol dos trabalhadores rurais obtém uma atuação forte nas regiões brasileiras e tenta materializar a esperança de seus participantes em adquirir um lote de terra para viver. Um sonho com muitos obstáculos, já que os conflitos por terra são os maiores geradores das mortes no âmbito rural do país, com protagonismo para o estado do Pará (NEPOMUCENO, 2019).

Os dados dos 20 primeiros anos presentes nos relatórios da CPT (1985-2005) mostram que, em todo o território brasileiro, 1.024 processos foram abertos por assassinatos em disputas por terra. Uma média de uma morte por semana. E o destaque desse tipo de ocorrência persiste nos dias de hoje. De acordo com o relatório Conflitos no Campo da CPT, em 2021 houve 1.242 ocorrências de conflitos, sendo 162 registrados no estado do Pará.

Os conflitos por terra movimentam os debates sobre a questão socioeconômica da Amazônia e que emergem com resistência em todos os governos, sejam eles federal, estadual ou municipal. Seus antecedentes, ainda vívidos, são consequências de quando o Brasil era colônia de Portugal. Sua herança exploratória cresceu no período da ditadura, quando houve uma acelerada colonização do espaço, em que Nepomuceno (2019) afirma que o governo militar distribuía terras a grandes corporações, causadoras do aumento na devastação do bioma, miséria e violência. É a Amazônia vista como possibilidade de “mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia” (CASTRO, 2017, p. 7). E nesses momentos, há diversos casos de injustiça em que “no cruzamento dos destinos daqueles que querem terra para trabalhar e dos que a querem para a exploração desenfreada, perde sempre a parte mais fraca” (NEPOMUCENO, 2019, p. 40).

Então, a partir do conflito principal citado, que possui a disputa pela terra como sua principal natureza, é identificado o conflito secundário de *O Massacre*: a impunidade dos representantes do governo do Estado e dos militares atuantes na operação.

No prefácio do livro-reportagem, Nepomuceno (2019) deixa claro que dentre todas as mudanças que ocorreram entre a escrita da obra (2004-2007) e sua republicação, a morte de alguns sobreviventes entrevistados é a que mais lamenta. O jornalista cita Domingos da Conceição, uma das vítimas da chacina que desejava ver os acusados serem verdadeiramente condenados.

Ainda em tom de desabafo, o autor frisa como o manto da impunidade beneficia os políticos, como Almir Gabriel e Paulo Sette Câmara, que não foram sequer indiciados. Este último, na época secretário de segurança, deu às ordens para a Polícia Militar usar a força contra os trabalhadores rurais. “Ironicamente, tornou-se consultor especializado justamente em segurança pública. [...] Lamento mais essa entre as tantas incoerências deste país tão contraditório” (NEPOMUCENO, 2019, p. 8).

Já em relação aos dois policiais militares que coordenaram o massacre, tanto o coronel Pantoja quanto o major Colares permaneceram em liberdade até o ano de 2012, quando foram condenados. Contudo, ambos conseguiram liberação para prisão domiciliar: o primeiro em 2016 e o segundo em 2018. Mais uma demonstração de isenção da Justiça.

Diante dessas ‘benevolências’ judiciais, Nepomuceno (2019) destaca que essa é uma das marcas que envolvem os conflitos no campo no Pará, onde a disputa pela posse de terra se tornou sinônimo de embates e a quantidade de ameaças e assassinatos prevalece entre a população local. Então:

Para impedir novas mortes, faz-se quase nada – se é que se poderia fazer alguma coisa concreta contra essa cadeia em que um elo leva a outro, e todos levam à impunidade. A única lei que realmente funciona é a da força, da pistola, dos disparos vindos de algum lugar e dando sempre no alvo certo. (NEPOMUCENO, 2019, p. 32).

Assim, posto os conflitos principal e secundário, apresenta-se os 4 episódios identificados na história recomposta, compreendidos nesta análise como agentes transformadores e reveladores dos efeitos de sentido intencionados pelo autor.

O primeiro episódio trata da ocupação da fazenda Macaxeira que, na verdade, era um complexo que reunia as fazendas “Castanhal Macaxeira, Castanhal Fundos de Macaxeira, Castanhal Volta do Rio e Castanhal Garota Verde.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 86). Os sem-terra requeriam a meses a propriedade por considerarem terras improdutivas, sem função social, ou seja, sem atividades de plantio, regularidades

trabalhistas e conservação do meio ambiente. Após reuniões com os ocupantes, o Incra inspecionou a área, a considerou improdutiva, mas reconsiderou logo em seguida. A mudança no laudo foi observada pelo MST como uma das inúmeras práticas de suborno que ocorriam na região, além de cancelar a ausência de cuidado com as solicitações dos manifestantes.

O descaso do governo com a reivindicação legal de desapropriação do local, instigou a decisão dos sem-terra de se manterem na propriedade, cobrar novas reuniões e, após ameaças da milícia local, realizar um ato de grandes proporções diante da indiferença com a população do campo. É um episódio com a função de mostrar a resistência dos trabalhadores diante dos obstáculos impostos pelo poder público e privado. Os manifestantes não abandonam seu objetivo e se mantem firmes no local até prepararem os próximos passos da luta pela terra.

O segundo episódio identificado foi a marcha organizada pelos sem-terra com a finalidade de chamar a atenção da sociedade e das autoridades políticas, levando em conta o descaso do governo em prosseguir com os pedidos legais de expropriação da fazenda Macaxeira ao mesmo tempo em que era leniente com o empresariado e grileiros que ameaçavam atacar o assentamento. Assim, a função de protesto desta unidade narrativa mostra o cansaço dos trabalhadores rurais em participar de reuniões com o governo sem um real cumprimento dos termos acordados. E a marcha se torna uma estratégia do MST para forçar a consolidação da expropriação da fazenda macaxeira.

Inicialmente, a marcha dos trabalhadores contaria com cerca de 4 mil pessoas e sairia do município de Curionópolis em direção a Belém, sendo um total de 812 quilômetros. Contudo, em virtude de desistências durante a caminhada por questões de saúde e os pedidos não atendidos pelos governantes (como alimentação, transporte e segurança aos manifestantes que ficaram na cidade), os manifestantes decidiram fechar uma das principais rodovias estaduais:

Os prefeitos encaminharam as reivindicações à capital, certamente ignorando que as decisões já estavam tomadas, e na direção contrária. Aos emissários do MST, disseram não ter como arranjar nem dois ônibus — facilmente encontráveis nas companhias de transporte interurbano da região — nem tanta comida, como a esperada, em tão pouco tempo. Num gesto calculado para elevar ao máximo a pressão sobre o governo do Pará, no final da tarde da terça-feira, 16 de abril de 1996, os sem-terra fecharam a rodovia PA-150, na altura da Curva do S. (NEPOMUCENO, 2019, p.93)

O terceiro episódio identificado na narrativa do livro-reportagem foi a descrição das sequelas físicas e psicológicas dos sobreviventes do massacre, oriundas dos disparos e ataques físicos efetuados pelos policiais militares. Chamados de “os mutilados”, as vítimas que hoje vivem na Vila 17 de Abril, terra que pertenceu a fazenda Macaxeira, lidam com as consequências das agressões e com as lembranças diárias da tragédia. Muitos deles sofrem com terríveis dores em seus corpos e traumas psicológicos, resultando em casos de alcoolismo e depressão, relatado por alguns entrevistados. Desse modo, destaca-se a função de sensibilização do episódio, pois a narrativa é baseada nos relatos pessoais das vítimas, obrigadas a relembrem diariamente os horrores que passaram. Uma construção narrativa que mostra a relevância da sociedade em não esquecer o que aconteceu, já que nem todos possuem esse privilégio, como pode ser lido no trecho abaixo:

Josimar de Freitas, sobrevivente, mutilado, resume o que muitos de seus vizinhos sentem, todos os dias: “Eu queria esquecer o massacre, mas não dá. Quando a gente anda na rua encontra sempre uma viúva, um outro mutilado, um órfão... Não tem um dia em que a gente não fale do massacre. Assim, não dá para esquecer.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 67 grifo do autor).

O quarto e último episódio aborda as irregularidades durante a desobstrução da Curva do S e os erros do setor político e judiciário em todo o percurso do massacre. A função de denúncia deste episódio mostra os comportamentos opostos que se espera de um agente público. Entre as atitudes, no caso dos policiais militares, estão: o contato deles com Jamaica e Carioca, pistoleiros conhecidos da região, chamados para prestar auxílio no dia 17 de abril; uso da força de modo desproporcional e falta de registro das armas usadas pelos policiais. Nas condutas políticas é citada a ordem direta do então governador Almir Gabriel em atacar os manifestantes, o repasse desse requerimento pelo secretário de segurança pública Paulo Sette Câmara e os encontros dos dois gestores (governador e secretário) e dos prefeitos de Curionópolis e Eldorado do Carajás com fazendeiros da região. E no âmbito judiciário, a demora em julgar o processo em que o Estado se torna responsável no custeio dos tratamentos médicos dos sobreviventes, assim como indenizá-los; e a parcialidade nos julgamentos, com destaque para o primeiro, realizado em 1999:

Basta uma rápida leitura nas atas do julgamento para ver até que ponto Ronaldo do Valle foi parcial em sua permissividade quando se tratava de atacar os sem-terra. As perguntas elaboradas por ele, e que foram respondidas pelos jurados, apresentavam contradições e foram redigidas de maneira confusa — tanto assim que, numa delas, o júri considerou Pantoja inocente, e em outra, culpado, sendo que as duas tratavam do mesmo aspecto, tendo sido redigidas de forma a criar um paradoxo. (NEPOMUCENO, 2019, p. 130).

A identificação dos conflitos mostrou a abertura dos episódios e suas funções, como mostra o quadro a seguir:

Tabela 1 - Episódios narrativos e suas funções em O Massacre (2019)

<b>Episódios Narrativos</b>	<b>Função</b>
Episódio 1 - Ocupação da Fazenda Macaxeira	Resistência
Episódio 2 - Organização da marcha de Curionópolis à Belém	Protesto
Episódio 3 - A vivência dos mutilados após o massacre	Sensibilização
Episódio 4 - Irregularidades da Polícia Militar e do Judiciário sobre os trabalhadores sem terra	Denúncia

Fonte: Pesquisa da autora

Essas unidades narrativas estão presentes em quase todos os capítulos. Nepomuceno (2019) inseriu os episódios, em cada seção do livro-reportagem, com o objetivo de gerar uma melhor compreensão do massacre e fortalecer a construção da tensão narrativa. Isso mostra os traços da segunda ponta do jornalismo literário: o rompimento do autor com a periodicidade e atualidade, dois tributos considerados básicos do jornalismo (PENA, 2006). Nesse processo, Pena (2006) explica que o autor não está preocupado em relatar apenas o caso, mesmo que em detalhes, mas concentrado em contar o antes e o depois. Para isso, precisa proporcionar uma amplitude da realidade, terceira característica do jornalismo literário, que abrange os fatos da violência no campo no estado do Pará e da vivência das vítimas do conflito.

#### 4.2.3 Construção de personagens

A identificação dos personagens durante a análise narrativa é uma ação que ocorre junto com a etapa anterior, pois estão relacionadas diretamente. Segundo Motta (2007), os personagens são quem desempenham os papéis operacionais na

trama, nos momentos descritos como conflitos e episódios. Ainda de acordo com o autor, eles são mostrados com a finalidade de salientar o eixo das unidades narrativas e desencadear reações, como raiva, apreço e agonia, já que sua reprodução “é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter.” (MOTTA, 2007, p. 154). E a ligação deles com a formação da intriga é única, pois há o vislumbre da ideologia presente no texto.

Nessa perspectiva, trazemos ao debate a discussão de ideologia de J. B. Thompson (2011) que afirma ser preciso conhecer como os sentidos são capazes de firmar, manter ou corromper as relações de dominações, encontradas nas formas simbólicas. E ao entendê-la sob uma perspectiva crítica, entende-se as relações assimétricas entre pessoas ou grupos que se distinguem por várias particularidades, como etnia, status em uma empresa, gênero, entre outros conflitos.

No caso da narrativa de Nepomuceno (2019), o relacionamento assimétrico abordado em seu livro-reportagem tem como aspecto principal a faixa social dos sujeitos. São dois grupos centrais, trabalhadores rurais e empresários, compostos por outros conjuntos de perfis semelhantes.

Então, ao categorizar os personagens em *O Massacre*, foram identificadas 124 pessoas. Entre elas, foram selecionadas as que foram mencionadas acima de dez vezes na história, sendo elas: o coronel Mário Colares Pantoja (42 vezes), major José Maria Pereira de Oliveira (30 vezes), governador Almir Gabriel (25 vezes), Oziel Alves Pereira (21 vezes), Carlos Medeiros (12 vezes), Ronaldo Barata (11 vezes) e Mariza Romão (10 vezes). A lista de todos os personagens catalogados pode ser conferida no Apêndice A.

Os personagens também foram alocados em grupos para melhor observação da construção de seus papéis na narrativa, como podem ser observados no Apêndice B. Similar o filtro realizado na catalogação anterior, foram destacados os grupos com mais de dez integrantes, conforme mostra a imagem abaixo:

Tabela 2 - Grupo de personagens em O Massacre (2019)

<b>Grupo</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Participação %</b>
Sobrevivente	17	13,7%
Assassinado	16	12,9%
Militar	16	12,9%
Político	12	9,7%
Empresário	11	8,9%
Outros	52	41,9%
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa da autora

Ao verificar o retrato de cada personagem construído na trama, Carlos Medeiros é o único que não está ligado diretamente às mortes de Eldorado do Carajás. Sua numerosa presença na trama é colocada por Nepomuceno (2019), no primeiro capítulo, para exemplificar as falhas do judiciário paraense no que diz respeito a aquisição de propriedades na área rural da região, apresentado no texto abaixo:

Por exemplo: desde 1975, funcionários do Iterpa, liderados pelo procurador estadual Carlos Lamarão, tentam desvendar um mistério: como foi possível que um personagem chamado Carlos Medeiros tenha se apropriado de 9 milhões de hectares de terras públicas no estado — uma área do tamanho de Portugal?

Carlos Medeiros é dono de uma carteira de identidade (92093-SSP/PA), de um CPF (034.992.182-34) e desse mundão de terras.

Tirando as terras — que existem —, todo o restante é falso. Carlos Medeiros não existe e jamais existiu, mas na verdade tem muitos pais e muitas mães: advogados, funcionários de vários governos do Pará, de órgãos do governo federal, de prefeituras, tribunais e cartórios. (NEPOMUNCENO, 2019, p. 40).

A situação de Carlos Medeiros é um dos cenários mais escandalosos e comuns no campo brasileiro. É o reflexo de como as terras da Amazônia são tratadas pelo grupo abastado financeiramente. Enquanto isso, os verdadeiros habitantes e protetores das terras paraenses são alvos constantes de pistoleiros, latifundiários e do próprio Governo. No caso do poder público, as repreensões são efetuadas por meio de agentes, como é visto nos atos executados pelos militares que coordenaram a ação em Eldorado.

O coronel Mário Colares e o major José Maria são intitulados como os autores diretos da operação em Eldorado. No entanto, por Mário Colares ser o comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar do Pará na época do massacre, sua participação é a mais citada, da mesma maneira que todas as suas ações truculentas foram relatadas. Assim, na narrativa de *O Massacre*, o militar é o antagonista da história.

Em diversos trechos é reiterado que o coronel não repensou em utilizar estratégias menos violentas para desobstruir a área. Pelo contrário, se manteve firme em direcionar cada uma, assim como assegurar o silêncio de seus subordinados, após deixarem dezenas de corpos no chão, com a seguinte frase: “Ninguém sabe nada, ninguém viu nada. Todos calados.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 74). Durante as investigações, ele negou todas os diálogos e atitudes que as testemunhas afirmaram terem sido reproduzidos por ele: as conversas com pistoleiros, o pagamento de propina arrecadado por fazendeiros da região e a brutalidade durante a operação. O coronel sempre reiterava que apenas estava cumprindo ordens de seu superior, o governador Almir Gabriel:

[...] o coronel Mário Pantoja argumentava com seus superiores que não tinha como cumprir de imediato a ordem de desfazer a caminhada dos sem-terra. [...] não dispunha de tropas treinadas especificamente para desmobilizar manifestações. Acrescentou ter advertido, na época, que seria preciso mais tempo — um, dois, três dias — para negociar com o MST. (NEPOMUCENO, 2019, p. 94).

Diante da pressão dos fazendeiros, com quem havia se reunido semanas antes, Almir Gabriel foi categórico ao determinar o fim das negociações e que a PM deveria restabelecer o local e “isso fosse feito do jeito que fosse, utilizando todos os meios e recursos necessários.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 94).

Dois dias depois do massacre, o governador reconheceu a ordem repassada, mas destacou que deveria ter sido executada de modo pacífico e monitorada pelos órgãos públicos e pela imprensa. Ronaldo Barata, advogado e presidente do Iterpa na época, é um dos personagens secundários nas inúmeras negociações entre o governo e os sem-terra. Barata afirma que tentou atender todas as demandas solicitadas pelos trabalhadores rurais, mas não estava em seu domínio a concretização dos pactos firmados. E os incessantes descumprimentos dos tratados fomentou os manifestantes a fecharem a estrada na véspera do massacre, resultando em suas execuções horas depois.

Os trabalhadores rurais possuem um papel principal na luta pela terra e na escrita de Nepomuceno (2019). Eles são os personagens principais, pois suas entrevistas dão suporte à narrativa. Os sobreviventes relatam com tristeza e dor o ataque desenfreado dos policiais, assim como as sequelas físicas e psicológicas que precisam lidar. O horror vivido no dia 17 de abril é lembrado diariamente. E quando o autor utiliza a experiência vivida das vítimas e testemunhas, oferece ao leitor “a sensação de estar dentro da cabeça do personagem, experimentando a realidade emocional da cena como o personagem a experimenta.” (WOLFE, 2005, p. 54). É o uso da sexta ponta do jornalismo literário definida por Pena (2006), em que o jornalista não se ocupa em concentrar os relatos nas personalidades consideradas legítimas, como políticos e órgãos de governo, mas ouve e coloca o cidadão comum como centro narrativo.

Em *O Massacre*, os camponeses são referidos no decorrer dos capítulos, em sua maioria, como manifestantes ou sem-terra. E durante a análise, eles foram divididos em dois grupos: assassinados e sobreviventes. Com um total de 33 pessoas identificadas, a mais citada foi Oziel Alves Pereira, um dos dirigentes rurais do MST.

Oziel, na época com 17 anos, era procurado tanto pela Polícia Militar quanto pelas milícias dos fazendeiros. Ele era responsável por organizar as ações do movimento, como as ocupações e a marcha até Belém, e, por causa disso, chamava a atenção dos empresários da região. No dia do massacre, sua morte foi testemunhada por várias pessoas, como a jornalista Mariza Romão, personagem secundária, mas relevante: a repórter serviu de intermediária em algumas discussões entre os coordenadores da marcha e o major Oliveira. A comunicadora também presenciou agressões e foi ameaçada durante a chacina, sendo obrigada a entregar as imagens da operação.

A jornalista estava escondida em uma casa com dezenas de mulheres e crianças. Uma delas viu quando Oziel tentou fugir, mas foi alcançado por três policiais. E o procedimento dos militares foi o seguinte: o primeiro, segurou Oziel pelo cabelo e o espancou; o segundo, deu um tiro à queima-roupa, na nuca; e o terceiro, o major Oliveira, “disparou dois tiros com um revólver calibre 38, quando Oziel já estava caído, depois de ter levado o tiro na nuca.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 80). Contudo, laudos técnicos descrevem que Oziel tenha usado uma arma para disparar contra os policiais, fato nunca confirmado por nenhuma testemunha, mas inserido no inquérito policial.

O nome de Oziel é “de um dos mortos mais emblemáticos daquela longínqua tarde de quarta-feira, 17 de abril de 1996.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 49). Por conta disso, foi escolhido para batizar a escola municipal da Vila 17 de Abril, local onde moram os sobreviventes que aguardam até hoje por Justiça e esperança de dias melhores para os sem-terra.

#### 4.2.4 Estratégias Comunicativas

A narrativa jornalística possui a premissa de objetividade e impessoalidade do jornalista. Porém, é impossível apagar a presença do profissional no processo de escrita, pois ele é quem seleciona os recursos linguísticos utilizados. Como afirma Motta (2007), não existe narrativa neutra, em especial a jornalística.

O diferencial do material jornalístico é que a maioria dos seus textos são pragmáticos, enquanto os produzidos nas outras áreas expõem toda a personalidade narrativa, como os pertencentes do jornalismo literário. E é na aplicação das Estratégias Comunicativas, quarto movimento da análise de Motta (2007), que os mecanismos narrativos são identificados. Nele, é observado os dois instrumentos usados na construção de sentidos e significados em um texto: os efeitos de real (objetivação) e os efeitos poéticos (subjetivação).

Em *O Massacre*, identificamos quatro estratégias de objetivação: uso de dados de relatórios produzidos por entidades e órgãos do governo, descrição dos ambientes e da posição geográfica de locais chaves do enredo, precisão de datas e horas dos acontecimentos e citações em aspas dos entrevistados.

Em relação aos dados, eles aparecem principalmente no primeiro capítulo, Uma Imensidão de Terras e de Violência, em que Nepomuceno (2019) apresenta uma relação paradoxal entre a abundância territorial do Pará e a multiplicação da disputa pela terra no Estado. Para discutir esse antagonismo, o autor faz uso de dados territoriais catalogados por três entidades: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). As estatísticas são usadas como introdução para a contextualização do cenário inerente à chacina de Eldorado. É um artifício para que as nuances do relato se tornem mais compreensíveis e menos limitadas.

Nepomuceno (2019) abre o livro destacando que o estado do Pará possui o dobro do tamanho da França, além de ser maior que a Itália, Espanha e Alemanha

juntas. Contudo, o governo local não é claro na distribuição e organização dos títulos das propriedades. E essa lacuna dá abertura para diversas práticas de violência na região, como o trabalho escravo. Esse crime, ainda segundo o jornalista, é um dos casos com maior registro nas investigações realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Seus estudos “indicam que cerca de 40% de todos os casos de escravidão flagrados pelo Ministério do Trabalho desde 1995 se encontram no Pará.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 25).

Quando alguns trabalhadores conseguem escapar desse regime de escravidão, quase sempre buscam um pedaço de terra para sua subsistência. Intrinsecamente, junto a outros camponeses, começam a reivindicar o direito de habitar em áreas sem função social e tornam-se protagonistas dos conflitos no campo. Os embates entre os sem-terra e os empresários resulta em um crescente número de mortos, pois, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra:

o número de conflitos ou emboscadas que tiveram como causa disputas por terras chegou a 1.043, e resultou em 1.399 assassinatos. Disso tudo, apenas 77 casos chegaram a julgamento: cerca de 7%. De cada dez réus, oito continuavam em liberdade. Foram identificados os mandantes, e deles, quinze foram condenados e seis, absolvidos. Dos condenados, nenhum ficou preso muito tempo. No caso específico do Pará, de todos os crimes ocorridos, somente 28% foram investigados pela polícia. (NEPOMUCENO, 2019, p. 31)

O Pará obteve destaque na quantidade de pessoas mortas em disputas por propriedades na área rural em 1996, ano do massacre, quando registrou 72% das pessoas assassinadas em conflitos por terra, segundo a CPT.

Então, quando Nepomuceno (2019) aprofunda o relato dos conflitos vividos pela população campesina, sempre detalha os espaços citados geograficamente. Às vezes, os episódios contam com a precisão na data e hora pelo autor, a exemplo das decisões tomadas pelos sem-terra sobre a marcha e seu início:

Às sete da noite do dia 10 de abril foi feito o censo final dos participantes da marcha: 4.221 pessoas, divididas em vários grupos. Outras tantas ficaram nos acampamentos armados nas matas da fazenda Macaxeira, nos arredores de Curionópolis. [...] Às três da manhã do dia 11 de abril de 1996 fizeram a primeira parada. Em cinco horas, haviam caminhado 12 quilômetros. O ambiente era de euforia: alguns ainda tiveram fôlego para cantar e dançar, depois de tanto andar. (NEPOMUCENO, 2019, p. 91)

Ou quando a narrativa visa destacar o momento seguinte ao massacre:

por volta das seis da tarde da quarta-feira, 17 de abril de 1996 —, o coronel Pantoja recostou-se sobre o para-lamas de uma camionete A-20 bordô estacionada na beira de uma estrada do interior do Pará, na altura do quilômetro 96 da rodovia PA-150, um lugar conhecido como Curva do S, a uns 9 quilômetros da pequena cidade de Eldorado do Carajás e a quase 800 quilômetros da capital, Belém. (NEPOMUCENO, 2019, p. 74).

As datas aparecem com mais ênfase quando o parágrafo se concentra na injustiça direcionada aos trabalhadores rurais:

Assim, na quarta-feira, 1º de agosto de 2006 — sete anos depois da primeira sentença, oito anos depois do início do processo, e dez anos, três meses e quatorze dias depois do massacre —, foi feito um acordo por 1,2 milhão de reais (na época, cerca de 580 mil dólares), dando a cada vítima uma indenização que variava de 30 a 90 mil reais. O procurador-geral do estado do Pará, Aloysio Cavalcante Campos, fechou o acordo com o advogado das vítimas. (NEPOMUCENO, 2019, p. 51)

E ao colocar os personagens no centro da história, suas falas são colocadas como citações entre as aspas para dar mais veracidade à informação. Esse recurso é identificado no segundo capítulo do livro-reportagem, O Preço de um Sonho, em que os moradores comentam sobre a renda que conseguem obter na terra que o Estado liberou depois do massacre:

“Claro que é pouco”, diz Raimundo Gouvêa, um dos pioneiros, que no dia 17 de abril de 2006 era um dos dirigentes do MST mais procurados na região. [...] “Mas é muito mais do que antes, quando não tínhamos nada, e só sonhar a gente sonhava, às vezes, com um pedaço de terra para trabalhar”, continua ele. “Às vezes, porque a gente não conseguia sonhar quase nunca.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 70).

A técnica é vista também quando o jornalista destaca o desabafo de um entrevistado a respeito da relação dos sobreviventes com os habitantes da cidade de Eldorado: “Padecemos uns quatro, cinco anos, até eles entenderem que somos trabalhadores, não somos ladrões de terra nem de nada, e fizemos o que fizemos porque nunca tivemos nada e tínhamos perdido tudo, até a esperança de viver”, diz Gouvêa. (NEPOMUCENO, 2019, p. 71).

E, por fim, quando as vítimas falam da dualidade de sentimento que envolve a posse da terra. O mutilado Antônio Alves é um deles:

“Esta é a primeira casa que tive na vida. A gente ganhou ela. Juntos.” Depois aponta para a janela aberta: “E tenho a minha terra. Ninguém tira ela de mim. Aqui vou ser enterrado. Esse é o meu sonho. Pena que, para que ele virasse verdade, tantos amigos tenham tido de morrer.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 72)

As estratégias de objetivação, como podem ser observadas, transmitem ao leitor um relato fortalecido de informações reais. Os efeitos do real são empregados para que haja uma compreensão maior do mundo apresentado. Porém, para que essa narrativa histórica-social não seja engessada, mas humanizada e que provoque emoções e identificação com o público leitor, o jornalista utiliza as estratégias de subjetivação. Em *O Massacre*, identificou-se o uso intenso dos recursos de linguagem, já que a versão analisada não possui o complemento fotográfico, como a edição de 2007. Portanto, as três estratégias mais presentes na narrativa são: a descrição pormenorizada, a adjetivação das pessoas e dos espaços e a humanização.

A descrição pormenorizada vem acompanhada da adjetivação, como detectado na apresentação da Vila 17 de Abril, local onde a maioria dos sobreviventes da chacina vivem. A região é:

uma pequena e ordenada cidadezinha de nada, a pouco mais de 100 quilômetros de Marabá, que é a grande cidade da região, porta de entrada para o sul do Pará, e a uns 15 de Eldorado do Carajás, um lugar pobre e feio, sem graça nenhuma em suas ruas de terra com seu comércio de pobres, mas que conta com pelo menos um privilégio: fica no entroncamento de duas estradas estaduais importantes e sem nome, a PA-150 e a PA-276, esburacadas, mal sinalizadas, perigosas — mas asfaltadas. [...] O caminho que leva até a Vila é feito de pequenas elevações, quase colinas, onde campos verdes, parecendo pastos de gado escasso, surgem salpicados por troncos negros, erguidos contra o nada: são os restos de antigas castanheiras, que pontilham toda a paisagem da região com suas formas esguias, escuras e abandonadas. (NEPOMUCENO, 2019, p. 47 e 48)

A descrição pormenorizada também é usada na abordagem dos personagens principais do livro-reportagem, com destaque para o coronel Pantoja:

Tinha 49 anos de vida, 28 de Polícia Militar, e estava exausto. Todos os músculos de seu rosto tremiam, seus olhos tingidos de vermelho

brilhavam, e ele respirava pela boca, fazendo um ruído de fole. Seus lábios estavam cobertos por uma leve camada de espuma, o suor escorria por seu pescoço e empapava a gola de seu uniforme. Suas mãos se sacudiam em movimentos desarticulados. Os dedos estavam brancos, de tanta pressão sobre o cabo de um revólver Taurus calibre 38, de seis tiros. (NEPOMUCENO, 2019, p. 74)

Assim como Nepomuceno (2019) aplicou o recurso para falar do coronel, o mecanismo foi executado para mostrar as vítimas do massacre. Nas páginas 52 e 53, por exemplo, há um compilado de alguns dos mutilados que tentam sobreviver com as sequelas. No trecho abaixo, foram destacados dois dos seis sobreviventes que contaram um pouco do seu sofrimento:

José Carlos dos Santos tinha 16 anos em abril de 1996, e é outro dos vinte beneficiados pelo acordo feito na Justiça com o governo do estado. Levou um tiro no olho direito. Além da perda desse olho, padece outro mal: a bala está alojada em sua cabeça. Bem que ele pensou em ser operado. Mas os médicos foram claros: “Não tem como tentar. Ou morro, ou fico doido”, diz ele com certa resignação. Resultado: sofre de dores de cabeça tenebrosas, não consegue trabalhar. Vive com os pais e o salário mínimo e meio da pensão.

Domingos da Conceição, o Garoto, tinha 15 anos na tarde do horror. Levou mais de dez tiros, a maioria nas pernas. Sofreu deformações na bacia e nos ombros. Teve fratura exposta na perna direita, foi operado onze vezes. A perna ficou três centímetros mais curta que a outra e dói sem parar. Nos dias de frio ou de chuva, a dor fica insuportável. Passados dez anos daquele abril de 1996, continuava esperando pelas botas ortopédicas prometidas pelo governo do estado para poder caminhar sem tanta dor. (NEPOMUCENO, 2019, p. 52)

Com a descrição pormenorizada e a adjetivação é possível montar um mapa mental do espaço narrado e das pessoas apresentadas. Caso o local ou o personagem apareça novamente na trama, quem lê já vai saber de onde ou de quem se trata. Assim, o leitor se torna mais um conhecedor da área e da personalidade dos sujeitos, mesmo que seja de modo teórico.

Contudo, para haver um aprofundamento durante a leitura, é preciso que exista uma ligação entre a obra e o receptor. Para isso, Nepomuceno (2019) emprega em *O Massacre* a humanização do relato. A técnica foi aplicada de diversos modos, mas, para fins analíticos, foram delimitados quatro métodos: a ênfase nas frases por meio de palavras, expressões ou verbos negativos; a inserção de verbos de sentimentos; a introdução de figuras de linguagem; e a personalidade.

As palavras ou expressões negativas, como ‘não’, ‘nem...’ e os verbos negativos, como ‘gritar’ e ‘atirar’, aparecem em diversos parágrafos do livro-reportagem. Mas a presença é notada, principalmente, nas cenas de violência, como pode ser visto nos trechos abaixo em que constam os termos negritados.

No parágrafo abaixo, Nepomuceno (2019) quer que o leitor consiga sentir um pouco do terror que os sem-terra viveram durante o conflito em Eldorado:

Foi quando, no meio do caos, um homem **avançou**, gesticulando muito, contra os policiais militares. Foi tombado por um soldado, que o **golpeou** na cabeça com um cassetete. No chão, foi chutado por outros soldados. E, **tombado**, ao tentar se erguer, levou três tiros — um na cabeça, outro debaixo do braço, um terceiro na linha da cintura. Esse homem chamava-se Amâncio Rodrigues dos Santos, tinha 42 anos e era surdo. Certamente **não ouviu nem** os pedidos de Oziel Alves Pereira para que os sem-terra resistissem à ação da polícia militar, **nem** as ordens dos soldados mandando todos correr. Foi a primeira vítima. (NEPOMUCENO, 2019, p. 103)

No trecho a seguir, é perceptível a aflição do entrevistado que testemunhou as atitudes e a linguagem imprópria dita pelos PMs:

Os tiros se multiplicaram, as pessoas começaram a correr em todas as direções, e Valderes jogou sua bicicleta no capim da beira da estrada e se estendeu no chão. Quando o tiroteio arrefeceu, ele ergueu a cabeça e viu como o sargento Leopoldo **disparou** três vezes contra um homem que já estava ferido, deitado no asfalto. “**Tai, filho da puta, agora tu aprendeu!**”, Valderes afirma ter ouvido o sargento **gritar** depois de **atirar**. (NEPOMUCENO, 2019, p. 114).

Já a inserção de verbos de sentimento é observada quando o escritor aponta as emoções que os manifestantes desencadearam nas pessoas da região durante a marcha:

Os sem-terra levaram arroz, açúcar, maçãs e todas as sandálias. Carregaram quase 16 toneladas, que foram parar no posto de gasolina ocupado por eles. E, é claro, carregaram também a **fúria** do prefeito e a **ira** dos comerciantes da região. (NEPOMUCENO, 2019, p. 89).

Ou quando Nepomuceno (2019) tenta transcrever o que os moradores do assentamento 17 de Abril, antiga fazenda Macaxeira, sentem em sua rotina:

Mas ninguém entre as lideranças e a coordenação do movimento esquece que, em outubro de 1997, pela primeira vez, a Polícia Militar foi chamada para intervir em casos de enfrentamento dentro do assentamento. Para os moradores da Vila 17 de Abril, **o medo** era encontrar entre esses policiais militares algum que tivesse participado do massacre de 1996. (NEPOMUCENO, 2019, p. 62).

As figuras de linguagem, outro recurso de subjetivação, também foram empregadas pelo jornalista na narrativa de seu livro-reportagem. A aplicação delas pretende desenvolver um efeito poético, afetivo e sensível das experiências dos sem-terra. Para fins de análise, foram selecionados três parágrafos em que foram identificados o uso do paradoxo (sentidos opostos em uma oração), anáfora (repetição de palavra no início de cada sentença) e ironia (palavra utilizada para dar o sentido contrário do que é expressado), respectivamente. Os termos foram negritados:

“É duro, é terrível, eu me sinto mal, depois voltam os pesadelos”, conta Índio, que **por um desses azares da sorte** fez uma longa viagem, de Eldorado a Belém do Pará, no mesmo ônibus em que viajava um dos soldados que participaram do massacre de 1996, quando ele foi ferido para sempre. (NEPOMUCENO, 2019, p. 62).

Tudo tinha sido removido, os mortos, os feridos, nenhum dado positivo, nenhuma pista, nada havia sido preservado. Era como se estivesse claro que não havia o que investigar. Como num caleidoscópio de horrores encaixados, as cenas **se** repetem, **se** mesclam, **se** sobrepõem aos relatos de quem estava lá, na memória de quem esteve. (NEPOMUCENO, 2019, p. 111).

O juiz do primeiro julgamento, Ronaldo Marques do Valle, **católico rigoroso, dos que não perdem missa e procissão, era também maçom**. Um conservador declarado que, antes de ser nomeado juiz na capital, tinha trabalhado em Parauapebas e Marabá — justamente as duas cidades onde os réus moravam e trabalhavam. (NEPOMUCENO, 2019, p. 128)

Com as figuras de linguagem, Nepomuceno (2019) conseguiu realçar o apelo dramático ao narrar cenas do massacre que considera importante. Pois, assim, o recurso é uma forma de construção textual que visa uma recriação do fato, com o máximo de camadas possíveis, para gerar efeitos de sentidos emocionais (MOTTA, 2007).

A personalidade do narrador, última estratégia de subjetivação identificada, surge em *O Massacre* de dois modos: explícita e implícita.

A personalidade explícita é ressaltada quando o autor escreve em primeira pessoa. O uso ocorre principalmente nas duas seções anteriores aos capítulos: “Prefácio: o tempo passou, mas nem tanto” e “Sobre Este Livro”.

No prefácio, Nepomuceno (2019) faz algo considerado improvável em uma matéria ou reportagem jornalística: deixar claro suas emoções sobre o texto escrito. No livro-reportagem, ele tem a liberdade de exibir seus sentimentos acerca das transformações que ocorreram na vida dos sobreviventes do massacre, desde o ano em que ele os entrevistou:

Aconteceram, sim, mudanças desde aquele longínquo agosto de 2005, quando fui a Eldorado do Carajás para escrever este livro. Algumas dessas mudanças são doloridas para mim. Estou me referindo a personagens importantes do livro, e que já não estão entre nós. (NEPOMUCENO, 2019, p. 7)

Contrapondo a essas perdas, o jornalista expõe seu descontentamento com a permanência da falta de uma condenação justa aos mandantes e executores da ação em Eldorado, assim como a continuidade e aumento nos conflitos por terra:

Em 2013 — 27 anos depois do massacre de Eldorado do Carajás —, morreu Almir Gabriel, o homem que governava o Pará quando a Polícia Militar fez o que fez. Nunca foi indiciado, nunca foi levado à Justiça. Lamentei sempre, e continuo lamentando, essa impunidade. (NEPOMUCENO, 2019, p. 7)

A questão mais inquietante é que, desde 1996, a violência no campo não só persiste como aumentou, e o que mudou em boa parte dos casos foram os responsáveis por ela. (NEPOMUCENO, 2019, p. 8)

Já em Sobre Este Livro, Nepomuceno (2019) faz mais do que esclarecer a metodologia empregada na captação de dados. Nesse espaço, ele deixa nítida sua opinião sobre o massacre de Eldorado do Carajás. Ele se torna um personagem-narrador ou jornalista-autor, como chama Martinez (2014), pois se coloca como mais um fator que auxiliará o leitor a entender a relevância da história.

Li, da primeira à última, as quase 20 mil páginas que integram os dois inquéritos — o da Polícia Militar e o da Polícia Civil — que investigaram o caso. Perdi a conta do número de documentos acadêmicos, análises, ensaios e material de imprensa que consultei. Em 2005 viajei ao Pará, percorri acampamentos do MST e visitei assentamentos rurais na região de Marabá, passando por Eldorado do Carajás,

Curionópolis e Parauapebas. Conversei longamente com advogados, promotores e assistentes de acusação que participaram dos julgamentos dos policiais militares. Conversei com políticos paraenses, alguns deles bastante próximos ao ex-governador Almir Gabriel. Ouvi, de veteranos jornalistas, histórias sobre o poder político no Pará. E, claro, fiz prolongadas entrevistas com várias testemunhas do massacre — os sobreviventes. Depois disso tudo, cheguei à convicção de que o que aconteceu na tarde da quarta-feira, dia 17 de abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150 — a principal do sudeste do Pará e uma das principais do estado — conhecido como Curva do S, a escassos quilômetros de Eldorado do Carajás, foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. (NEPOMUCENO, 2019, p. 20).

Já a personalidade do narrador de modo implícito é observada no livro-reportagem quando Nepomuceno (2019) insere alguns questionamentos seguidos de respostas. Sua subjetividade pleiteia um diálogo com o leitor e o direciona a uma reflexão e posicionamento sobre o caso, como mostra o trecho a seguir:

Quem disparou, mutilou e trucidou lavradores sem terra? Soldados, cabos, sargentos e oficiais de uma força policial frequentemente corrompida, bastante mal paga, totalmente despreparada, acostumada muitas vezes a atuar a troco de tostões na defesa dos interesses de fazendeiros, grileiros, ocupantes ilegais de terra, pequenos comerciantes.

Quem ordenou que essa força policial, com tantas características fartamente conhecidas, desobstruísse, ao preço que fosse, uma estrada bloqueada pelos sem-terra? O governo estadual, integrado por representantes de um sistema que há décadas é dominado, com nuances sazonais, pelos mesmos grupos e pelos mesmos interesses no estado do Pará. (NEPOMUCENO, 2019, p. 21)

Quem morreu, foi ferido, ficou mutilado — no corpo e na alma — para sempre? Integrantes de um movimento social de forte atuação, o MST, todos com as mesmas origens: a miséria, o trabalho em garimpo, todos desenraizados, vivendo uma vida de nômade atrás da sobrevivência, atraídos pela migalha de esperança — conseguir uma terra. (NEPOMUCENO, 2019, p. 22)

Assim, o paralelo entre os efeitos de real e os efeitos de sentido utilizados pelo jornalista na narrativa tem inúmeras intenções. Na construção de Nepomuceno (2019), há o desejo de aproximar o público do fato e deixar o texto mais humano, profundo e reflexivo. Está atrelado também ao interesse de produzir algo que não seja facilmente esquecido, similar as notícias do jornalismo de referência. Por isso, há uma intensa contextualização estatística dos conflitos por terra, do panorama do estado do

Pará, da humanização do acontecimento por meio dos detalhes e da inserção de expressões, sensações e questionamentos do que foi vivido pelas vítimas da chacina.

É uma obra que segue a sétima característica do jornalismo literário que busca fugir do efêmero e da superficialidade (PENA, 2006). É a ambição de construir um enredo por meio de uma teia complexa de relações e efeitos catárticos, sejam eles reais ou poéticos. É uma estrutura narrativa que pretende influenciar outros profissionais, aumentar o interesse na leitura da obra e tentar permanecer mais tempo na mente das pessoas do que nas prateleiras de uma estante.

#### 4.2.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

Nesse quinto tópico, é adentrado a análise da relação comunicativa intersubjetiva do texto, momento em que são observados os fatores que condicionam a interação entre o narrador (jornalista) e o narratário (audiência). Segundo Motta (2007), para a realização dessa etapa, é preciso investigar as intenções do emissor e as interpretações do receptor. Assim, é preciso verificar os subsídios usados pelo narrador para que o narratário possa reconectar as partes, já que as histórias não podem ser contadas de forma integral, pois é o leitor quem vai preencher as lacunas e completar a narrativa a partir do seu universo social, temporal ou cultural. Com isso, é possível atestar se esse processo comunicativo cumpre o contrato cognitivo entre o jornalista e a audiência, que deve ser a afirmação da reprodução da verdade e da realidade dos fatos.

Como apresentado no primeiro movimento da análise narrativa, a *Recomposição da Intriga*, *O Massacre* possui uma estrutura de enredo não linear. Diante disso, o primeiro momento identificado de uma relação comunicativa na obra está ligado a ajuda da memória. Assim como uma história é fragmentada nas matérias jornalísticas, do mesmo modo é o enredo de *Nepomuceno* (2019).

Por não seguir uma ordem cronológica dos fatos, há em *O Massacre* a inserção de um personagem ou um episódio que auxilia o leitor a lembrar o acontecimento central, independente da distância de páginas ou temporal da trama. Esse subsídio é constatado quando o jornalista discute nas 23 páginas do primeiro capítulo sobre as questões históricas, políticas, sociais e econômicas que envolvem os casos violentos ocasionados pelos conflitos por terra e, no último parágrafo da seção, cita o massacre de Eldorado do Carajás. O ato serve de lembrete do que, de fato, pretende-se abordar

na história (o massacre) e focar na discussão do capítulo seguinte (a vida dos sobreviventes e familiares dos mortos), como pode ser visto nos dois trechos abaixo. O primeiro, são os três parágrafos finais do capítulo um; e o segundo, é o primeiro parágrafo do capítulo dois:

Em 1996, a participação do Pará no total de trabalhadores rurais assassinados no país alcançou o seu auge: 72%. Isso se deveu principalmente ao que aconteceu por volta das cinco da tarde da quarta-feira, 17 de abril, quando 155 policiais militares abriram fogo contra 2.500 trabalhadores sem-terra que haviam bloqueado uma estrada nos arredores de Eldorado do Carajás.

Quando cessou a metralha, havia dezenove mortos e 69 feridos (três deles morreram tempos depois, em consequência dos tiros). E havia também uma data consagrada: a partir daquela tarde, o 17 de abril passou a ser o Dia Mundial da Luta pela Terra. (NEPOMUCENO, 2019, p. 46)

A vida é levada em ritmo de valsa na Vila 17 de Abril, que na verdade nem se chama assim: é só o núcleo urbano do assentamento 17 de Abril, instalado em terras que um dia pertenceram à fazenda Macaxeira, no sul do Pará. Há também os que preferem outra denominação: agrovila. (NEPOMUCENO, 2019, p. 47).

O mesmo ocorre na transição do terceiro para o quarto capítulo, em que o personagem Garoto é usado para que a intensidade da chacina possa ser compreendida. A seqüela psicológica de Garoto é colocada no final do capítulo três para que sua causa seja desenvolvida na seção seguinte. Assim, o leitor vai reconfigurando a história ao tentar conectar esse passado e presente segmentado:

Todas as noites, Garoto tem o mesmo sonho: está outra vez estendido no asfalto, e vê quando se aproxima o cano negro de um fuzil, e atrás do fuzil aparece um par de botas militares e uma voz que grita “Agora sim, eu acabo com você!”. E então Garoto desperta no meio da noite. (NEPOMUCENO, 2019, p. 85)

Garoto era uma das 4.221 pessoas que, na noite do dia 10 de abril de 1996, começaram a marcha rumo a Belém do Pará, organizada pelo MST. Muitas dessas pessoas estavam reunidas desde meses antes. Em setembro de 1995, boa parte delas havia se instalado num acampamento perto da fazenda Macaxeira, com suas barracas de plástico negro e grosso marcando as margens da estrada que liga Curionópolis a Parauapebas. (NEPOMUCENO, 2019, p. 86).

Com as apresentações de mais detalhes sobre o massacre, a relação comunicativa vai se fortalecendo, pois uma tensão é gerada com as descobertas das

atitudes, até então, ocultas na ação em Eldorado. O ataque dos policiais aos sem-terra é iniciado e aprofundado a partir do enfoque do caso na vida dos mutilados, dos familiares das vítimas. A trama é narrada pelo interesse em tornar visível aspectos da realidade humana. E para que essa expectativa presente na obra seja fundida com a do leitor, sendo ela mantida ou alterada no decorrer da leitura, é preciso haver um diálogo dinâmico na narrativa. Em *O Massacre*, o autor a implica em alguns questionamentos deixado ao público após a exposição de algum episódio, como pode ser lido nos trechos abaixo selecionados:

Dez pessoas foram mortas, e outras 15 se esconderam na mata. Das que buscaram refúgio, apenas uma não foi baleada. Nenhum policial foi ferido. Confronto? (NEPOMUCENO, 2019, p. 10)

A partir de Amâncio, o primeiro a morrer, o que aconteceu durante cerca de quarenta minutos, com intervalos entre os tiros, foi um massacre pesado, com requintes de violência, e com alvos determinados. De outra forma, como explicar que, em uma multidão coalhada de mulheres e crianças, apenas dezenove pessoas tenham morrido, e entre elas não houvesse nenhuma mulher, nenhuma criança? (NEPOMUCENO, 2019, p. 104).

O autor direto da operação, coronel Mário Colares Pantoja, e seu subordinado de maior patente, o major José Maria Pereira Oliveira, foram condenados pela Justiça Civil, mas estão em liberdade. No fundo, só o coronel Pantoja e o major Oliveira foram efetivamente responsabilizados — e punidos, ainda que a punição tenha se limitado a nove meses de recolhimento em estabelecimentos da PM. Seria este o final desta história? Será este? Estarão, os fatos e suas consequências, condenados à impunidade? (NEPOMUCENO, 2019, p. 124)

Em *O Massacre*, há uma atenção em tratar o conflito central a partir de diversos olhares. Por isso, o autor se debruça não somente nos relatórios e documentos de órgãos institucionais, mas dedica-se na exploração dos encontros com os advogados, políticos, jornalistas e, principalmente, integrantes do MST, sobreviventes e demais testemunhas do massacre, como afirma no começo do livro-reportagem. Seu deslocamento é para apurar, *in loco*, as particularidades do crime no município paraense e, assim, conseguir compreendê-la e desenvolvê-la em sua narrativa. E isso é espelhado na caracterização dos espaços, na atualização do fato presente no Prefácio e na construção do conflito por terra com o argumento de rememorar a verdade dessa tragédia, itens já contemplados em detalhes nos movimentos anteriores.

Com isso, durante a execução da Relação Comunicativa, destacamos o reconhecimento da audiência pelo narrador. Tendo o fato da CPT ser uma das bases de dados primárias de Nepomuceno (2019) e seus principais entrevistados serem os sobreviventes do massacre, logo, constata-se que seu público, em especial, são os simpatizantes e pesquisadores voltados à luta dos manifestantes. Mas não somente isso, também as pessoas interessadas, assim como o jornalista, em saber mais sobre uma das tragédias mais emblemáticas da violência no campo brasileiro. É a curiosidade em conhecer o mundo e as particularidades dos grandes e pequenos acontecimentos que regem os grupos sociais (LIMA, 2009).

Ainda sobre o interesse no caso de Eldorado do Carajás, verifica-se que pode ser feito, em um outro momento, uma análise sobre alguns consumidores da obra no âmbito digital, como as pessoas que a avaliam nos sites de venda, os produtores de resenhas em blogs literários ou das redes sociais voltada ao público leitor. Apesar de não ser o foco da presente análise, visitou-se o site do MST, onde foram encontradas três matérias abordando o livro-reportagem<sup>18</sup>, e o *Skoob*, uma das mais conhecidas redes sociais para leitores, em que foi identificado mais da metade dos comentários na plataforma sendo positivos<sup>19</sup>. Em ambos os espaços, há a verbalização do entendimento dos recursos narrativos usados pelo autor para relatar o fato.

Então, a partir das análises empreendidas, dizemos que o contrato cognitivo entre o jornalista e a audiência foi fortificado no uso da construção da verdade por meio das entrevistas realizadas, passo fundamental do jornalismo (FORTES, 2012). As falas dos entrevistados serviram para conectar os episódios segmentados e reconfigurar a história que foi construída por meio da verificação dos fatos na cidade do massacre e dos relatórios policiais. Nepomuceno (2019) potencializou os recursos do jornalismo, seguindo a primeira característica do jornalismo literário, de acordo com Pena (2006).

Em sua obra, Nepomuceno (2019) usou os princípios da redação, como a apuração, ao analisar diversos documentos; entrevista, tanto com os sobreviventes quanto com os integrantes do MST e advogados dos acusados da chacina; e observação objetiva, para constituir outras estratégias que solidificam a reportagem,

---

<sup>18</sup> Link das matérias: Matéria 1: [encr.pw/pRJpg](http://encr.pw/pRJpg); Matéria 2: [l1nq.com/vHCQo](http://l1nq.com/vHCQo); Matéria 3: [encr.pw/8Ess0](http://encr.pw/8Ess0).

<sup>19</sup> Link dos comentários dos usuários da plataforma: <https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/31481/edicao:12075412?privacy-agree=true>

como a reestruturação emocional presente nas informações coletadas ao reordená-las na profundidade narrativa.

#### 4.2.6 Metanarrativas – significados de fundo moral ou fábula

Para Motta (2007), toda narrativa é construída por um fundo ético e moral. Por isso, o autor propõe que o último movimento da análise narrativa trate da identificação dos significados de cunho moral presente na história estudada. É preciso reconhecer os fatos que causam a ruptura ética e seu sentido durante a reconstrução do enredo.

Em *O Massacre*, esse fundo ético e moral aparece imediatamente no subtítulo do livro-reportagem: *Eldorado do Carajás – uma história de impunidade*. Contudo, é no decorrer da história que vão sendo apresentadas todas as tolerâncias ao crime que ocorreram em Eldorado: o arquivamento das investigações sobre a responsabilidade de Almir Gabriel, Paulo Sette Câmara e o coronel Fabiano Lopes em ordenarem a operação; a redução e cumprimento da pena em regime domiciliar do coronel Mário Colares Pantoja e seu subordinado de maior patente, o major José Maria Pereira Oliveira, autores diretos da ação na Curva do S; a declaração de inocência dada aos 144 policiais militares que foram a julgamento; o pagamento de uma indenização para as vítimas do massacre após 10 anos do episódio e somente para 20 pessoas; e o aguardo dos outros sobreviventes por uma compensação do Estado. Situação compartilhada ao jornalista em entrevista:

Os outros 46 sobreviventes continuam à espera. De que, nem eles sabem ao certo. Para todos, o mais grave, o mais humilhante, não é a espera, não são os negaceios jurídicos, a falta da indenização: é o fato de o governo do estado do Pará não haver cumprido a ordem de providenciar tratamento médico adequado. (NEPOMUCENO, 2019, p. 51)

O estado das vítimas é sempre narrado de modo claro e direto. O jornalista tem a preocupação em “traduzir” os termos técnicos para que o leitor tenha uma visão honesta da violência cometida contra os trabalhadores rurais - que nunca foram reparados judicialmente. Quando esse tipo de relato aparece, em detalhes, é chamado de inventário, seguido de adjetivos, como: padecimentos, males, horror e brutalidade, como pode ser visto nos termos em negrito nos quatro trechos abaixo, respectivamente:

O **inventário dos padecimentos** dessa gente é impressionante. Muitos trazem balas alojadas no corpo — um deles, na cabeça —, há quem tenha perdido a audição ou a visão de um olho, há os que vivem enxaquecas profundas e intermitentes, os que perderam ossos em operações infinitas, e isso para não falar dos traumas psicológicos que levaram alguns ao alcoolismo, outros à depressão, e fizeram de todos, de uma forma ou de outra, mutilados para a vida. (NEPOMUCENO, 2019, p. 52).

No final de maio de 1996 — um mês e quatro dias depois do massacre —, chegou à Macaxeira uma caravana integrada por técnicos e professores da Universidade Federal do Pará, da Universidade do Estado do Pará e por representantes de várias entidades. [...] Na hora de fazer a avaliação das condições de saúde, foram constatados problemas de todos os tipos — de doenças respiratórias a verminoses, passando por doenças sexualmente transmissíveis, subnutrição, enfim, todo um **inventário dos males da miséria**. (NEPOMUCENO, 2019, p. 58).

O **inventário do horror** continua: João Carneiro da Silva não morreu de tiro, morreu com o crânio esmagado. Sua mão esquerda quase foi decepada. O mesmo Luiz Ribeiro da Silva — um dos que viram Oziel ser morto — foi testemunha da morte de João Carneiro: ele presenciou como um soldado o atacou com um pedaço de pau pontiagudo, atingindo-o diversas vezes na cabeça. Finalmente, o soldado cravou a ponta do pau na testa da vítima. (NEPOMUCENO, 2019, p. 80).

Os relatos se sucedem, cada um acrescentando mais peso ao **inventário de brutalidades** vividas por aquelas pessoas.

Livonete Lopes Pereira tinha 19 anos. Quis correr, com o pai e o irmão, Raimundo, até uma casa de madeira que havia na beira da estrada. Não conseguiu. Foi jogada no chão por um policial militar, que tentou roubar seu relógio de pulso. Depois, foi arrastada pelo asfalto e atirada em cima de três cadáveres que tinham sido postos na beira da estrada. O policial que a arrastou ordenou que ela ficasse de cabeça baixa, sem olhar para nada.

Uma hora, ela desobedeceu: levantou a cabeça e viu que seu irmão tinha sido morto. (NEPOMUCENO, 2019, p. 106).

A reprodução dessas cenas causa diversos sentimentos, desde angústia pelo sofrimento dos manifestantes até revolta, pois nas páginas seguintes é apresentada a ausência de um tratamento digno aos cadáveres que foram enviados em direção ao IML de Marabá, do respeito aos familiares dos sem-terra assassinados e, posteriormente, dos sobreviventes.

A junção de todos os conflitos, episódios, personagens, atos e relações comunicativas destacados durante a recomposição da intriga de *O Massacre* exprimem que os crimes oriundos de conflitos por terra na Amazônia, e nesse caso

centrado no estado do Pará, não são penalizados. Não há repressão, julgamentos sérios, suporte necessário às vítimas e seus familiares. O que existe de fato são regalias aos que detêm maior poder político-financeiro e desrespeito ao povo que só deseja viver e sobreviver em um pedaço de terra. Como afirma o próprio Nepomuceno (2019):

Num país que prima pela desigualdade e a injustiça, pela violência desenfreada e a omissão das autoridades, o que aconteceu naquela tarde transformou-se num símbolo da perversidade de um sistema que insiste em marginalizar muitos para privilegiar uns poucos e, principalmente, assegurar sua impunidade. (NEPOMUCENO, 2019, p. 83).

Ao selecionar um fato social e reportá-lo em formato de livro-reportagem, o jornalista não busca, apenas, desvelar as fábulas existentes nas metanarrativas culturais das notícias, sua matéria-prima. Mas espera exercer a cidadania, definida por Pena (2006) como a quarta característica do jornalismo literário.

Para produzir um texto dentro da modalidade híbrida, o profissional precisa repensar a abordagem feita para que a reprodução do caso contribua na formação da sociedade sobre a temática analisada. Além de, junto dos outros aspectos que fazem parte da narrativa jornalista literária, ter uma atitude que construa textos capazes de informar e causar sensações e interpretações. E isso é encontrado na narrativa de *O Massacre*.

Ao registrar os detalhes das pessoas, espaços e comportamentos, Nepomuceno (2019) os coloca, e paralelamente a si mesmo, em um centro narrativo realista. A atitude estilística pode disparar lembranças do leitor sobre sua própria vida, seus princípios, status de vida e opiniões que tangem os conflitos que ocorrem no campo paraense.

#### **4.3 A reinterpretação dos conflitos pela escrita jornalístico-literária**

Na etapa final da análise e, conseqüentemente, da presente pesquisa, contempla-se a última fase da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (2011): a interpretação/reinterpretação. É o momento de reunir e contextualizar os resultados da análise sócio-histórica, implementada nos tópicos 2 e 3, e da análise formal e

discursiva, aplicada no início deste capítulo, para gerar uma interpretação crítica do que foi representado que é, paralelamente, um processo de reinterpretação.

Para Thompson (2011), as reflexões interpretativas implicam na construção criativa e crítica de significados, de uma elucidação do que está configurado ou sendo dito. E ao desenvolver esse passo metodológico, compreende-se como os conflitos por terra são construídos no livro-reportagem *O Massacre*. Apreende-se também o que os conflitos representam no contexto histórico-social e como são interpretados/reinterpretados por Nepomuceno (2019) na narrativa do jornalismo literário.

A história de *O Massacre* é construída no livro-reportagem de modo não linear. Os acontecimentos em Eldorado - antes, durante e depois - vão aparecendo de modo disperso nos capítulos até chegar no clímax da narrativa: a chacina dos trabalhadores rurais sem-terra – representada no capítulo três. Contudo, cada momento serve de gancho para a ordem temática que Nepomuceno (2019) pretende trabalhar: a eclosão dos conflitos agrários no estado do Pará, a situação dos sobreviventes, a relação político-econômica ligada à ação contra os manifestantes, o massacre e a impunidade dos envolvidos no crime.

O artifício narrativo de mostrar uma trama fora da cronologia habitual pode ser identificado como um recurso de prender o leitor em um enredo detalhado, tanto para deixá-lo ciente dos núcleos existentes na história quanto estabelecer um atraso intencional em apresentar o conflito principal.

Nepomuceno (2019) não poupa em especificar os elementos físicos, pessoais e materiais da chacina. Seu roteiro histórico acerca da falta de organização na distribuição de terras e da crescente violência no campo também são bastante densos. E há momentos que o itinerário socioeconômico da Amazônia, com foco no estado do Pará, parece repetitivo. Porém, mostra o rastro de degradação na região, gerador de um ciclo constante de miséria e episódios violentos, como o massacre de Eldorado do Carajás, conflito principal na narrativa.

O autor mostra que o assassinato dos manifestantes na Curva do S está intrínseco aos confrontos pela propriedade no campo paraense, um assunto que movimenta os debates sobre a questão socioeconômica do estado e surge de modo inflamado em todos os governos, sejam eles federal, estadual ou municipal.

A imagem do território rural da Amazônia no Pará é traçada no livro-reportagem como local de grandes possibilidades financeiras e lucro fácil, herança da colonização

européia e das políticas aplicadas pelo governo militar na década de 1960. As ações de ambos os períodos, em resumo, convertiam na distribuição de terras a grandes corporações e empresários, causadoras do aumento na devastação do bioma e crescimento da miséria e violência.

Junto da expansão da concentração de propriedades e bens naturais pelos latifundiários e demais donos do capital, *O Massacre* mostra que há a insurgência de crimes sem o devido rigor jurídico, como o assassinato da irmã Dorothy, a chacina em Pau D'Arco e demais assassinatos dos que habitam a terra e dos que a defendem. E nessas injustiças, em que “no cruzamento dos destinos daqueles que querem terra para trabalhar e dos que a querem para a exploração desenfreada, perde sempre a parte mais fraca.” (NEPOMUCENO, 2019, p. 40). E em seu livro-reportagem, Nepomuceno (2019) expõe que o grupo mais vulnerável da história são os trabalhadores rurais sem-terra, que chegaram na penúltima etapa dos intensos conflitos por terra no estado do Pará, a morte. Pois a última é a impunidade, colocada como conflito secundário da narrativa.

As impunidades são mostradas em *O Massacre* do mesmo modo que foram estruturadas o dia da chacina dos trabalhadores: de modo não linear, mas centradas em um capítulo específico, o capítulo dois, no qual o jornalista destrincha a série de injustiças contra os sobreviventes e os mortos em favor dos acusados, como a falta de apoio médico, o não pagamento de uma indenização justa, os inúmeros recursos judiciais do Governo do Estado e a liberdade dos mandantes e autores da ação.

Diante das benevolências jurídicas, Nepomuceno (2019) destaca que essa é uma das marcas que envolvem os conflitos no campo no Pará, onde a disputa pela posse de terra se tornou sinônimo de embates e a quantidade de ameaças e assassinatos prevalece. Para os que passaram pela situação traumática do massacre em Eldorado, o temor pela própria vida é um sentimento contínuo.

Os moradores da Vila 17 de Abril são os personagens principais e as vítimas da história de Nepomuceno (2019). É por meio de seus testemunhos fornecidos por meio das entrevistas realizadas pelo jornalista que a estrutura narrativa é montada. Nela, é observado o desenvolvimento dos episódios e a intensidade das ações sofridas pelas vítimas, seus amigos e familiares. Seus depoimentos podem ser vistos como uma particularidade da memória, pois, de acordo com Seligmann-Silva (2008), ela ocupa um local proeminente no que diz respeito a escritura do passado. Assim, uma literatura originada de uma tragédia, como a de *O Massacre*, consegue

reconstruir a história a partir da ótica do testemunho dos sobreviventes e, ao mesmo tempo, fomentar a sensibilidade do seu público leitor.

Entretanto, nota-se que a maioria das falas das vítimas no livro-reportagem não são inseridas como citações ou diálogos diretos, pois o texto é escrito na maior parte em terceira pessoa. Desse modo, percebe-se que isso aumenta a simpatia do leitor pelas lutas dos personagens, a angústia pelo que passaram, os trata com o devido cuidado e humanidade, mas dilata o distanciamento de uma possível identificação com eles. Com isso, compreende-se que, apesar das vítimas do crime de Eldorado serem os norteadores da narrativa, seus relatos estão sendo intermediadas, ao invés de serem realmente protagonizados.

Na análise da presente pesquisa, a intermediação de Nepomuceno (2019) na escuta dos sobreviventes da chacina e demais entrevistados é destacado como um traço de quando um caso da região Norte – o massacre – é construído sob a perspectiva de um profissional de outra localidade – o paulista Eric Nepomuceno.

Mesmo que Nepomuceno (2019) tenha deixado perceptível sua urgência em retratar os aspectos que marcam a violência na área rural da Amazônia, não garantiu uma presença ativa dos sujeitos que vivenciaram o período. De modo implícito ou explícito, o jornalista não os deixou dominarem o ato de contar a história nos capítulos, mas optou por recontá-la e se colocou como um porta-voz.

O questionamento da presença dos sem-terra na narrativa também pode ser notado na quantidade de menções dos personagens. Oziel, considerado a vítima mais emblemática do massacre, é o menos citado no enredo. A primeira posição é ocupada pelo antagonista da história, o coronel Mário Colares Pantoja. O ato de Nepomuceno (2019) de colocar o militar em evidência é sempre explicado quando o nome surge na trama: exibir a relevância do seu papel no massacre e de como ele foi uma das pessoas mais beneficiadas pela impunidade promovida pela justiça paraense.

As atitudes de Oziel, Pantoja, demais personagens e momentos traumáticos pós-massacre, são retratados com uma forte carga de intensidade, seja com a descrição detalhada dos espaços onde ocorreu a chacina e o modo como os manifestantes foram mortos, conferindo veracidade ao relato; com a humanização das vítimas, quando o jornalista as retira da posição de números em um relatório dos conflitos por terra e começa a mostrar quem são e como vivem; ou nos momentos de testemunhos pessoais do próprio jornalista.

Os movimentos de Nepomuceno (2019) visam construir uma relação com seu público para que, no ato da leitura, seja possível se localizar no espaço onde ocorreu a ação, se transportar para o ambiente instável das pessoas que lutam pela terra, sentir as particularidades do acontecimento e compreender a complexidade do contexto em que o fato ocorreu.

Com o suporte das objetividades e subjetividades da escrita, *O Massacre* oferece ao leitor um transporte no tempo e no espaço em que as minúcias e os sentidos emocionais do caso são capazes de promover uma imersão na tragédia do dia 17 de abril de 1996. É a assinatura do jornalista, em longas páginas, em querer materializar mais uma narrativa sobre o massacre de Eldorado do Carajás, falar de elementos pouco comentados dessa história e apresentar personagens importantes que, de acordo com a visão do autor, não tiveram o devido espaço nas discussões sobre o fato que mudou suas vidas para sempre.

É uma narrativa que busca dar espaço sobre uma realidade violenta e que aparece de vez em quando nos noticiários. Visa reconstruir uma calamidade que pôs fim a dezenove pessoas e marcou dezenas. E, se possível, lembrar que essa história não faz parte só do passado, mas do presente de milhares de trabalhadores rurais que vivem na esperança diária de ter seu lote de terra e uma vida sem ameaças e mortes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo literário é uma modalidade narrativa usada, preferencialmente, por jornalistas, para mobilizar o leitor a manter sua atenção no texto, diagnosticado como um escrito aperfeiçoado dos elaborados dentro do jornalismo diário.

A retenção na leitura de trabalhos produzidos sob o viés jornalístico-literário é alcançada pela lapidação das técnicas do jornalismo e da atenção no uso das qualidades da literatura. E dentre os materiais produzidos na linha desse gênero, o livro-reportagem se consolidou como um segmento textual relevante, além de ocupar outros espaços, como as editoras e livrarias.

Quando os profissionais da redação se direcionam na posição de jornalistas-autores, iniciam a tentativa de tecer uma narrativa que surgiu como notícia ou fato pouco visibilizado e transformá-la em uma grande reportagem influenciada pelo estilo literário e publicado em formato de livro. Nepomuceno (2019) praticou isso em *O Massacre*, uma obra cujo enfoque é narrar os fatos que giram em torno da matança que ocorreu em Eldorado do Carajás, fruto dos intensos conflitos por terra no campo paraense.

Diante da pretensão de Nepomuceno (2019) em abordar um assunto relevante da região norte, a presente pesquisa debruçou-se em analisar como o autor construiu a narrativa sobre os conflitos por terra sob a linha do jornalismo literário. Para isso, foi necessário identificar os aspectos do gênero existente no livro-reportagem; contextualizar o panorama histórico dos conflitos por terra na Amazônia, com foco no estado do Pará; e interpretar a construção dos dois pontos no livro-reportagem, amparados pela Hermenêutica de Profundidade de Thompson (2011).

Na análise, percebeu-se que a narrativa presente em *O Massacre* conta com quase todas as características que compõem o jornalismo literário, como a precisão de informações, exatidão de dados, humanização dos personagens, universalização da temática, estilo de escrita do autor, simbolismo e responsabilidade ética. Ou seja, Nepomuceno (2019) implementou todas os aspectos do gênero descritos por Pena (2006). Combinando-os, formou um conteúdo firme e uma narrativa intensa.

Na simbiose do jornalismo com a literatura, a narrativa de *O Massacre* exprimiu todo o potencial do jornalismo literário para instigar o interesse sobre os conflitos por terra, problemática intrínseca ao ataque brutal dos policiais militares aos trabalhadores rurais. Assim, pautado pelo compromisso ético de evidenciar esse tema social, as

histórias do massacre em Eldorado transfiguraram-se em uma arte narrativa da vida real no livro-reportagem.

O *Massacre*, diferente do jornalismo de referência, aborda todos os temas subjacentes à chacina do dia 17 de abril de 1996. Nessa cobertura, os conflitos por terra são situados de acordo com suas peculiaridades. A contextualização desse assunto permite compreender as questões agrárias na Amazônia paraense, no qual são citadas desde a origem das capitânicas hereditárias até a impunidade dos que cometem a barbárie com a população local. A abordagem dos fatos expõe a influência econômica e política das pessoas – ou grupos – na estrutura da organização local. E essa característica elitista se estende na intervenção das decisões do executivo, legislativo e judiciário a respeito das adversidades na região.

As histórias de Eldorado só foram contadas graças às pessoas que permitiram serem escutadas. Seus depoimentos tornaram-se o eixo narrativo do acontecimento ocorrido nos recantos da Amazônia que é lembrado pela sociedade, quase sempre, em momentos infortunados.

Nepomuceno (2019) absorveu os testemunhos, juntou com os documentos analisados, imergiu nos ambientes e se dedicou em não escrever um texto raso e previamente organizado. O jornalista se voltou a comunicar impressões, dimensões espaciais, emoções, pensamentos e tudo mais que pudesse estimular o leitor a sentir a história e, após concluí-la, lembrar dela.

Com isso, a análise de *O Massacre* realizada nesta pesquisa se soma as investigações sobre o jornalismo literário, ainda tímidos na área da comunicação, em especial dos trabalhos elaborados na região norte. E o uso do livro-reportagem como objeto deste estudo pretende despertar a atenção da comunidade científica para esse segmento. Espera-se que os olhares acadêmicos se voltem para o jornalismo literário com o mesmo interesse direcionado aos fenômenos particulares do jornalismo dito tradicional.

Os resultados desta pesquisa também colaboram para uma visão sobre o que faz parte ou não do jornalismo literário. Pois nem todo livro, crônica ou grande reportagem feito por jornalistas pertence a essa modalidade. É preciso atenção para sua produção e categorização. No caso do livro-reportagem, sua essência é retornar a um caso passado para reposicioná-lo no hoje, dando todas as condições possíveis para o profissional estruturá-lo em uma história sem restrições de temas, quantidade de personagens e abordagem narrativa.

Por fim, é importante destacar também a relevância deste estudo à sociedade. A produção e divulgação deste material, hoje possibilitada com as redes sociais, indica a relevância de duas coisas: primeiro, do papel do pesquisador, desvalorizado diante do descrédito da ciência nos últimos quatro anos (2019-2022); segundo, do papel do jornalista, que se arrisca e dedica a contar a realidade de grupos sociais invisibilizados pelo poder público e, muitas vezes, pela mídia hegemônica. Ao focar no caso do massacre de Eldorado do Carajás, a presente investigação visa mostrar a toda comunidade, em especial ao povo paraense, a necessidade de se manter em alerta aos casos de violência no campo, à destruição do meio ambiente e da perseguição aos que desejam ter sua terra, pois a colonização continua sendo realizada de modos diferentes.

Apesar de querer mostrar nesta dissertação todos os cenários que envolvem os conflitos por terra e o livro-reportagem é impossível que isso seja executado, não importa qual método seja utilizado. Por isso, foi preciso fazer um recorte: a construção narrativa da obra. Porém, outros elementos encontrados durante a análise são de extrema importância e podem ser usados em trabalhos futuros, como o comparativo das duas edições, o interesse na produção e consumo de livros-reportagem, o olhar interpretativo do caso da região norte por um profissional do sudeste, o valor das histórias de vida como suporte narrativo e os grupos que compõem as relações no campo.

Em suma, o ponto de partida para a construção de mais uma referência sobre assuntos como os conflitos no campo, por terra, o jornalismo literário e livro-reportagem foram desenvolvidos nesta pesquisa. Buscou-se complementar a literatura especializada sobre os tópicos e reportar a necessidade de um aprofundamento sobre determinados casos para que exista um conhecimento mais amplo do universo que a sociedade faz parte.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e Mediação**: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.
- ALVES, Yago Modesto; SILVA, Edna de Mello. O jornalismo selfie como extensão do jornalismo móvel digital nas mídias sociais. **Revista Ícone**, v. 17, n. 1, p. 24-37, 2018.
- AMORIM, Célia RTC. Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. **Anais**. São Paulo: 2007, p. 4-11.
- ANDRADE, Danusa. **A evolução tecnológica e a notícia como um produto à venda**: um estudo do jornal Folha de S. Paulo. 2021. 325 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo. 2021. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2093>
- ARAÚJO, Juliana Sales de. **A redemocratização na imprensa alternativa**: uma análise do jornal Resistência (1978-1986). 2020. 68 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara. 2020.
- ARAÚJO, Rosane de Seixas Brito. **Vozes Dissonantes**: Estado, discurso e conflito no Oeste do Pará. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3452/1/Dissertacao\\_VozesDissonantesEstado.pdf](http://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3452/1/Dissertacao_VozesDissonantesEstado.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.
- ARAÚJO, Rosane De Seixas Brito. **O Grito dos Silenciados Contra a Devastação Neoliberal na Br-163**. 2020. 363 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13212/1/Tese\\_GritoSilenciadosDevastacao.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13212/1/Tese_GritoSilenciadosDevastacao.pdf) Acesso em: 05 jul. 2022.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BALTAZAR, Isabella. **Revista piauí em reflexão**: um possível produto do jornalismo literário. In: XV Congresso Internacional Abralic. Rio de Janeiro, 2017. Anais.
- BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 136-143, 1999.
- BARREIRA, César. Crimes de pistolagem e de mando. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, p. 308-317, 2014.
- BARROS, Bruna Renata Cavalcante de; JORGE, Thais de Mendonça. **Repórter-marginal**: o Novo Jornalismo no Brasil e a produção de João Antônio na revista

Realidade, entre 1966 e 1968. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Anais. Guarapuava, 2011.

BARSOTTI, Adriana; SANTA CRUZ, Lucia. Jornalismo literário em podcasts: Uma análise dos roteiros do Vozes, da CBN. **Radiofonias–Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, MG, v. 11, n. 1, p. 137-159, 2020.

BASTOS, Fernando; PORTO Sérgio. Análise hermenêutica. In: Duarte J, Barros A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, p. 316-29, 2017.

BECKER, Bertha. **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Camila Lângaro. **Comunicação e interesse público**: O acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159685/001024256.pdf?sequence=1>

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BORGES, Rogério. **Jornalismo literário**: análise do discurso. Florianópolis: Insular, 2013.

BRAGA, Thaís; MARINHO, Sandra. Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia: O caso da Folha de S. Paulo (Brasil) e do Público (Portugal). **New Trends in Qualitative Research**, v. 9, p. 56-65, 2021.

BRITO, Rosane; CASTRO, Edna Ramos de. **Desenvolvimento da Amazônia? O Plano Br-163 Sustentável dez anos depois**. In: Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e Literatura e convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CAMPOS, Ana Lúcia; RAVENA, Nírvia. A violência no campo e a cobertura nos jornais impressos diário do Pará e o Liberal: uma análise dos casos Dorothy Stang e José Cláudio Ribeiro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 1, p. 111-133, 2017.

CARNEIRO, Karoline Zilah Santos. **Radical chic e o novo jornalismo**: influências literárias e reinvenção do jornalismo americano nos anos 1960. In: II Jornada Interdisciplinar de História e Letras. Quixadá, 2017. Anais.

CASTRO, Edna Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA, 2018.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. **Formação socioeconômica da Amazônia**. In: Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário**: uma introdução. Brasília: Casa das Musas, 2010.

CATALÃO, Antônio Heriberto. **Jornalismo best-seller**: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. Araraquara, 2010. 252 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e pesquisa**, v. 42, p. 245-258, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão Pastoral da Terra**. Biblioteca Virtual Conflitos no Campo Brasil. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 7 jul. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2018**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>. Acesso em: 6 jul. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2020**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CORRÊA, Vitor de Abreu. **O jornalismo de guerra de Euclides da Cunha**: as mudanças paradigmáticas e os meios impressos de comunicação. 2020. 179 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2020.

COSSON, Rildo. **Literatura factual**: ensaios sobre o romance-reportagem. Pelotas: UFPEL, 2002.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas**: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil nos anos 1970. Brasília: UNB, 2007.

COSTA, Alda Cristina Silva da; AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; CASTRO, Marina Ramos Neves de. Resistência e Jornal Pessoal: da ditadura civil-militar à democracia na Amazônia. In: COSTA, Alda Cristina Silva da; AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; CASTRO, Marina Ramos Neves de. (org.). **Comunicação e pesquisa na Amazônia**: perspectivas e práticas. Belém: PPGCOM/UFPA, 2018. p. 85-107.

COSTA, Gil Vieira. Fabricar a memória da violência: imagens do massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea. **Arteriais-Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes**, v. 4, n. 7, p. 164-181, 2018.

COSTA LIMA, Luiz. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CRUZ, Patricia Cezar da. **A contribuição do romance-folhetim O Guarani na formação do público leitor brasileiro do século XIX**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2011

DE ALENCAR, Larissa Fontinele; SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria. Marcas do genocídio na Literatura de resistência de mulheres indígenas de Abya Yala. **Raído**, v. 15, n. 38, 2021.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **De Olho nos Ruralistas**. Biblioteca Virtual. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Oligarquias-Armadas-2022-PTBR.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

DOMINGUES, Juan. Novo Jornalismo: reflexões sobre a relação entre reportagem e romance. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 12, n. 24, 2014.

ESSENFELDER, Renato. Hibridismos Narrativos: recursos literários na grande reportagem contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 37-54, 2017.

FASCIONI, Lígia Cristina; VIEIRA, Milton Horn. **A tipografia nas empresas de base tecnológica**. In: 15º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. São Paulo, 2001. Anais.

FELICIANO, Carlos Alberto. A prática da violência no campo brasileiro no século XXI. In: **A questão agrária e os conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo; SANTOS, Jacielle da Silva. 148. Literatura do testemunho no norte do Brasil: as marcas da violência na literatura do Pará. **Revista Philologus**, v. 26, n. 78 Supl., p. 2022-35, 2020.

FILHO, Joé Sobreiro; SODRÉ, Ronaldo Barros. A violência no campo da Amazônia. In: MELO, Silas Nogueira; GONZAGA, Anderson Yata; CARVALHO, Dionatan Silva (org). **Crime e Território: estudos e experiências em políticas de segurança pública e análise criminal**. São Luís: IMESC, 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTANA, Mônica. **Literatura e jornalismo: fato e ficção em Abusado e Cidade de Deus**. 2009. 184 f. Tese (Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.

GIUSTI, Tânia Regina de Faveri. **A governança nos novos arranjos de jornalismo**: um estudo de caso do The Intercept Brasil. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

GOMES, Vitor Hugo Freitas. **Modelagem de distribuição de espécies comerciais da Flora ameaçadas no estado do Pará**: um enfoque sobre as Unidades de conservação. 2012. 54 f. Dissertação (Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 129-146, 2018.

GONÇALVES, Maria Raimunda Martins. **Tensões, Uso e Apropriação da Terra no Xingu**: O Caso da Resex “Verde Para Sempre”, Porto de Moz/Pa. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2941/1/Dissertacao\\_TensoesUsoApropriacao.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2941/1/Dissertacao_TensoesUsoApropriacao.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

GONÇALVES, Mariana Couto. **O jornalismo literário no século XIX**: a imprensa entre folhetins, crônicas e leitores. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

Gondim, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUEDES, Nicoli Gloria de Tassis. **Nos rastros de Rota 66 e Abusado**: o livro-reportagem e a tradição das narrativas realistas/naturalistas. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 95-102, 1997.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa; BARP, Wilson José. Pistolagem no contexto do judiciário: o caso do Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 2, 2011.

GUZZO, Morgani; TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Livro Reportagem**: A fuga do superficial como categoria do Jornalismo Literário. In: IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Guarapuava, 2008. Anais.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca**: Guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo: Contexto, 2008.

JUNIOR, Rone Fabio Carvalho; SILVA, Maria Sueli Ribeiro da. **Livro-reportagem**: a relação entre o jornalismo e a literatura. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém, 2019. Anais.

JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 177-194, 2006.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEMOS, Italo Lins. **Ficção em Tempos de Pandemia: uma análise de Um Diário do Ano da Peste de Daniel Defoe**. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, v. 11, p. 1-10, 2020.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1990.

LIMA, Cristiane da Silva; PINHEIRO, Luci Faria. **Trabalho escravo e atuação da CPT no sul e sudeste do Pará**. **SER Social**, v. 18, n. 38, p. 153-176, 2016.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manoele, 2009.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Memória do futuro: Jornalismo literário avançado no século XXI**. **Inovcom**, v. 5, n. 2, p. ág. 68-78, 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O jornalismo literário e a academia no Brasil: fragmentos de uma história**. **Revista FAMECOS**, p. ID25024-ID25024, 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; GUIMARÃES, Ed Carlos. **Reflexões sobre a pistolagem e aviolência na Amazônia**. **Revista Direito GV**, v. 3, n. 1, p. 221-246, 2007.

MACIEL, A. Z. **Páginas de outrora: traços da história do livro-reportagem no Brasil**. In: **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Fortaleza, Ceará. 2017.

MALHEIRO, Bruno C. **Colonialismo Interno e Estado de Exceção: a “emergência” da Amazônia dos Grandes Projetos**. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada**. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.6, n.1, p. 71-83, 2009.

MARTINEZ, Monica. **O jornalista-autor em ambientes digitais: a produção da jornalista Eliane Brum para o portal da Revista Época**. **Comunicação Midiática**, v.9, n.1, p.56–77, 2014.

MARTINEZ, Monica. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 21-36, 2017.

MARTINS, Elaide; DA ROCHA, Wellington Rafael Santos. Características da transmídia no jornalismo: regularidades em produtos multiplataforma. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 3, n. 1, p. 213-234, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão Política no Campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação & Informação**, v. 8, n. 1, p. 26-38, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Caso que ficou conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás” completa 25 anos**. 2021. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/caso-que-ficou-conhecido-como-massacre-de-eldorado-dos-carajas-completa-25-anos.htm>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MONARI, Ana Carolina Pontalti; BERTOLLI FILHO, Claudio. Entre o debate público e o silêncio: análise da cobertura jornalística online sobre a questão do suicídio de adolescentes e jovens negros no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOURA, Keren Franciane; MANDAJI, Carolina Fernandes da Silva. **A relação das hashtags com as palavras de ordem presentes nas Manifestações Brasileiras de 2013**. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 2014. p. 1-14.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação Nº 32**. 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/erica/Downloads/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2032.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Abril Vermelho do MST inicia jornada por “Terra, Teto e Pão”. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/08/abril-vermelho-do-mst-inicia-jornada-por-terra-teto-e-pao/>. Acesso em: 21 jul. 2022

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre**: Eldorado do Carajás-uma história de impunidade. Editora Record, 2019.

NUNES, André Figueiredo. **O choque do petróleo de 1973**: Estados Unidos, OPAEP e a segurança energética. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Adriana Seibert; BERND, Zilá. Livro-reportagem: um produto cultural a serviço da memória: uma análise da obra Uma Questão de Justiça da jornalista canadense Isabel Vincent. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 21, p. 1-25 e20. 15, 2021.

OLIVEIRA, Andreici Marcela Araujo de. **Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira**. In: Decolonialidade e sociologia na América Latina. Belém: NAEA, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros e a luta contra o capital: "... a terra é de ninguém". **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 27, p. 9-22, 2005.

OLIVEIRA, Priscila Natividade Dias Santos. **Jornalismo Literário**: como o livro-reportagem transforma um fato em história. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, 2006. Anais.

PENA, Felipe. **O Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 1, p. 229-255, 2015.

PEREIRA, Antonio de Jesus. **O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes**: narrativas dos sobreviventes e formação política. 2020. 140 f. Tese (Doutorado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PEREIRA, Deusimar. **Amazônia Insustentável**: Zona Franca de Manaus, estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2006.

PESSA, B. R. **Livro-reportagem**: origens, conceitos e aplicações. REGIOCOM, Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

PINTO, Anderson Roberto Corrêa; JUNIOR, José Ferreira. O romance-reportagem de José Louzeiro no cenário de resistência à ditadura militar. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 1, p. 69-93, 2017.

PINTO, Jax Nildo Aragão; PORTO, Marcelo Firpo Souza. Condições de vida e promoção emancipatória da saúde no acesso à terra no sudeste paraense. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

PONTES, Carlos José Farias. A GUERRA NO INFERNO VERDE: Segundo Ciclo da borracha, o front da Amazônia e os Soldados da Borracha. **South American journal of basic education, technical and technological**, v. 2, n. 1, 2015.

PONTES, Carlos José Farias. O primeiro ciclo da borracha no Acre: da formação dos seringais ao grande colapso. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 1, n. 1, 2014.

POMPEU, André José Santos. As rotas de comércio indígena na montagem da economia das drogas do sertão amazônico (1683-1706). **Revista em favor da igualdade racial**, v. 4, n 3, p. 22-35, 2021.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, p. 601-636, 2011.

QUADROS, Ana Resende. **Novo estilo, novos personagens**: uso de fontes nas colunas políticas de Eliane Brum. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Virtual, 2021. Anais.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das “redes que importam”: redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, n. 24, p. 81-94, 2016.

REZENDE, Fernando. **Textuações**. Textuações: ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe. São Paulo: Ed. Annablume, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cíntia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, São Paulo, v. 7, p. 138-157, 2013.

RODRIGUES, Felipe. **Livro-reportagem**: Uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, jan./jun. 2013.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **“É muito triste não conhecer o pai” A herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles**. 2020. 321 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SACRAMENTO, Elias Diniz. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**. ISSN: 0104-0944, v. 1, n. 44, p. 100-119, 2016.

SALES, Germana Maria Araújo. Folhetins: uma prática de leitura no século XIX. **Revista Entrelaces**, p. 44-56, 2007.

SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 901-917, 2000.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Ufam, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire D'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte; UFMG, 2007.

SANT'ANNA, André Albuquerque; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Direitos de propriedade, desmatamento e conflitos rurais na Amazônia. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 14, p. 381-393, 2010.

SANTOS, Déborah. O Discurso colonizador camuflado de ciência na Amazônia do século 19. **Das Amazônias**, v. 4, n. 1, p. 62-74, 2021.

SANTOS, Leonardo Alonso dos. **A função social da literatura de resistência**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, p. 65-82, 2008.

SILVA, Denise Almeida. Transformando a dor em exercício de fala: memória, vulnerabilidade social e contranarrativa em contos de Conceição Evaristo. In: **Atas do III Simpósio Internacional de Literatura Negra Ibero-Americana**. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2017.

SILVA, José Roselito Carmelo da; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. Os ciclos econômicos da borracha e a Zona Franca de Manaus: expansão urbana e degradação das microbacias. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e33611629103-e33611629103, 2022.

SILVA, Francilene de Oliveira. **Protagonistas do cotidiano na revista piauí**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

SILVA, Samara Souza da; MATTOS, Fabrício. O papel do jornalista na era digital: Um estudo de caso das rotinas de produção, reportagem e edição do G1 Pará. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, v. 4, n. 1, 2018.

SILVA, Weleke Alves da. **Os discursos produzidos sobre o “massacre de Eldorado dos Carajás” pelo jornal o globo em 1996**. 2020. 43 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara, 2020.

SIMS, Norman; KRAMER, Mark. **Literary journalism**. Nova York: Ballantine Books, 1995.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. Summus Editorial, 1986.

SOUZA, Maurini; SILVA, Uiara Chagas. **O MST no Jornal Hoje uma análise discursiva**. Cadernos de Estudos linguísticos, v. 55, n. 2, p. 177-192, 2013.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TAVARES, Francinei Bentes. Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação. **Revista IDeAS** – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. especial, p. 440-474, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: SOBRAL, F. A. F.; PORTO, M. S. G. (Orgs.). **A contemporaneidade brasileira: dilemas e desafios para a imaginação sociológica**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; DE OLIVEIRA, Wealey Pereira. Borracha, nordestinos e floresta: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. **Cadernos CEPEC**, v 1, n 1, p. 8-35, 2012.

VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Denys. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. **Parcerias Estratégicas**, v. 19, n. 38, 2014.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.

**APÊNDICE A – LISTA DE TODOS OS PERSONAGENS IDENTIFICADOS EM O  
MASSACRE (2019)**

(continua)

<b>Nome</b>	<b>Grupo</b>	<b>Menções</b>
Coronel Mário Colares Pantoja	Militar	42
Major José Maria Pereira de Oliveira	Militar	30
Governador Almir Gabriel	Político	25
Oziel Alves Pereira	Assassinado	21
Carlos Medeiros	Empresário	12
Ronaldo Barata	Advogado	11
Mariza Romão	Jornalista	10
Sec. Seg. Pública Paulo Sette Câmara	Político	8
Domingos da Conceição "Garoto"	Sobrevivente	8
Ronaldo Marques do Valle	Juiz	7
Dorothy Stang	Religioso	7
Antônio Alves de Oliveira "Índio"	Sobrevivente	7
Henri des Roziers	Religioso	6
Plínio Pinheiro Neto	Empresário	5
Coronel Fabiano Lopes	Militar	5
Soldado Arruda	Militar	5
Presidente Fernando Henrique Cardoso	Político	5
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva	Político	5
Maria Abadia Barbosa	Sobrevivente	5
Família Mutran	Empresário	4
Honorato Barbinski Filho	Empresário	4
Soldado Pargas	Militar	4
Inácio Pereira	Sobrevivente	4
Antônio Costa Dias	Assassinado	3
Dilma Ferreira Silva (MAB)	Assassinado	3
Raimundo Pereira	Assassinado	3
Daniel Dantas	Banqueiro	3
Oswaldo Araújo	Cinegrafista	3
Maurício Pompeia Fraga	Fazendeiro	3
Roberto Moura	Juiz	3
Avelino Germiniano	Sobrevivente	3
Rubenita Justiniano da Silva	Sobrevivente	3
Carlos Guedes	Advogado	2
Nilo Batista	Advogado	2
Amâncio Rodrigues dos Santos	Assassinado	2
Graciano Olimpio de Souza "Badé"	Assassinado	2
João Carneiro da Silva	Assassinado	2
Leonardo Batista de Almeida	Assassinado	2
Eva do Amaral Coelho	Juiz	2
Herculano Martins Nacif	Juiz	2
Cabo Santos	Militar	2

(continuação)

<b>Nome</b>	<b>Grupo</b>	<b>Menções</b>
Coronel João Paulo Vieira	Militar	2
Sargento Leopoldo	Militar	2
Soldado Evaldo	Militar	2
Soldado Wanderlan	Militar	2
Tenente Jorge Nazaré Araújo dos Santos	Militar	2
Nelson Massini	Perito	2
Ailton Bispo dos Santos "Carioca"	Pistoleiro	2
Gilberto Macedo Leão "Jamaica"	Pistoleiro	2
Ministro Nelson Jobim	Político	2
Presidenta Dilma Rousseff	Político	2
Presidente Jair Bolsonaro	Político	2
Carlos Lamarão	Procurador	2
Francisco Graziano	Servidor Público	2
Walter Cardoso	Servidor Público	2
Josimar Pereira de Freitas	Sobrevivente	2
Luiz Ribeiro da Silva	Sobrevivente	2
Luiz Vanderley dos Santos	Sobrevivente	2
Marinete Batista de Souza	Sobrevivente	2
Maurílio da Silva Soares	Sobrevivente	2
Maria da Conceição Holanda Oliveira	Testemunha	2
Ricardo de Oliveira Marcondes	Testemunha	2
Valderes Tavares da Silva	Testemunha	2
Américo Leal	Advogado	1
José Batista Afonso	Advogado	1
Suzana Paim	Advogado	1
Walmir Brelaz	Advogado	1
Chico Mendes	Ambientalista	1
Antônio Alves da Cruz	Assassinado	1
Claudionor Costa da Silva (MAB)	Assassinado	1
Hilton Lopes (MAB)	Assassinado	1
Jane Julia de Oliveira (Pau D'Arco)	Assassinado	1
João Rodrigues Araújo	Assassinado	1
José Alves da Silva	Assassinado	1
José Ribamar Alves de Souza	Assassinado	1
Róbson Vitor Sobrinho	Assassinado	1
Jonas Pereira de Oliveira	Cinegrafista	1
Benedito Mutran	Empresário	1
Benedito Mutran Filho	Empresário	1
Cecílio de Rego Almeida	Empresário	1
Evandro Mutran	Empresário	1
Nagib Mutran Neto	Empresário	1
Otília Pinheiro	Empresário	1
Reinaldo Zucatelli	Empresário	1
Carivaldo Ribeiro	Fazendeiro	1
Fernando Ferreira Rosa Filho	Fazendeiro	1

(conclusão)

<b>Nome</b>	<b>Grupo</b>	<b>Menções</b>
Carlinhos	Informante	1
Cláudio Tognolli	Jornalista	1
Cezar Peluso	Juiz	1
Sílvio Queiroz Mendonça	Júri	1
Gervásio Souza Filho	Médico	1
Presidente Emílio Garrastazu Médici	Militar	1
Soldado Antônio Mendonça Lima	Militar	1
Soldado Evaldo Brito da Silva	Militar	1
Tenente Manoel Mendes de Melo	Militar	1
Tenente Sérgio da PM	Militar	1
Pedro Alípio	Motorista	1
James	Operário	1
Ricardo Molina	Perito	1
Dom Fernando I	Político	1
Prefeito João Chamon Neto	Político	1
Presidente Michel Temer	Político	1
Senador Henrique Rego Almeida	Político	1
Vereador Félix	Político	1
Aloysio Cavalcante Campos	Procurador	1
Bernardo Mançano	Professor	1
Paulo Sérgio Pinheiro	Professor	1
Jane Cleide Silva Souza	Promotor	1
Luiz César Tavares Bibas	Promotor	1
Marco Aurélio Nascimento	Promotor	1
Sávio Brabo de Araújo	Promotor	1
Padre Diogo Feijó	Religioso	1
Marcos Montenegro	Segurança	1
José Venâncio Pinto de Souza	Servidor Público	1
Grenon Ferraz Maia	Sobrevivente	1
João Rodrigues	Sobrevivente	1
José Carlos dos Santos	Sobrevivente	1
Júlio César Barbosa	Sobrevivente	1
Manoel Rodrigues da Silva "Neto"	Sobrevivente	1
Raimundo Correia	Sobrevivente	1
Leonardo Boff	Teólogo	1
Ana Azevedo	Testemunha	1
José Luiz Melo	Testemunha	1
Rita Monteiro Lopes	Testemunha	1
<b>Total</b>	<b>124</b>	

## APÊNDICE B – LISTA DOS GRUPOS CATALOGADOS EM O MASSACRE (2019)

Número	Grupo	Quantidade #	Participação %
1	Sobrevivente	17	13,7%
2	Assassinado	16	12,9%
3	Militar	16	12,9%
4	Político	12	9,7%
5	Empresário	11	8,9%
6	Advogado	7	5,6%
7	Testemunha	6	4,8%
8	Juiz	5	4,0%
9	Promotor	4	3,2%
10	Fazendeiro	3	2,4%
11	Religioso	3	2,4%
12	Servidor Público	3	2,4%
13	Cinegrafista	2	1,6%
14	Jornalista	2	1,6%
15	Perito	2	1,6%
16	Pistoleiro	2	1,6%
17	Procurador	2	1,6%
18	Professor	2	1,6%
19	Ambientalista	1	0,8%
20	Banqueiro	1	0,8%
21	Informante	1	0,8%
22	Júri	1	0,8%
23	Médico	1	0,8%
24	Motorista	1	0,8%
25	Operário	1	0,8%
26	Segurança	1	0,8%
27	Teólogo	1	0,8%
<b>Total</b>		<b>124</b>	